18

FORÇAS DE RUPTURA

Dessa uniformidade de ajustes institucionais subjacentes é que derivou a intrigante similaridade no padrão dos acontecimentos que se difundiram sobre uma enorme expansão da terra no meio século 1879 - 1929.

Uma variedade infinita de personalidades e ambientes, de mentalidades e antecedentes históricos, deu cor local e uma ênfase tópica às vicissitudes de muitos países e, no entanto, a tessitura era a mesma na maior parte da civilização mundial. Essa afinidade transcendia a dos traços culturais comuns a povos que usam ferramentas similares, que gozam dos mesmos prazeres, e que recompensam os esforços com os mesmos prêmios. Ao contrário, a semelhança compreendia a função dos acontecimentos concretos no contexto histórico da vida, o componente de tempo da existência coletiva. Uma análise dessas tensões e esforços típicos deveria revelar muito do mecanismo que produziu o padrão singularmente uniforme da história durante esse período.

As tensões podem ser simplesmente apupadas de acordo com as esferas institucionais mais importantes. Na economia doméstica, os mais variados sintomas de desequilíbrio - declínio de produção, emprego e rendimentos - serão representados aqui pelo flagelo típico do desemprego. Na política doméstica, havia a luta e impasse das forças sociais, que especificaremos como tensão de classes. As dificuldades no campo da economia internacional, que se agrupavam em torno do chamado balanço de pagamentos, e compreendia uma queda nas exportações, termos desfavoráveis de comércio, escassez de matérias-primas importadas e perdas nos investimentos estrangeiros, designaremos

aqui como um grupo com uma forma característica de tensão a saber, pressão sobre o câmbio. Finalmente as tensões na política internacional serão resumidas com rivalidades imperialistas.

Consideremos agora um país que, no ecurso e uma depressão de negócios, é atingido pelo desemprego. É fácil ver que todas as medidas de política econômica que os bancos possam tomar para criar empregos são limitadas pelas exigências de câmbios estáveis. Os bancos não poderão se expandir ou estender novos critérios à indústria sem apelar para o Banco Central que, de sua parte, se recusará a acompanhá-los, uma vez que a segurança da moeda exige um caminho oposto. Por outro lado, se a tensão se distribui da indústria para o estado - os sindicatos profissionais podem induzir os partidos políticos associados a abordar o tema no congresso - o alcance de qualquer política de assistência ou de obras públicas será limitado pelas exigências do equilíbrio orçamentário, outra precondição de câmbios estáveis. O padrão-ouro cerceará, assim, a ação do Tesouro tão efetivamente como do banco em questão, e o legislativo confrontar-se-á com as mesmas limitações que se aplicam à indústria.

No âmbito da nação, a tensão do desemprego pode recair alternadamente na zona industrial ou governamental. Se, num caso particular, a crise foi superada por uma pressão deflacionária dos salários, pode-se dizer então que a carga recaiu basicamente na esfera econômica. Se, porém, essa medida dolorosa foi evitada com a ajuda de obras públicas subsidiadas por impostos a fundo perdido, o choque de tensão recairá na esfera política (o mesmo ocorreria se a diminuição dos salários fosse imposta aos sindicatos profissionais por alguma medida governamental, em desafio aos direitos adquiridos). No primeiro caso – pressão deflacionária sobre salários – a tensão permanece dentro da zona de mercado, que se expressa numa mudança de rendimentos transmitida por uma mudança nos preços. No último caso – obras públicas ou restrições sindicais – ocorre uma mudança no status legal ou na taxação, que afeta basicamente a posição política do grupo envolvido.

Pode ocorrer que a tensão o esemprego nha se espalhado fora dos limites da nação e afetado os câmbios estrangeiros. Isto pode acontecer, quer sejam usados métodos políticos ou econômicos no combate ao desemprego. Sob o padrão-ouro - que presumimos estar em vigor o tempo todo qualquer medida governamental que cause um déficit orçamentário pode iniciar uma depreciação da moeda. Se por outro lado, o desemprego está sendo atacado pela expansão do crédito bancário, ascensão dos preços domésticos pode atingir as exportações e

afetar, dessa forma, a balança de pagamentos. Em qualquer caso, os câmbio diminuirão e o país sentirá a pressão na sua moeda.

De forma alternativa, a tensão que decorre do desemprego pode levar a uma tensão externa. No caso de um país fraco isto teve, algumas vezes, as conseqüências mais graves para a sua posição internacional. Deteriorado o seu status, desprezados os seus direitos, o controle estrangeiro é imposto a ele com a derrota das suas aspirações nacionais. No caso dos estados fortes, a pressão pode ser contrabalançada pela disputa de mercados estrangeiros, colônias, zonas de influência e outras formas de rivalidade imperialista.

As tensões que emanavam do mercado corriam assim para e contra o mercado e as outras zonas institucionais principais, afetando algumas vezes o funcionamento da área de governo, outras vezes a do padrão-ouro ou do sistema de equilíbrio-de-poder, conforme o caso. Cada área era comparativamente independente das outras e procurava um equilíbrio próprio; quando esse equilíbrio não era alcançado, o desequilíbrio se difundia sobre as outras esferas. Foi a relativa autonomia das esferas que o acúmulo de tensões e gerou pressões que eventualmente explodiram, sob as formas mais ou menos estereotipadas. Enquanto na imaginação o século XIX se ocupava em construir a utopia liberal, na realidade ela estava transferindo as coisas para um número definido de instituições concretas, cujos mecanismos dominavam a época.

A abordagem que mais se aproximou da compreensão da verdadeira situação foi talvez a dúvida retórica de um economista que, ainda em 1933, denunciava as políticas protecionistas da "grande maioria dos governos". Pode ser correta, indagava ele, uma política unanimemente condenada por todos os especialistas como completamente errônea, grosseiramente falaciosa e contrária a todos. os princípios de teoria econômica? Sua resposta foi um "não" incondicional.[1] Todavia, em vão procuraria na literatura liberal qualquer coisa que se aproximasse uma explicação dos fatos patentes. A única resposta era a denúncia uma corrente infindável de abusos por parte de governos, políticos estadistas, cuja ignorância, ambição, ganância, e estreito preconcei eram supostamente responsáveis pelas políticas protecionistas segui pela "grande maioria" dos países. Era raro encontrar um argumen racional sobre o assunto. Desde o desafio dos filósofos aos fatos empicos da ciência, jamais se viu um preconceito tão claro exibido em uma

[1] Haberler, G., *Der internationale Handel*, 1933, p. vi.

coleção tão assustadora. A única resposta intelectual era suplementar o mito da conspiração protecionista com o mito da loucura imperialista.

O argumento liberal, na medida em que se tornou articulado, afirmava que já no início da década de 1880 as paixões imperialistas começavam a surgir nos países ocidentais, destruindo o frutífero trabalho dos pensadores econômicos pelo seu apelo emocional ao preconceito tribal. Essas políticas sentimentais ganharam forças, gradualmente, e conduziram finalmente à Primeira Guerra Mundial. Após a Grande Guerra, as forças do Iluminismo tiveram uma outra oportunidade de restaurar o império da razão, mas um surto inesperado de imperialismo, principalmente por parte de pequenos países novos, e mais tarde também dos "não possuidores", como a Alemanha, a Itália e o Japão, derrubaram o vagão do progresso. "O animal astucioso", o político, havia derrotado os centros cerebrais da raça Genebra, Wall Street e a City de Londres.

Nesta peça de teologia política popular, o imperialismo toma o lugar do velho Adão. .Os estados 'e os impérios são considerados congenitamente imperialistas, eles devorarão seus vizinhos sem qualquer compulsão moral. A última metade da controvérsia é verdadeira, mas não a primeira. Embora o imperialismo, quando e onde aparece, não dependa de justificativa racional ou moral para a sua expansão, é contrário aos fatos que estados e impérios sejam sempre expansionistas. Nem sempre as associações territoriais estão preocupadas em ampliar suas fronteiras, nem as cidades, nem os estados, nem os impérios sofrem tal compulsão. Argumentar o oposto é transformar algumas situações típicas em lei geral. De fato, ao contrário dos pressupostos populares, o capitalismo moderno começou com um longo período de contração. Ele só se voltou para o imperialismo quando já bem adiantado na sua carreira.

O antiimperialismo foi iniciado por Adam Smith que, portanto, antecipou não apenas a revolução norte-americana mas também o movimento Little England, do século seguinte. Os motivos dessa ruptura foram econômicos: a rápida expansão dos mercados, iniciada pela Guerra dos Sete Anos, fez com que os impérios - saíssem de moda. Enquanto as descobertas geográficas, combinadas com meios de transportes relativamente lentos, favoreciam as plantações de além-mar, as comunicações rápidas transformaram as colônias num luxo dispendioso. Um outro fator desfavorável às plantações foi o significado das exportações, que agora eclipsava o das importações. O ideal do mercado comprador cedeu lugar ao mercado vendedor, um objetivo atingido agora pelo simples meio de vender mais barato que os competidores,

inclusive os próprios colonialistas. Uma vez perdidas as colônias marítimas do Atlântico, o Canadá só conseguiu se manter no império com certa dificuldade (1837); até um Disraeli defendia a liquidação das possessões africanas ocidentais; o estado de Orange em vão se oferecia para fazer parte do império, e a algumas ilhas do Pacífico, hoje vistas orno pontos importantes de estratégia mundial, eram constantemente recusadas à admissão ao império. Comerciantes livres e protecionistas, liberais e conservadores fanáticos, uniram-se na convicção popular de que as colônias eram um ativo pródigo, que se transformaria num passivo político e financeiro. Quem quer que falasse de colônias no século entre 1780 e 1880, era visto como partidário do *ancien régime*. A classe média denunciava a guerra e a conquista como maquinações dinésticas e servia de instrumento ao pacifismo (François Quesnay fora o primeiro a reclamar os lauréis da paz para o *laissez-faire*).

A França e a Alemanha seguiam na esteira da Inglaterra. A primeira diminuiu de forma apreciável a sua taxa de expansão e até mesmo o seu imperialismo era agora mais continental do que colonial. Bismarck desdenhosamente declinava pagar o preço de uma só vida pelos Bálcãs, e colocou toda a sua influência por trás da propaganda anticolonial. Essa era a atitude governamental na época em que as companhias capitalistas invadiam continentes inteiros, quando a Companhia das Índias Orientais já fora dissolvida por insistência de preocupados exportadores do Lancashire, e comerciantes varejistas anônimos substituíam, na Índia, as figuras resplandecentes de Warren Hastings e Clive. O governo se mantinha à parte. Cunning ridicularizava a noção da intervenção em favor de investidores de risco e especuladores de além-mar. A separação do político e do econômico atingia agora os assuntos internacionais. Enquanto a Rainha Elisabeth relutava em distinguir muito estritamente entre sua renda particular e a renda dos corsários, Gladstone teria considerado uma calúnia a alegação de que a política externa britânica estava a serviço dos investidores estrangeiros. Permitir que o poder do estado e os interesses comerciais se fundissem ão era uma idéia do século XIX; pelo contrário, os primeiros estadistas vitorianos já haviam proclamado a independência do político e do econômico como uma máxima de comportamento internacional. As representações diplomáticas só podiam agir em favor dos interesses privados dos seus nacionais em casos muito definidos, e a ampliação clandestina dessas oportunidades era negada publicamente e, quando comprovada, repreendia da mesma maneira. O princípio da não-intervenção do estado nos casos de negócios privados era mantido não apenas internamente

mas também no exterior. O governo nacional não devia intervir no comércio privado, e se esperava que os ministérios do exterior vissem os interesses privados externos apenas em amplas linhas nacionais. Os investimentos eram majontariamente agrícolas e se localizavam internamente; Os investimentos externos ainda eram considerados um jogo, e as frequents perdas totais incorridas pelos investidores eram consideradas como amplamente compensadas pelos escandalosos termos do empréstimo usurário.

A mudança ocorreu subitamente, e agora simultaneamente, em todos os países ocidentais. Enquanto a Alemanha só repetiu o desenvolvimento doméstico da Inglaterra após um lapso de meio século, os acontecimentos externos de âmbito mundial afetariam necessariamente todos os países comerciais da mesma forma. Esse evento foi o incremento no ritmo e no volume do comércio internacional, assim comoa mobilização universal da terra, implícita no transporte em massa de cereais e matérias-primas agrícolas, de uma parte do planeta para outra, a um custo fracionário. Esse terremoto econômico transtornou a vida de dezenas de miíhões na Europa rural. Em poucos anos o livre comércio era assunto do passado, e a expansão posterior da economia de mercado ocorreu sob condições inteiramente novas.

Essas mesmas condições foram determinadas pelo "duplo movimento". O padrão de comércio internacional, que se desenvolvia agora a uma taxa acelerada, foi interceptado pela introdução de instituições protecionistas destinadas a cercear a ação global do mercado A crise agrária e a Grande Depressão de 1873-1886 haviam abalado a confiança na economia autocurativa. A partir de agora, as instituições típicas da economia de mercado só podiam ser introduzidas se acompanhadas de medidas protecionistas, tanto mais que, desde o final da década de 1870 e princípio de 1880, as nações se formavam em unidades organizadas, aptas a sofrerem dolorosamente as distorções envolvidas em qualquer ajuste súbito às necessidades do comércio exterior ou dos câmbios externos. O veículo supremo da expansão da economia de mercado, o padrão-ouro, era assim geralmente acompanhado pela introdução simultânea de políticas protecionistas típicas da época, como legislação social e tarifas aduaneiras.

Também neste ponto a tradicional versão liberal da conspiração coletivista não se ateve aos fatos. O comércio livre e o sistema do padrão-ouro não foram arruinados por capricho, por traficantes de tarifas egoístas, nem por ternas leis sociais. Pelo contrário, o próprio aparecimento do padrão-ouro, apressou a difusão dessas instituições protecionistas,

que eram tanto mais bem-vindas quanto mais pesado era o encargo dos câmbios estabelecidos. A partir de então as tarifas, as leis fabris, e uma ativa política colonial eram pré-requisitos de uma moeda externa estável (a Grã-Bretanha, com sua grande superioridade industrial, foi a exceção que confirmou a regra). Só quando esses pré-requisitos eram dados é que os métodos da economia de mercado podiam ser introduzidos com segurança. Quando esses métodos eram impostos a povos desamparados; sem medidas protetoras, como em regiões exóticas e semicoloniais, o sofrimento que ocorria era indescritível.

Temos aqui a chave do aparente paradoxo do imperialismo - a economicamente inexplicável e, portanto, supostamente irracional recusa dos países de comerciarem juntos, indiscriminadamente, e, em vez disso, colocarem como objetivo a aquisição de mercados exóticos e ultramarinos. O que fazia os países agirem dessa maneira era simplesmente o receio de conseqüências similares àquelas que os povos desprotegidos eram incapazes de evitar. A diferença, no entanto, estava no ponto de que, enquanto a população tropical da infeliz colônia se via atirada a uma miséria e degradação totais, a ponto até da extinção física, a recusa do país ocidental era induzida pelo receio de um perigo menor, mas suficientemente real para ser evitado a todo custo. Não fazia diferença que a ameaça não fosse essencialmente econômica, como no caso das colônias; à parte o preconceito, não havia razão para procurar a medida da distorção social nas magnitudes econômicas. De fato, seria propor-se um absurdo esperar que uma comunidade permanecesse indiferente ao aguilhão do desemprego, à mudança das indústrias e das ocupações e à tortura moral e psicológica que as acompanhava, apenas porque os efeitos econômicos podiam ser insignificantes a longo prazo.

A nação podia ser tanto o recipiente passivo como o indicador ativo da tensão. Se algum acontecimento externo pesasse fortemente sobre o país, seu mecanismo interno funcionava da maneira habitual, transferindo a pressão da zona econômica para a política ou vice-versa, Exemplos significativos ocorreram no período pós-guerra. Para alguns países da Europa Central, a derrota criou condições altamente artificiais que incluíam uma feroz pressão externa sob a forma de reparações. Durante mais de uma década o cenário doméstico alemão foi dominado por um deslocamento da carga externa entre a indústria e o estado - entre os salários e lucros de um lado, benefícios sociais e impostos de outro. A nação como um todo foi sustentáculo das reparações a situação interna mudava de acordo com o modo com que o país – governo e negócios combinados – abordava a tarefa. A solidariedade nacional estava

portanto fixada no padrão-ouro, e a obrigação mais importante era a manutenção do valor externo da moeda. O Plano Dawes foi expressamente projetado para resgarudar o meio circluante alemão. O Plano Young tornou absoluta a mesma condição. Não fosse essa obrigação de manter o valor externo do reichsmark inalterado, o curso dos assuntos, domésticos alemães durante esse período seria ininteligível. A responsabilidade coletiva pelo meio circulante criou o indestrutível arcabouço dentro do qual os negócios e os partidos, a indústria e o estado se ajustavam à tensão. No entanto, aquilo que a Alemanha derrotada teve que suportar como conseqüência de uma guerra perdida, todos os povos haviam suportado voluntariamente até a guerra, isto é, a integração artificial de seus países através da pressão de câmbios estáveis. Somente a resignação às leis inevitáveis do mercado poderia explicar a aquiescência orgulhosa com a qual a cruz era carregada.

Pode-se objetar que este esboço é o resultado de uma supersimplificação sustentada. A economia de mercado não começou num só dia, nem os três mercados correram como uma troika, nem o protecionismo teve efeitos paralelos em todos os mercados etc. Isto é verdade, sem dúvida, mas perde de vista o ponto em questão.

Admite-se que o liberalismo econômico apenas criou um mecanismo novo a partir de mercados mais ou menos desenvolvidos; ele unificou vários tipos de mercado já existentes e coordenou suas funções num único todo. A separação do trabalho e da terra já estava em andamento nessa ocasião, assim como o desenvolvimento de mercados para o dinheiro e o crédito. O presente estava ligado ao passado em toda a linha e não se encontrava uma brecha sequer.

A mudança institucional, porém, pela sua própria natureza, começou a operar abruptamente. O estágio crítico fora atingido com o estabelecimento de um mercado de trabalho na Inglaterra, no qual os trabalhadores ficavam ameaçados pela fome se deixassem de cumprir os ditames do trabalho assalariado. Logo que foi dado esse passo drástico, o mecanismo do mercado auto-regulável entrou em funcionamento. Seu impacto sobre a sociedade foi tão violento que, quase instantaneamente e sem qualquer mudança de opinião anterior, organizaram-se poderosas reações protetoras.

A despeito da grande diferença de natureza e origem, os mercados dos vários elementos da indústria revelavam agora um desenvolvimento paralelo. E não poderia ser de outra maneira. A proteção do homem, da natureza e da organização produtiva atingiu o nível de uma interferência nos mercados do trabalho e da terra, bem como na

mediação da troca - o dinheiro - e assim, ipso fato, prejudicaram a auto-regulação do sistema. Uma vez que o propósito da intervenção era reabilitar as vidas dos homens e do seu meio ambiente, e proporcionar-lhes alguma segurança de status, essa intervenção visava, naturalmente, reduzier a flexibilidade dos salários e a mobilidade da mão-de-obra, dando estabilidade aos rendimentos, continuidade à produção, introduzindo o controle público dos recursos nacionais e a administração do meio circulante a fima de impedir mudnças desordenadas no nívle de preço.

A Depressão de 1873-1886 e a dificuldade agrária da década de 1870 aumentaram permanentemente a tensão. No início da depressão, a Europa estava no apogeu do livre comércio. O novo Reich alemão havia imposto à França a cláusula de nação mais favorecida no acordo entre ele e esta última, comprometera-se a abandonar as tarifas sobre o ferro-gusa e introduzira o padrão-ouro. No final da depressão, a Alemanha já se havia cercado de tarifas protetoras, estabelecera uma organização geral de cartéis, organizara um sistema de seguro social global e praticava uma polícia colonial de alta pressão. O Prussianismo, que havia sido pioneiro do livre comércio, foi evidentemente tão pouco responsável pela mudança para o protecionismo como pela introdução do "coletivismo". Os Estados Unidos tinham tarifas ainda mal altas que o Reich e eram tão "coletivistas" como este, à sua própria maneira; eles subsidiaram fortemente a construção de ferrovias de longo curso e desenvolveram a elefantina formação de trustes.

Todos os países ocidentais seguiram a mesma tendência, independente da mentalidade nacional e da história.[2] Com o padrão-ouro internacional foi posto em atividade o mais ambicioso esquema de mercado, implicando a independência absoluta dos mercados às autoridádes nacionais. O comércio internacional significava agora a organização da vida no planeta sob um mercado auto-regulável, que compreendia o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo o padrão-ouro o guardião desse gigantesco autômato. Nações e povos eram apenas bonecos num espetáculo inteiramente fora do seu controle. Eles se protegiam do desemprego e da instabilidade com a ajuda dos bancos centrais e das tarifas aduaneiras, suplementadas por leis de migração. Esses artifícios se destinavam a neutralizar os efeitos destrutivos do comércio livre mais moedas determinadas e, na medida em que alcançavam esse proposito,

---

[2] G. D. H. Cole chama a década de 1870 “de longe o período ativo de legislação social de todo o século XIX”.

eles interferiam no desempenho desses mecanismos. Embora da uma dessas restrições tivesse os seus beneficiários, cujos superluos ou supersalários representavam uma taxação imposta a todos os utros cidadãos, muitas vezes era apenas o montante dessa taxação que era injustificado, não a proteção em si mesma. A longo prazo ocorreu uma queda global nos preços que beneficiou a todos.

Quer a proteção fosse justificada ou não, a debilidade do sistema mundial de mercado foi trazida à luz pelos efeitos das intervenções. As tarifas de importação de um país dificultavam as exportações de outro e forçavam-no a procurar mercados em regiões politicamente desproregidas. O imperialismo econômico era principalmente uma luta entre potências pelo privilégio de estender seu comércio aos mercados politicamente desprotegidos. A pressão exportadora foi reforçada pela disputa de suprimentos de matérias-primas causada pela febre manufarureira. Os governos emprestavam apoio a seus nacionais engajados em negócios nos países atrasados. O comércio e a bandeira corriam na esteira um do outro. O imperialismo e a preparação semiconsciente para a autarquia eram a inclinação das potências que se encontravam mais e mais dependentes de um sistema crescentemente falível de economia mundial. E, no entanto, era imperativa a rígida manutenção da integridade do padrão-ouro internacional. Esta foi uma fonte institucional da ruptura.

Uma contradição similar operava dentro das fronteiras nacionais. O protecionismo ajudou a transformar os mercados competitivos em mercados monopolistas. Cada vez menos os mercados podiam ser descritos como autônomos e como mecanismos automáticos de átomos em competição. Cada vez mais os indivíduos eram substituídos por associações, homens e capital ligados a grupos não competitivos. O ajuste econômico se tornou lento e difícil. A autoregulação dos mercados fora gravemente atingida. Ocasionalmente, o desajuste dos preços e as estruturas de custo prolongavam as depressões, o equipamento desajustado retardava a liquidação de investimentos não-lucrativos, o desajuste dos preços e os níveis de renda causavam tensão social. 'Qualquer que fosse o mercado em questão - trabalho, terra, ou dinheiro - a tensão transcendia a zona econômica e o equilíbrio tinha que ser restaurado por meios políticos. Todavia, a separação instirucional da esfera política e da esfera econômica era constitutiva da sociedade de mercado e tinha que ser mantida qualquer que fosse a tensão envolvida. Esta foi a outra fonte de tensão demolidora.

Estamos nos aproximando da conclusão de nossa narrativa, mas parte considerável do nosso argumento precisa ser desdobrada. Mesmo que consigamos provar, fora de qualquer dúvida, que no cerne da transformação estava o fracasso da utopia do mercado, ainda temos a tarefa de mostrar de que maneira os acontecimentos reais foram determinado por essa causa.

Num certo sentido, esta é uma tarefa impossível, pois a história não é modelada por qualquer fator único. Entretanto, a despeito de toda a sua riqueza e variedade, o fluxo da história tem suas situações e alternativas periódicas, que respondem pela ampla similaridade na tessitura dos acontecimentos de uma época. Não precisamos nos preocupar com as fímbrias dos torvelinhos imprevisíveis, se podemos dar conta, até certo ponto, das regularidades que governam as correntes e contracorrentes sob condições típicas.

No século XIX, tais condições foram dadas pelo mecanismo do mercado auto-regulável, cujas exigências tiveram que ser cumpridas pela vida nacional e internacional. A partir desse mecanismo, seguiram-se duas peculiaridades da civilização: seu rígido determinismo e seu caráter econômico. A perspectiva contemporânea tendia a ligar os dois e presumir que o determinismo derivava da natureza da motivação econômica, pela qual se esperava que os indivíduos perseguissem seus interesses monetários. O fato é que não havia conexão entre os dois. O "determinismo", tão proeminente em tantos detalhes, foi simplesmente o resultado do mecanismo de uma sociedade de mercado com suas alternativas previsíveis, cuja rigidez foi erroneamente atribuída à força das motivações materialistas. O sistema oferta-procura preço sempre equilibrar-se-à, quaisquer que sejam os motivos dos indivíduos, e as motivaçôes econômicas per se são notoriamente muito menos efetivas para a maioria das pessoas do que as chamadas motivações emocionais.

A humanidade estava sob o guante, não de novas motivações, mas de novos mecanismos. Resumindo, a tensão surgiu da zona de mercado e daí se difundiu para a esfera política, compreendendo assim o todo da sociedade. Dentro das próprias nações, porém, a tensão continuava latente enquanto a economia mundial continuava a funcionar. Somente quando se dissolveu a última das suas instituições sobreviventes, padrão-ouro, foi que a expressão existente dentro das nações finalmente se liberou. Diferentes como foram suas respostas à nova situação, e essência elas representaram os ajustes ao desaparecimento da econo mundial tradicional; quando esta se desintegrou, a própria civilização

de mercado foi engolfada. Isto explica o fato quase inacreditável de uma civilização estar se desmoronando pela atuação cega de instituições sem alma, cujo único propósito era o incremento automático do bem-estar material.

Mas como aconteceu realmente o inevitável? Como ele se traduziu nos eventos políticos que são o cerne da história? Foi nesta fase final da queda da economia de mercado que o conflito das forças de classe penetrou decisivamente.

TERCEIRA PARTE

TRANSFORMAÇÃO EM PROGRESSO

19
GOVERNO POPULAR E ECONOMIA DE MERCADO

Quando o sistema internacional fracassou, na década de 1920, reapareceram os temas quase esquecidos do capitalismo primitivo. O primeiro e mais importante entre eles foi o do governo popular.

O ataque fascista à democracia popular reviveu simplesmente o tema do intervencionismo político que assombrava a história da economia de mercado, já que este tema nada mais era que um outro nome para a separação entre as esferas econômica e política.

O tema do intervencionismo foi primeiro levantado, em relação ao trabalho, de um lado, pela Speenhamland e a New Poor Law e, de outro, pela reforma parlamentar e pelo movimento cartista. Quanto à terra e ao dinheiro, a importância do intervencionismo não foi menor, embora os choques tenham sido menos espetaculares. No continente, dificuldades semelhantes em relação ao trabalho, terra e dinheiro surgiram com um intervalo de tempo que levou os conflitos a recaírem num meio industrialmente mais moderno mas socialmente menos unificado. Em todos os lugares a separação entre a esfera econômica e a política foi o resultado do mesmo tipo de desenvolvimento. Tanto na Inglaterra como no continente, os pontos de partida foram a criação de um mercado de trabalho competitivo e a democratização do estado político.

A Speenharnland tem sido descrita, com muita propriedade, como um ato preventivo de intervenção que obstruiu a criação de um mercado de trabalho. A batalha por uma Inglaterra industrial foi travada, em primeiro lugar, e perdida na ocasião, pela Speenharnland. Nessa luta, o

lema do intervencionismo foi cunhado pelos economistas clássicos e a Speenharnland estigmatizada como uma interferência artificial numa ordem de mercado ainda não-existente. Townsend, Malthus e Ricardo erigiram o edifício da economia clássica sobre as fundações inconsistentes das condições da Poor Law, e ele foi o mais formidável instrumento conceitual de destruição jamais dirigido contra uma ordem desgastada. Todavia, durante mais uma geração o sistema de abonos protegeu os limites da aldeia contra o atrativo dos elevados salários urbanos. Em meados da década de 1820, Huskisson e Peel ampliavam os caminhos do comércio exterior, surgiu a permissão para a exportação de maquinaria, foi levantado o embargo sobre a exportação da lã, abolidas as restrições à navegação, a emigração foi facilitada e a revogação formal do Statute of Artificers sobre aprendizado e avaliações salariais foi seguida pela abolição das Anti-Combination Laws. Ainda assim, a desmoralizante Speenharnland Law se difundia de condado a condado" privando o operário do trabalho honesto e transformando em incongruência o próprio conceito de homem trabalhador independente. Embora já tivesse chegado a oportunidade para um mercado de trabalho, sua criação foi impedida pela "lei" dos proprietários rurais.

O parlamento da reforma atacou de imediato a abolição do sistema de abonos. A New Poor Law, que atingiu essa finalidade, foi considerada o ato mais importante de legislação social jamais votado pela . Câmara dos Comuns. No entanto, o cerne desse decreto foi simplesmente a abolição da Speenharnland. Não existe prova mais decisiva do . que o fato de que, nessa ocasião, a simples ausência de intervenção no mercado de trabalho era reconhecida como algo de importância constitutiva para toda a futura estrutura da sociedade. O mesmo se pode dizer em relação à fonte econômica da tensão.

Quanto à fonte política, a reforma parlamentar de 1832 realizou uma revolução pacífica. A estratificação social do país foi alterada pela Poor Law Amendment de 1834, e alguns dos fatos básicos da vida inglesa foram reinterpretados ao longo de linhas radicalmente novas. A New Poor Law aboliu a categoria geral dos pobres, o "pobre honesto" ou "pobre trabalhador" - termos contra os quais Burke já havia investido. Os pobres anteriores se dividiam agora em indigentes fisicamente desamparados, cujo lugar era nos albergues, e trabalhadores independentes que ganhavam sua vida com o trabalho assalariado. Isto criou uma categoria de pobres inteiramente nova, o desempregado, que fez sua aparição no cenário social. Enquanto o indigente deveria ser atendido por uma questão de humanidade, o desempregado não deveria

ser assistido, em favor da indústria. Não importava o fato de que o trabalhador desempregado não era responsável pela sua própria sorte. O ponto não era se ele podia ou não encontrar trabalho, caso tentasse, mas que o sistema salarial sofreria uma derrocada, atirando a sociedade na miséria e no caos, a não ser que ele se sentisse ameaçado pela fome, tendo como alternativa apenas o detestado albergue. Reconhecia-se que isto significava castigar um inocente, mas a perversão da crueldade consistia precisamente em emancipar o trabalhador com o objetivo concreto de fazer da fome uma ameaça efetiva de destruição. É justamente este procedimento que torna inteligível aquele melancólico sentimento de desolação que as obras dos economistas clássicos nos transmitem. Assim, fechando as portas aos excedentes que se encontravam agora aprisionados dentro dos limites do mercado de trabalho, o governo se colocou sob um estatuto que negava a si mesmo, pois - nas palavras de Harriet Martineau - fornecer qualquer assistência às vítimas inocentes passou a ser uma "violação dos direitos do povo" por parte do estado.

Quando o movimento cartista exigiu a entrada dos deserdados nos limites do estado, a separação do econômico e do político deixou de ser um tema acadêmico e passou a ser incontestável condição do sistema vigente na sociedade. Teria sido um ato de loucura entregar a administração da New Poor Law, com seus métodos científicos de tortura mental, aos representantes do mesmo povo a quem esse tratamento era dispensado. Lorde Macaulay estava apenas sendo coerente quando exigiu, na Câmara dos Lordes, num dos discursos mais eloqüentes jamais feitos por um grande liberal, a rejeição incondicional da petição cartista, em nome da instituição da propriedade sobre a qual repousava toda a civilização. Sir Robert Peel acusou a Carta de ser um ataque à Constituição. Quanto mais viciosamente o mercado de trabalho retorcia as vidas dos trabalhadores, mais insistentemente eles clamavam pelo voto. A exigência de um governo popular foi a fonte política da tensão.

Sob tais condições, o constitucionalismo adquiriu um significado inteiramente novo. Até então, as salvaguardas constitucionais contra a interferência ilegítima nos direitos de propriedade eram dirigidas apenas contra os atos arbitrários vindos de cima. A visão de Lock não transcendeu os limites da propriedade fundiária e comercial, e objetivava apenas excluir os decretos despóticos da Coroa, como as secularizações feitas sob Henrique VIII, o roubo da Casa da Moeda sob Carlos I ou a "parada" do Erário sob Carlos II. A separação entre governo e negócios, no sentido de John Locke, foi alcançada de forma exemplar

na carta de um banco independente da Inglaterra em 1694. O capital comercial havia ganho a sua luta contra a Coroa.

Cem anos mais tarde, era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo. Só uma noção equivocada poderia levar à aplicação das acepções do século XVII às situações do século XIX. A separação de poderes, que Montesquieu (1748) havia inventado nesse intervalo, era usada agora para isolar o povo do poder sobre a sua própria vida econômica. A constituição norte-americana, modelada num ambiente de fazendeiros e artífices por uma liderança já precavida pelo cenário industrial inglês, isolou completamente a esfera econômica da jurisdição da constituição, colocando a propriedade privada sob a mais alta proteção concebível, e criou a única sociedade de mercado legalmente constituída no mundo. Apesar do sufrágio universal, os eleitores norte-americanos não tinham poder contra os proprietários.[1]

Na Inglaterra, tornou-se uma lei não escrita na Constituição que deveria ser negado o voto à classe trabalhadora. Os líderes cartistas foram presos; seus partidários, que atingiam milhões, foram ridicularizados por um legislativo que representava apenas uma pequena fração da população, e a simples exigência de eleição era tratada pelas autoridades como um ato criminal. Não havia qualquer indício do espírito de compromisso supostamente característico do sistema britânico uma invenção posterior. Só depois que a classe trabalhadora atravessou os Hungry Forties (a fome dos anos quarenta) é que emergiu uma geração mais dócil para colher os benefícios da Idade de Ouro do capitalismo; só depois que uma camada superior de trabalhadores especializados criou os seus sindicatos e separou-se da negra massa de paupérrimos trabalhadores; só depois que os trabalhadores aquiesceram ao sistema que a New Poor Law impunha a eles é que se permitiu ao estrato mais bem remunerado de trabalhadores participar nas assembléias da nação. Os cartistas haviam lutado pelo direito de parar o moinho do mercado que triturava as vidas do povo, mas esses direitos só foram concedidos ao povo depois que o terrível ajuste fora concretizado. Dentro e fora da Inglaterra, de Macaulay a Mises, de Spencer a Sumner, não houve um único militante liberal que deixasse de expressar a sua convicção de que a democracia popular era um perigo para o capitalismo.

---

[1] Hadley, A. T., *Economics: an Account of the Relations between Private Prosperty and Public Welfare*, 1896.

A experiência do tema trabalhista foi repetida no item moeda e também nele a década de 1920 foi prefigurada pela década de 1790, Bentham foi o primeiro a reconhecer que a inflação e a deflação eram intervenções no direito à propriedade: a primeira, um imposto sobre, a última uma interferência nos negócios.[2] Desde então o trabalho e o dinheiro, o desemprego e a inflação estiveram politicamente na mesma categoria. Cobbett denunciou o padrão-ouro juntamente com a New Poor Law; Ricardo apoiou ambos, e com argumentos bastante similares, sendo o trabalho e o dinheiro mercadorias e não tendo o governo o direito de interferir com qualquer dos dois. Banqueiros se opunham à introdução do padrão-ouro, como Atwood de Birmingham, encontravam-se do mesmo lado que os socialistas, como Owen. Um século mais tarde, Mises ainda reiterava que o trabalho e o dinheiro não eram uma preocupação maior do governo do que qualquer outra mercadoria do mercado. No século XVIII, na América do Norte pré-federativa, o dinheiro barato era o equivalente da Speenhamland, isto é, uma concessão economicamente desmoralizante feita pelo governo, para atender ao clamor popular. A Revolução Francesa e os seus assignats[*] mostraram que o povo podia destruir a moeda, e a história dos estados americanos não ajudava a dissipar essa suspeita. Burke identificava a democracia norte-americana com problemas na moeda, e Hamilton receava não apenas as facções mas também a inflação. Todavia, enquanto na América do Norte do século XIX as escaramuças dos partidos populistas e *greenback* com os magnatas de Wall Street eram endêrnicas, na Europa a acusação de inflacionismo só se tornou um argumento efetivo contra legislativos democráticos na década de 1920, com conseqüências políticas de longo alcance.

A proteção social e a interferência na moeda não eram simplesmente temas análogos, mas freqüentemente idênticos. Desde o estabelecimento do padrão-ouro, a moeda passou a ser ameaçada tanto pela elevação do nível salarial quanto pela inflação direta - ambas podiam diminuir as exportações e até depreciar os câmbios. Esta simples conexão entre as duas formas básicas de intervenção tornou-se o fulcro da política na década de 1920. Partidos preocupados com a segurança da

[2] Bentham, J., Manual of Political Economy, p. 44, sobre inflação como “frugalidade forçada”; p. 45 (pré-de-página) como “taxação indireta”. Cf. também *Principles of Civil Code*, cap. 15.
[*] Papel-moeda emitido pelo governo da Revolução Francesa (N. do R.)

moeda protestavam tanto contra os déficits orçamentários ameaçadores como contra as políticas do dinheiro barato, opondo-se, assim, tanto à "inflação do tesouro" quanto à "inflação do crédito" ou, em termos mais práticos, denunciando os encargos sociais e os altos salários, os sindicatos profissionais e os partidos trabalhistas. Não era a forma que importava, mas a essência, e quem poderia duvidar que os benefícios irrestritos ao desemprego poderiam ser tão efetivos na perturbação do equilíbrio do orçamento como uma taxa de juros demasiado baixa no inflacionamento dos preços - e com as mesmas conseqüências nefastas para os câmbios? Gladstone havia feito do orçamento a consciência da nação britânica. Para povos menos importantes, uma moeda estável poderia ocupar o lugar do orçamento. O resultado, porém, era bastante aproximado. Quer fossem os salários ou os serviços sociais que tivessem que ser cortados, as conseqüências de não cortá-los eram determinadas inexoravelmente pelo mecanismo do mercado. Do ponto de vista desta análise, o governo nacional de 1931 na Grã-Bretanha executou, de forma modesta, a mesma função que o New Deal norte-americano. Ambos foram movimentos de ajuste de países isolados à grande transformação. Mas o exemplo britânico teve a vantagem de estar livre de fatores complicadores, como lutas civis ou conversões ideológicas, revelando assim mais claramente os aspectos decisivos.

Desde 1925 que não era sólida a situação da moeda da Grã-Bretanha. O retorno ao ouro não se fez acompanhar de um ajuste correspondente ao nível de preços, que estava bastante acima da paridade mundial. Muito poucas pessoas tinham consciência do absurdo do curso que seguiam, conjuntamente, governo e banco, partidos e sindicatos profissionais. Snowden, Chanceler do Erário no primeiro governo trabalhista (1924), foi um adepto do padrão-ouro como jamais existiu outro e, no entanto, ele compreendeu que, assumindo a tarefa de restaurar a libra esterlina, ele havia comprometido seu partido a apoiar uma queda nos salários ou então levar a breca. Sete anos mais tarde o partido trabalhista foi forçado a ambas as coisas - pelo próprio Snowden. No outono de 1931, o contínuo vazamento da depressão já começava a se refletir sobre a libra esterlina. Foi em vão que o colapso da greve geral de 1926 procurou garantir a impossibilidade de um novo aumento no nível salarial - ele não impediu o aumento do encargo financeiro dos serviços sociais, especialmente através do benefício incondicional ao desemprego. Não era preciso que um banqueiro "esbravejasse" (embora ocorressem esses acessos) para impressionar a

nação com a alternativa da moeda sólida e orçamentos sólidos de um lado, e a melhoria dos serviços sociais e uma moeda desvalorizada do outro - não importava que a depreciação fosse causada pelos salários altos e quedas das exportações ou simplesmente por gastos deficitários. Em outras palavras, ou se fazia uma redução nos serviços sociais ou se agüentaria uma queda nos câmbios. Já que o partido trabalhista era incapaz de se decidir entre um e outro - a redução era contrária à política sindicalista e abandonar o ouro seria considerado um sacrilégio ele teve que deixar o governo e os partidos tradicionais acabaram reduzindo os serviços sociais e abandonando o ouro, eventualmente. O benefício incondicional ao desemprego foi arrasado, sendo introduzidos recursos experimentais. Ao mesmo tempo, as tradições políticas do país sofreram uma mudança significativa. O sistema bipartidário foi suspenso e não se mostrou qualquer precipitação em restaurá-lo. Doze anos mais tarde ele ainda estava em eclipse e todos os indícios eram contra um próximo retorno. Sem qualquer perda trágica de bem-estar ou de liberdade, o país, suspendendo o padrão-ouro, dava um passo decisivo em direção à transformação. Durante a Segunda Guerra Mundial isto se fez acompanhar de mudanças nos métodos do capitalismo liberal. Todavia, esses últimos não mudaram em caráter permanente e, portanto, não tiraram o país da zona de perigo.

Em todos os países europeus importantes estava em atividade um mecanismo semelhante, e praticamente com os mesmos resultados. Na Áustria em 1923, na Bélgica e na França em 1926, na Alemanha em 1931, os partidos trabalhistas tiveram que abandonar seu posto para "salvar amoeda". Estadistas como Seipel, Francqui, Poincaré ou Brüning eliminaram os trabalhistas do governo, reduziram os serviços sociais e tentaram quebrar a resistência dos sindicatos nos ajustes salariais. Invariavelmente o perigo era em relação à moeda e, com igual regularidade, a responsabilidade era atribuída aos salários inflacionados e aos orçamentos desequilibrados. Uma tal simplificação não faz justiça à variedade dos problemas envolvidos, que compreendiam praticamente todas as questões de política econômica e financeira, inclusive as de comércio exterior, agricultura e indústria. Entretanto, quanto mais de perto considerarmos essas questões, mais claro se torna que, na verdade, a moeda e o orçamento focalizavam os temas pendentes entre empregadores e empregados, e o resto da população oscilava no apoio a um ou outro dos grupos principais.

A chamada experiência Blun (1936) oferece mais um exemplo. Os trabalhadores estavam no governo, mas sob a condição de não ser

imposto qualquer embargo às exportações de ouro. O New Deal francê não teve qualquer oportunidade de atuação, pois o governo estava pre o à questão crucial da moeda. O caso é conclusivo já que na França, como na Inglaterra, uma vez tornado inócuo o trabalhismo, os partido de classe média abandonavam a defesa do padrão-ouro sem mais explicações. Estes exemplos revelam como era frustrante o efeito do postulado da moeda sólida sobre a política popular.

A experiência norte-americana ensinou a mesma lição, de outra forma. O New Deal não poderia ter sido lançado sem que se abandonasse o ouro, embora o câmbio estrangeiro realmente importasse pouco. Sob o padrão-ouro, os líderes do mercado financeiro, pela própria natureza das coisas, são incumbidos de resguardar os câmbios estáveis e o crédito interno sólido, dos quais muito dependem as finanças governamentais. Assim a organização bancária está em situação de obstruir qualquer movimentação interna na esfera econômica que lhe desagrade, sejam as suas razões boas ou más. Em termos de política, os governos têm que acatar os conselhos dos banqueiros no que se refere à moeda e ao crédito, pois só eles sabem se uma determinada medida financeira ameaçará ou não o mercado de capital e os câmbios. O fato de o protecionismo social não resultar num impasse, neste caso, foi porque os Estados Unidos abandonaram o ouro a tempo. Embora as vantagens técnicas dessa medida tenham sido poucas (e os motivos apresentados pela administração foram falhos, como acontece quase sempre), o despojamento político de Wall Street foi conseqüência desse passo. O mercado financeiro governa através do pânico, mas o eclipse de Wall Street na década de 1930 salvou os Estados Unidos de uma catástrofe social do tipo continental.

Todavia, só nos Estados Unidos, com sua independência frente ao mercado mundial e sua posição monetária excessivamente forte, é que o padrão-ouro foi, primordialmente, assunto de política interna. Nos outros países, abandonar o ouro significava nada menos que retirar-se da economia mundial. A única exceção talvez seja a Grã-Bretanha, pois sua participação no comércio mundial era tão ampla que ela já havia conseguido estabelecer as modalidades sob as quais deveria funcionar o sistema monetário internacional, atirando a maior parte da carga do 'padrão-ouro sobre os outros. Nenhuma dessas condições subsistia em países como Alemanha, França, Bélgica e Áustria. Neles a destruição da moeda significava cortar os laços com o mundo exterior, sacrificando as indústrias dependentes de matérias-primas importadas, desorganizando o comércio exterior sobre o qual o emprego se firmava, e tudo

isto sem a possibilidade de impor a seus fornecedores um mesmo grau de depreciação para fugir às conseqüências internas de uma queda no valor de ouro da moeda, como fizera a Grã-Bretanha.

Os câmbios eram o braço mais atuante da alavanca que pressionava o nível salarial. Antes que os câmbios trouxessem o assunto à baila, era tema salarial que aumentava a tensão sob a superfície. O que as leis do mercado freqüentemente não podiam impor aos relutantes assalariados, o mecanismo do câmbio externo conseguiu da forma mais efetiva. O indicador da moeda tornou visível a todos os efeitos desfavoráveis que a política intervencionista dos sindicatos profissionais impunha ao mecanismo de mercado (cujas fraquezas inerentes, inclusive o ciclo comercial, eram agora levadas em conta).

De fato, a natureza utópica de uma sociedade de mercado não pode ser mais bem ilustrada do que através dos absurdos com os quais a ficção mercadoria, em relação ao trabalho, envolve a comunidade. A greve, essa arma normal de barganha da ação industrial, era considerada, cada vez com mais freqüência, como uma interrupção injustificada do trabalho socialmente útil e que ao mesmo tempo diminuía o dividendo social do qual em última instância provinham os salários. As greves de apoio provocavam ressentimentos, as greves gerais eram vistas como ameaça à existência da comunidade. De fato, as greves nos serviços vitais e de utilidade pública mantinham os cidadãos presos, enquanto os envolviam nos problemas labirínticos das verdadeiras funções de um mercado de trabalho. Supõe-se que o trabalho encontre o seu preço no mercado, e qualquer preço além do estabelecido por ele é considerado antieconômico. Enquanto o trabalho corresponde a essa responsabilidade, ele cornportar-se-á como um elemento na provisão daquilo que ele é, a mercadoria "trabalho", e recusar-se-á a vender abaixo do preço que o comprador pode se permitir pagar. Seguido esse raciocínio, isto significa que a principal obrigação do trabalho é estar em greve quase que continuamente. A proposição pode ser considerada um mero disparate, mas ela é a única inferência lógica a partir da teoria do trabalho como mercadoria. A fonte da incoerência entre teoria e prática é que o trabalho não é realmente uma mercadoria, e se o seu fornecimento fosse sustado para atingir um preço satisfatório (como acontece com o abastecimento de todas as outras mercadorias, em circustâncias similares), a sociedade logo teria que se dissolver por falta de sustento. É notável que tal consideração jamais tenha sido incluída pelos economistas liberais na discussão do tema da greve.

Voltando à realidade: o método grevista para a fixação salarial seria desastroso em qualquer tipo de sociedade, incluindo a nossa, que se orgulha da sua racionalidade utilitarista. Na verdade, o trabalhador não tem qualquer segurança no seu emprego sob um sistema de empresa privada, uma circunstância que envolve grave deterioração em seu status. Acrescentemos a isto a ameaça do desemprego em massa, e a função dos sindicatos profissionais se torna moral e culturalmente vital para a manutenção de padrões mínimos para a maioria do povo. Mas é claro que qualquer método de intervenção que ofereça proteção aos trabalhadores deve obstruir o mecanismo do mercado auto-regulável e até mesmo diminuir o fundo de bens de consumo que provê os salários dos trabalhadores.

Por necessidade inerente, ressurgiram os problemas cruciais da sociedade de mercado: intervencionismo e meio circulante. Eles se tornaram o centro da política da década de 1920. O liberalismo econômico e o intervencionismo socialista se voltaram para as diferentes respostas dadas a eles.

O liberalismo econômico fez um esforço supremo para restaurar a auto-regulação do sistema, eliminando todas as políticas intervencionistas que interferiam com a liberdade dos mercados de terra, trabalho e dinheiro. Ele se propôs nada menos que resolver, numa emergência, o problema secular envolvido nos três princípios fundamentais do livre-comércio, do mercado livre do trabalho e do livre funcionamento do padrão-ouro. Ele se tornou, de fato, a ponta-de-lança de uma heróica tentativa de restaurar o comércio mundial, de remover todos os empecilhos evitáveis para a mobilidade do trabalho, e de reconstruir câmbios estáveis. Este último objetivo tinha precedência sobre os demais. A menos que fosse restaurada a confiança nas moedas, o mecanismo de mercado não poderia funcionar e, nesse caso, seria ilusório esperar que os governos deixassem de proteger as vidas de seus povos por todos os meios ao seu alcance. Na natureza das coisas, esses meios eram, basicamente, tarifas e leis sociais destinadas a garantir alimentos e empregos, isto é, precisamente o tipo de intervenção que tornava impraticável um sistema auto-regulável.

Havia uma outra razão, mais imediata, para colocar em primeiro lugar a restauração do sistema monetário internacional: em face dos mercados desorganizados e dos câmbios instáveis, o crédito internacional desempenhava um papel cada vez mais vital. Antes da Primeira Guerra Mundial, os movimentos do capital internacional (além daqueles ligados aos investimentos de longo prazo) apenas ajudavam a conservar

líquido o balanço de pagamentos, mas eram estritamente limitados até mesmo nessa posição, por considerações econômicas. O crédito só era concedido àqueles que mereciam confiança na área dos negócios. Agora a posição se invertia: surgiram as dívidas na área política, as reparações e os empréstimos concedidos numa base semipolítica, para tornar possível o pagamento das reparações. Mas os empréstimos eram concedidos, também, por razões de política econômica, para estabilizar os preços mundiais ou restaurar o padrão-ouro. O mecanismo do crédito passou a ser utilizado por aquela parte da economia mundial relativamente sólida para diminuir a diferença nas partes relativamente desorganizadas dessa economia, independente das condições de produção e de comércio. As balanças de pagamento os orçamentos e os câmbios passaram a se equilibrar artificialmente numa série de países, com a ajuda de um mecanismo de crédito internacional supostamente todo-poderoso. Esse mesmo mecanismo se baseava na expectativa de um retorno a câmbios estáveis que, mais uma vez, era sinônimo de um retorno ao ouro. Uma espécie de cinta elástica, de força descomunal, ajudava a manter uma aparência de unidade num sistema econômico em dissolução, mas essa cinta talvez só agüentasse a pressão se o retorno ao ouro fosse feito a tempo.

A realização de Genebra foi notável, à sua maneira. Não fora o fato do objetivo ser intrinsecamente impossível, ele teria sido certamente atingido, pois as tentativas nesse sentido foram suficientemente hábeis, constantes e coerentes. Conforme a situação, porém, nenhuma intervenção foi provavelmente mais desastrosa nos seus resultados do que a de Genebra. Como ela parecia estar sempre à beira do sucesso, ela agravou enormemente os efeitos do fracasso final. Entre 1923, quando o marco alemão foi pulverizado em poucos meses, e o começo de 1930, quando todas as moedas importantes do mundo estavam no ouro, Genebra utilizou o mecanismo de crédito internacional para aliviar a carga das economias incompletamente estabilizadas da Europa Oriental, primeiro em cima dos vitoriosos ocidentais, depois para os ombros ainda mais largos dos Estados Unidos.[3] O colapso ocorreu na América durante o ciclo normal de negócios mas, quando chegou, a rede financeira criada por Genebra e pelos bancos anglo-saxões enredou a economia do planeta numa confusão total e absoluta.

[3] Polanyi, K., "Der Mechanismus der Weltwirtschaftskrise". *Der Österreichische Volkswirt*, 1933 (suplemento)

Muito mais foi envolvido ainda. Durante a década de 1920, de acordo com Genebra, as questões de organização social tinham que ser inteiramente subordinadas às necessidades de restauração da moeda. A deflação era a necessidade básica e as instituições internas tinham que se ajustar da melhor maneira que pudessem. Enquanto isto era preciso adiar até mesmo a restauração dos mercados internos livres e do estado liberal. Nas palavras da Delegação do Ouro, a deflação falhara em afetar certas classes de bens e serviços e, portanto, falhara também em atingir um novo equilíbrio estável". Os governos tinham que intervir para reduzir os preços dos artigos monopolizados, para reduzir as tabelas salariais já determinadas e cortar os aluguéis. O ideal deflacionista passou a ser uma "economia livre sob um governo forte". Entretanto, enquanto a frase tinha significado real quanto ao governo, isto é, poderes de emergência e suspensão das liberdades públicas, a "economia livre" significava, na prática, o oposto do que se dizia, isto é, os preços e os salários eram ajustados pelo governo (embora o ajuste fosse feito com o propósito expresso de restaurar a liberdade dos câmbios e libertar os mercados internos). A prioridade dos câmbios envolvia nada menos que o sacrifício dos mercados livres e dos governos livres - os dois pilares do capitalismo liberal. Genebra representou, portanto, uma mudança de objetivo, mas nenhuma mudança nos métodos: enquanto os governos inflacionários, condenados por Genebra, subordinavam a estabilidade da moeda à estabilidade das rendas e do emprego, os governos deflacionários, colocados no poder por Genebra, utilizavam as mesmas intervenções para subordinar a estabilidade das rendas e do emprego à estabilidade da moeda.

Em 1932, o relatório da Delegação do Ouro da Liga das Nações declarou que, com a volta da incerteza do câmbio, havia sido eliminada a principal realização monetária da última década. O que o relatório não disse foi que, no decurso desses vãos esforços deflacionários, os mercados livres não haviam sido restaurados, embora os governos livres fossem sacrificados. Embora se opusessem, em teoria, tanto ao intervencionismo como à inflação, os liberais econômicos haviam escolhido entre os dois e colocado o ideal da moeda sólida acima da não intervenção. Ao fazê-lo, eles seguiram a lógica inerente a uma economia auto-regulável. Todavia, um curso de ação como esse tendia a difundir a crise, sobrecarregava a finança com a tensão insuportável dos deslocamentos econômicos maciços e acumulava os déficits de várias economias nacionais, a ponto de tornar inevitável a ruptura dos remanescentes da divisão internacional do trabalho. A teimosia dos

liberais econômicos em apoiar o intervencionismo autoritário durante uma década crítica, a serviço de políticas deflacionárias, resultou apenas no enfraquecimento decisivo das forças democráticas que talvez pudessem ter impedido a catástrofe fascista. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos - senhores e não servos do meio circulante - abandonaram o ouro a tempo de escapar a esse perigo.

O socialismo é, na sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial de transcender o mercado auto-regulável, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática. Ele é a solução natural para os trabalhadores industriais que não vêem qualquer motivo para que a produção não seja diretamente regulada e que os mercados sejam mais do que uma característica útil, mas subordinada, numa sociedade livre. Do ponto de vista da comunidade como um todo, o socialismo é apenas a continuidade do esforço de fazer da sociedade uma relação de pessoas nitidamente humana e que, na Europa Ociden-tal, sempre esteve associada às tradições cristãs. Do ponto de vista do sistema econômico, ele é, ao contrário, uma ruptura radical com o passado imediato, na medida em que ele rompe com a tentativa de fazer dos ganhos monetários privados o incentivo geral para as atividades produtivas, e não reconhece aos indivíduos particulares o direito de disporem dos principais instrumentos de produção. Em última instância, é isto que torna difícil a reforma da economia capitalista pelos partidos socialistas, mesmo quando estes estão dispostos a não interferir com o sistema de propriedade. A mera possibilidade de que eles decidam fazê-lo corrói aquele tipo de confiança que é vital na economia liberal, isto é, a confiança absoluta na continuidade dos títulos de propriedade. Embora o teor real dos direitos de propriedade possam sofrer uma redefinição por parte da legislação, a segurança da continuidade formal é essencial para o funcionamento do sistema de mercado.

Desde a Primeira Guerra Mundial, ocorreram duas mudanças que afetam a posição do socialismo. Primeiro, o sistema de mercado mostrou-se falível a ponto de um colapso quase total, uma deficiência não esperada sequer pelos seus críticos. Segundo, criou-se na Rússia uma economia socialista representando um ponto de partida inteiramente novo. Embora as condições sob as quais esse empreendimento ocorreu o tornassem inaplicável aos países ocidentais, a simples existência da Rússia soviética provou ser uma influência incisiva. É verdade que ela se voltou para o socialismo por falta de indústrias, de uma população alfabetizada e de tradições democráticas - todas as três precondições do socialismo, de acordo com as idéias ocidentais. Essas diferenças

tornaram seus métodos e soluções inaplicáveis em qualquer outro lugar, mas não impediram que o socialismo se tornasse um poder mundial.

O continente, os partidos dos trabalhadores sempre foram socialistas em sua perspectiva e qualquer reforma que desejassem alcançar era, de imediato, suspeita de servir a objetivos socialistas. Em épocas mais tranqüilas essa suspeita seria injustificada, pois os partidos socialistas da classe trabalhadora como um todo estavam mais comprometidos com a reforma do capitalismo do que com a sua derrubada revolucionária.

Uma emergência, porém, a situação se modificava. Se os métodos normais não eram válidos, então poderiam ser tentados outros métodos, anormais, e, em se tratando de um partido de trabalhadores, tais métodos poderiam incluir o desprezo aos direitos de propriedade. Sob a pressão de um perigo iminente, os partidos dos trabalhadores podiam apelar para medidas de caráter socialista ou que assim pareciam aos partidários militantes da empresa privada. Um simples indício nesse sentido seria suficiente para atirar os mercados numa confusão e começar um pânico universal.

Sob condições como essas, o rotineiro conflito de interesses entre patrões e empregados assumiu um caráter sinistro. Embora uma divergência de interesses econômicos terminasse sempre em compromisso, normalmente, a separação das esferas econômica e política na sociedade tendia a investir tais choques de graves conseqüências para a comunidade. Os patrões eram os proprietários das fábricas e das minas e, portanto, diretamente responsáveis pelo andamento da produção na sociedade (além do seu interesse pessoal nos lucros). Em princípio, eles teriam o apoio de todos na sua tentativa de manter a indústria em andamento. Por outro lado, os empregados representavam uma grande secção da sociedade; seus interesses também eram, e num grau importante, coincidentes com os da comunidade como um todo. Eles constituíam a única classe apta a proteger os interesses dos consumidores, dos cidadãos, dos seres humanos como tais e, com o sufrágio universal, a sua quantidade numérica lhes conferia uma preponderância na esfera política. Entretanto, o legislativo, como a indústria, desempenhava funções normais na sociedade. Seus membros tinham a seu cargo a formação da vontade comunal, a administração da política pública, a elaboração de programas a longo prazo, internos e externos. Nenhuma sociedade complexa podia passar sem órgãos legislativos atuantes e corpos executivos de tipo político. Um choque de interesses de grupo que resultasse na paralisação de órgãos da indústria ou do estado - um deles ou ambos - criava um perigo imediato para a sociedade.

E, no entanto, foi precisamente este o caso da década de 1920. O trabalho se entrincheirou no parlamento, onde o seu número lhe dava peso, os capitalistas fizeram da indústria uma fortaleza para dirigir o país. Os órgãos populares responderam com uma impiedosa intervenção nos negócios, desprezando as necessidades de uma dada forma de indústria. Os capitães de indústria subvertiam a lealdade da população para com os seus próprios dirigentes, livremente eleitos, enquanto órgãos democráticos entravam em luta contra o sistema industrial do qual dependia a subsistência de todos. É claro que chegaria o momento em que ambos, os sistemas econômico e político, se veriam ameaçados de uma paralisia total. O medo atingiria o povo e a liderança' seria entregue àqueles que oferecessem uma saída fácil, a qualquer preço. A época estava madura para a solução fascista.

20
A HISTÓRIA NA ENGRENAGEM DA MUDANÇA SOCIAL

Se jamais existiu um movimento político que correspondeu às necessidades de uma situação objetiva, e que não foi resultado de causas fortuitas, ele foi o fascismo. Ao mesmo tempo, o caráter degenerativo da solução fascista era evidente. Ela oferecia um escape a um impasse institucional que era essencialmente semelhante em grande número de países e, no entanto, se esse remédio fosse aplicado em todo lugar ele teria produzido uma doença que levaria à morte. Esta é a maneira na qual perecem as civilizações.

A solução fascista do impasse atingido pelo capitalismo liberal pode ser descrita como uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político. O sistema econômico, ameaçado de ruptura, poderia ser revitalizado, mas os povos ficaram sujeitos a uma reeducação que se propunha a desnaturalizar o indivíduo e torná- 10 incapaz de funcionar como unidade responsável do corpo político.[1] Essa reeducação, que abrangia o dogma de uma religião política que negava a idéia da fraternidade do homem em todas as suas formas, foi alcançada através de um ato de conversão de massa, imposta aos recalcitrantes por métodos científicos de tortura.

[1] Polanyi, K., “The Essence of Fascin”. Em *Chistianity and the Social Revolution*, 1935.

O aparecimento desse movimento nos países industrializados do globo, e até mesmo em alguns menos industrializados, jamais pode ser atribuído a causas locais, mentalidades nacionais ou formação histórica, como fizeram sistematicamente os contemporâneos. O fascismo teve tão pouco a ver com a Primeira Guerra Mundial como com o Tratado de Versalhes, com o militarismo Junker como com o temperamento italiano. O movimento surgiu em países derrotados, como a Bulgária, e em países vitoriosos, como a Iugoslávia; em países de temperamento nórdico, como a Finlândia e a Noruega, e de temperamento sulista, como a Itália e a Espanha; em países de raça ariana, como a Inglaterra, a Irlanda ou a Bélgica, e de raças não-arianas, como o Japão, a Hungria ou a Palestina; em países de tradição católica, como Portugal, e em países protestantes, como a Holanda; em comunidades militares, como a Prússia, e unidades civis, como a Áustria; em culturas antigas, como a França, e novas, como os Estados Unidos e os países latino-americanos. De fato, não houve qualquer tipo de formação - de tradição religiosa, cultural ou nacional - que tornasse um país imune ao fascismo, uma vez dadas as condições para a sua emergência.

Ademais, foi marcante a falta de relação entre a sua força material e numérica e a sua efetividade política. O próprio termo "movimento" era equivocado, uma vez que implicava uma espécie de alistamento ou participação pessoal de grandes massas. Se houve alguma coisa característica no fascismo foi a sua independência de tais manifestações populares. Embora seu objetivo fosse um cortejo de massas, sua força potencial era reconhecida não pelo número dos seus adeptos mas pelo fato de os líderes fascistas gozarem da boa vontade de pessoas em postos de relevância, cuja influência na comunidade podia defendê-los das conseqüências eventuais de uma revolta abortada, afastando assim os riscos da revolução.

Um país que se avizinhava da fase fascista revelava sintomas e entre eles não era necessária a existêricia de um movimento fascista propriamente dito. Entre esses indícios importantes estavam a difusão de filosofias irracionais, estéticas raciais, demagogia anticapitalista, opiniões heterodoxas sobre a moeda, crítica do sistema partidário, a depreciação amplamente difundida do "regime", ou qualquer que seja o nome dado ao conjunto democrático vigente. Na Áustria a chamada filosofia universalista de Othmar Spann, na Alemanha a poesia de Stephan George e o romantismo cosmogônico de Ludwig Klages, na Inglaterra a vitalidade erótica de D. H. Lawrence, na França o culto do mito político de Georges Sorel estavam entre os seus precursores

extremamente diversificados. Hitler foi colocado no poder, eventualmente, pela facção feudalista em torno do presidente Hindemburg, da mesma forma que Mussolini e Primo de Rivera foram elevados a seus cargos pelos seus respectivos soberanos. No entanto, Hitler tinha um vasto movimento a apoiá-lo; Mussolini tinha um movimento pequeno· Primo de Rivera não tinha nenhum. Em nenhum dos casos ocorreu uma verdadeira revolução contra a autoridade constituída. As táticas fascistas foram, invariavelmente, as de uma rebelião simulada, arranjada com a aprovação tácita das autoridades que fingiam ter sido superadas pela força.

Este é o e boço simples de um quadro complexo no qual ainda teria que se dar lugar a figuras tão diversas como o demagogo independente e católico da Detroit industrial, ou o "Kingfish" da atrasada Louisiana, os conspiradores militares japoneses e os sabotadores ucranianos anti-soviéticos. O fascismo era uma possibilidade política constante, uma reação emocional quase instantânea em cada comunidade industrial desde 1930. Pode-se chamá-lo um "passo", de preferência a um "movimento", para indicar a natureza impessoal da crise, cujos sintomas eram freqüentemente vagos e ambíguos. Muitas vezes as pessoas não estavam certas se um discurso político ou uma peça, um sermão ou uma parada pública, uma meta física ou uma exposição artística, um poema ou um programa partidário, era fascista ou não. Não havia um critério aceito para o fascismo e nem ele possuía dogmas convencionais. Entretanto, um aspecto significativo de todas as suas formas organizadas foi a maneira abrupta na qual ele aparecia e desaparecia outra vez, apenas para irromper com mais violência após um período indefinido de latência, Tudo isso assenta no quadro de uma força social que aumenta e diminui de acordo com a situação objetiva.

O que intitulamos como "situação fascista", para resumir, nada mais foi do que a ocasião tipica das vitórias fáceis e completas do fascismo. De repente, pareciam dissolver-se as tremendas organizações do trabalho industrial e político e outros devotados mantenedores da liberdade constitucional, e minúsculas forças fascistas punham de lado o que parecia até então a força irresistivel de governos democráticos, partidos, sindicatos profissionais. Se uma "situação revolucionária" é caracterizada pela desintegração psicológica e moral de todas as forças de resistência, a ponto de um punhado de rebeldes mal armados ser capaz de assaltar as fortalezas aparentemente intransponíveis da reação, então a "situação fascista" é seu paralelo total, exceto pelo fato de que aqui os baluartes da *democracia e liberdades constitucionais* foram

assaltados e suas defesas ruíram da mesma forma espetacular. Na Prússia, em julho de 1932, o governo legal dos social-democratas, entrincheirado na sede do poder legítimo, capitulou diante da simples ameaça de uma violência inconstitucional por parte de Herr von Papen. Cerca de seis meses mais tarde, Hitler se apoderou pacificamente dos postos mais altos do poder, de onde lançou um ataque revolucionário de destruição total contra as instituições da República de Weimar e os partidos constitucionais. Imaginar que foi a força do movimento que criou situações como essas, e não ver que foi a situação que fez nascer o movimento, neste caso, é perder de vista a lição mais importante das últimas décadas.

O fascismo, como o socialismo, enraizava-se numa sociedade de mercado que se recusava a funcionar. Daí ser ele de caráter mundial, de alcance católico, universal na aplicação; os temas transcendiam a esfera econômica e geravam uma transformação geral de um tipo distintamente social. Ele se irradiou para quase todos os campos da atividade humana, seja político ou econômico, cultural, filosófico, artístico ou religioso. Até certo ponto, ele aglutinou-se às tendências locais e tópicas. Não é possível entender a história desse período, a menos que se distinga entre o movimento fascista subjacente e as tendências efêmeras com as quais esse movimento se fundiu em diferentes países.

Na Europa da década de 1920 duas dessas tendências assumem forma proeminente e encobrem o padrão do fascismo, mais débil, porém amplamente mais compreensível: contra-revolução e revisionismo nacionalista. Seu ponto de partida mais imediato foram os tratados e as revoluções pós-guerra. Embora estritamente condicionados e limitados a seus objetivos específicos, eles foram facilmente confundidos com o fascismo.

As contra-revoluções eram o retorno habitual do pêndulo político em direção a um estado de coisas que havia sido perturbado violentamente. Tais movimentos foram típicos da Europa, pelo menos desde o estabelecimento do Commonwealth inglês, e tinham apenas uma conexão limitada com os processos sociais da sua época. Na década de 1920 ocorreram numerosas situações do mesmo tipo, uma vez que os levantes que derrubaram mais de uma dúzia de tronos na Europa Central e Oriental deviam-se, em parte, à repercussão da derrota e não a um movimento em direção à democracia. A tarefa da contra-revolução era principalmente política e recaiu, naturalmente, sobre as classes destituídas e grupos tais como dinastias, aristocracias, igrejas, indústrias pesadas e partidos a eles filiados. As alianças e os choques de conservadores

e fascistas durante esse período estavam relacionados, basicamente, com a parte que caberia aos fascistas na intentona contra-revolucionária. Ora, o fascismo foi urna tendência revolucionária dirigida tanto contra o conservadorismo como contra as forças revolucionárias competidoras do socialismo. Isto não impediu aos fascistas de procurar o poder na área política, oferecendo seus serviços à contra-revolução. Pelo contrário, eles reclamaram a ascendência, principalmente pela suposta impotência do conservadorismo em cumprir a tarefa inevitável de impedir o socialismo. Os conservadores, naturalmente, tentaram monopolizar as honras da contra-revolução e, na verdade, fizeram-na sozinhos, corno ocorreu na Alemanha. Eles privaram os partidos da classe trabalhadora da influência e do poder, sem porém transmiti-los aos nazistas. O mesmo ocorreu na Áustria, onde os socialistas cristãos um partido conservador - desarmaram os trabalhadores em grande escala (1927) sem fazer qualquer concessão à "revolução da direita". Mesmo quando era inevitável a participação fascista na contra-revolução, os governos (fortes) estabelecidos relegaram o fascismo ao esquecimento. Isto aconteceu na Estônia em 1929, na Finlândia em 1932, na Lituânia em 1934. Regimes pseudoliberais enfraqueceram o poder do fascismo, pelo menos durante algum tempo, na Hungria em 1922 e na Bulgária em 1926. Só na Itália é que os conservadores foram incapazes de restaurar a disciplina do trabalho na indústria sem fornecer aos fascistas urna oportunidade de adquirir poder.

Nos países derrotados militarmente, mas também na Itália derrotada "psicologicamente", agigantava-se o problema nacional. Aqui havia uma tarefa cuja premência não podia ser negada. O desarmamento permanente dos países derrotados era o mais profundo dos temas. Num mundo no qual a única organização existente de lei internacional, de ordem internacional, e de paz internacional repousava no equilíbrio-de-poder, uma série de países se via impotente, sem poder imaginar que tipo de sistema substituiria o antigo. A Liga das Nações representava, quando muito, um sistema avançado de equilíbrio-de-poder, mas, na verdade, ela não se aproximava sequer do nível do antigo Concerto da Europa, pois faltava-lhe o pré-requisito de uma difusão geral de poder. O nascente movimento fascista se colocou, praticamente, em todos os lugares, a serviço do tema nacional; dificilmente ele teria sobrevivido sem assumir essa tarefa.

Entretanto, ele usou esse tema apenas como degrau; em outras ocasiões seu tom era pacifista e isolacionista. Na Inglaterra e nos Estados p Unidos ele se aliou ao apaziguamento; na Áustria o Heimwehr cooperou

com diferentes pacifistas católicos, e o fascismo católico era antinacionalista por princípio. Huey Long não precisou do conflito de fronteiras com o Mississippi ou o Texas para lançar seu movimento fascista em Baton Rouge. Movimentos similares na Holanda e na Noruega foram não-nacionalistas ao ponto da traição - Quisling pode ter sido um nome para um bom fascista, mas certamente não era o nome de um bom patriota.

Na sua luta pelo poder político, o fascismo está inteiramente livre para desprezar ou utilizar temas locais, à vontade. Seu objetivo transcende o arcabouço político e econômico: é social. Ele coloca uma religião política a serviço de um processo degenerativo. No seu processo de ascensão ele exclui apenas algumas emoções na sua orquestração; uma vez vitorioso, porém, ele afasta da sua banda todas as outras motivações, a não ser um pequeno grupo, um grupo extremamente característico. A menos que possamos distinguir perfeitamente entre esta pseudo-intolerância no caminho para o poder e a intolerância genuína quando no poder, dificilmente poderemos compreender a diferença, sutil mas decisiva, entre o suposto nacionalismo de alguns movimentos fascistas durante a revolução e o não-nacionalismo especificamente imperialista que eles desenvolveram depois da revolução.[2]

Embora os conservadores fossem bem-sucedidos, em regra, em conduzir as contra-revoluções internas, dificilmente eles conseguiam resolver o problema nacional-internacional dos seus países. Brüning afirmava, em 1940, que as reparações alemãs e o desarmamento haviam sido solucionados por ele antes que a "facção em torno de Hindemburg" decidisse afastá-lo do cargo e dar o poder aos nazistas, e alegou que a razão deste ato era não quererem dispensar-lhe as honras devidas.[3] Num sentido muito limitado, se isto aconteceu ou não parece imaterial, pois a questão da igualdade de status da Alemanha não se restringia ao desarmamento técnico, conforme alegava Brüning, mas incluía a questão igualmente vital da desmilitarização. Também não era realmente possível desprezar a força que a diplomacia alemã conseguiu através da existência das massas nazistas, devotadas a políticas nacionalistas radicais. Os eventos provaram conclusivamente que a igualdade de status da Alemanha não podia ter sido atingida sem uma partida

---

[2] Heymann, H., *Plan for Permanent Peace*, 1942. Cf. A carta de 8 de janeiro de 1940 de Brüning..
[3] Rauschning, H., *The Voice of Destruction*, 1940.

revolucionária, e é a essa luz que se tornou aparente a terrível responsabilidade do nazismo, que empenhou uma Alemanha livre e igualitária numa carreira de crimes. Tanto na Alemanha quanto na Itália, o fascismo só pôde assumir o poder porque foi capaz de usar como alavanca problemas nacionais insolúveis, enquanto na França ou na Grã-Bretanha o fascismo foi enfraquecido decisivamente pelo seu antipatriotismo. Somente em países pequenos, naturalmente dependentes, é que o espírito da subserviência a um poder estrangeiro provou ser um ativo para o fascismo. Foi apenas por acidente, como vemos, que o fascismo europeu na década de 1920 se ligou às tendências nacionais e contra-revolucionárias. Foi um caso de simbiose entre movimentos de origens independentes, que se reforçaram uns aos outros, e criaram a impressão de uma similaridade básica quando, na verdade, não estavam relacionados.

Na realidade, o papel desempenhado pelo fascismo foi determinado por um fator: a condição do sistema de mercado.

Durante o período 1917-1923 os governos procuraram ocasionalmente a ajuda fascista para restaurar a lei e a ordem: nada mais era preciso para que o sistema de mercado continuasse a funcionar. O fascismo continuou subdesenvolvido.

No período 1924-1929, quando parecia garantida a restauração do sistema de mercado, o fascismo desapareceu como força política.

Após 1930 a economia de mercado enfrentava uma crise geral. Em poucos anos o fascismo se tornou um poder mundial.

O primeiro período, 1917-1923, produziu pouco mais do que pretendia. Numa série de países europeus - Finlândia, Lituânia, Estônia, Letônia, Polônia, Rumânia, Bulgária, Grécia, Hungria - haviam ocorrido revoluções agrárias ou socialistas, enquanto em outros - entre eles Itália, Alemanha e Áustria - a classe trabalhadora industrial havia adquirido influência política. As contra-revoluções eventualmente restabeleceram o equilíbrio-de-poder interno. Na maioria dos países o campesinato voltou-se contra os trabalhadores urbanos; em alguns países os movimentos fascistas foram iniciados por oficiais e a pequena nobreza, que dirigia o campesinato; em outros, como na Itália, os desempregados e a pequena burguesia se constituíram em tropas fascistas. Em nenhum lugar foi debatido outro problema se não o da lei e da ordem e não se levantava qualquer questão de reforma radical; em outras palavras, não era aparente qualquer indício de uma revolução fascista. Esses movimentos só eram fascistas na forma, isto é, na medida em que bandos de civis, chamados elementos irresponsáveis, faziam

uso da força e da violência, com a conivência de pessoas em posição de autoridade. A filosofia antidemocrática do fascismo já havia nascido, mas não era ainda um fator político. Trotski fez um volumoso relatório sobre a situação da Itália, às vésperas do segundo congresso do Comintern, em 1920, mas nem sequer mencionou o fascismo, embora o fasei já existisse há muito tempo. Levou ainda dez anos, ou mais, antes que o fascismo italiano, há muito estabelecido no governo do país, desenvolvesse algo da natureza de um sistema social distinto.

Em 1924, e depois, a Europa e os Estados Unidos foram o cenário de um surto impetuoso que afogou todas as preocupações quanto à solidez do sistema de mercado. Considerava-se restabelecido o capitalismo. Tanto o bolchevismo como o fascismo estavam liquidados, exceto nas regiões periféricas. O Comintern declarou a consolidação do capitalismo um fato consumado; Mussolini elogiava o capitalismo liberal; todos os países importantes, exceto a Grã-Bretanha, estavam em ascensão. Os Estados Unidos gozavam de uma prosperidade legendária e o continente saía-se quase tão bem. O putsch havia sido sufocado, a França evacuara o Ruhr, o Reichsmark se restabelecia como por milagre, o Plano Dawes havia retirado a política das reparações, Locarno estava distante e a Alemanha estava iniciando os sete anos gordos. Antes do final de 1926, o padrão-ouro dominava novamente, de Moscou até Lisboa.

Foi no terceiro período - após 1929 - que se tornou aparente o verdadeiro significado do fascismo. O impasse do sistema de mercado era evidente. Até então o fascismo havia sido apenas um traço do governo autoritário da Itália que, porém, pouco se diferenciava daqueles de um tipo mais tradicional. Ele emergia, agora, como uma solução alternativa para o problema de uma sociedade industrial. A Alemanha tomou a iniciativa, numa revolução de âmbito europeu, e o alinhamento fascista deu à sua luta pelo poder uma dinâmica que logo abarcou os cinco continentes. A história estava na engrenagem de uma mudança social.

Um acontecimento fortuito, mas de forma alguma acidental, iniciou a destruição do sistema internacional. A queda de Wall Street atingiu dimensões imensas e foi seguida pela decisão da Grã-Bretanha de ,se afastar do ouro e, dois anos mais tarde, por um passo semelhante por parte dos Estados Unidos. Simultaneamente, a Conferência do Desarmamento deixou de se reunir e, em 1934, a Alemanha abandonou a Liga das Nações.

Esses eventos simbólicos introduziram uma época de mudança espetacular na organização do mundo. Três potências, Japão, Alemanha e

Itália, rebelaram-se contra o status quo e sabotaram a minguada instituição da paz. Ao mesmo tempo, a organização factual da economia mundial se recusava a funcionar. O padrão-ouro foi posto fora de ação, temporariamente, pelos seus criadores anglo-saxões; sob o disfarce de uma insolvência, as dívidas externas eram repudiadas; os mercados de capital e o comércio mundial minguaram. O sistema político e o sistema econômico do planeta se desintegraram conjuntamente.

Dentro das próprias nações, a mudança não era menos completa. Os sistemas bipartidários eram substituídos por governos unipartidários e, às vezes, por governos nacionais. Todavia, as similaridades externas entre países ditatoriais, e países que conservavam uma opinião pública democrática apenas serviam para enfatizar a importância superlativa das instituições livres de discussão e decisão. A Rússia se voltou para o socialismo sob formas ditatoriais. O capitalismo liberal desapareceu nos países que se preparavam para a guerra, como a Alemanha, o Japão e a Itália e, em menor extensão, também nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Mas os regimes emergentes do fascismo, socialismo, e do New Deal eram semelhantes apenas no abandono dos princípios do laissez-faire.

Enquanto a história iniciou seu curso por um acontecimento externo a todos, as nações individuais reagiam ao desafio segundo podiam fazê-lo. Algumas se opunham à mudança; algumas percorreram um grande caminho para encontrá-Ia, quando ela surgiu; algumas ficaram indiferentes. As soluções também foram buscadas em várias direções. Do ponto de vista da economia de mercado, essas soluções, às vezes radicalmente diferentes, representavam apenas alternativas dadas.

Entre aqueles determinados a fazer uso de uma desarticulação geral para incrementar seus próprios interesses, estava o grupo de potências insatisfeitas, para as quais o sistema de equilíbrio-de-poder, mesmo em sua forma enfraquecida, impingido pela Liga, parecia oferecer uma oportunidade rara. A Alemanha estava agora ansiosa para apressar a queda da economia mundial tradicional, que ainda dava apoio à ordem internacional, e ela procurava antecipar-se a esse colapso de forma a começar antes de seus oponentes. Ela se separou deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma quando achasse conveniente repudiar suas obrigações políticas. Patrocinou a autarquia econômica para garantir a liberdade necessária a seus planos a longo termo. Malbaratou suas reservas de ouro, destruiu seu crédito exterior pelo repúdio gratuito de suas obrigações e, durante algum tempo, até

mesmo aniquilou sua balança comercial externa favorável. Conseguiu camuflar facilmente suas verdadeiras intenções, uma vez que nem Wall Street, nem a City de Londres, nem Genebra suspeitavam que os nazistas estavam realmente operando a dissolução final da economia do século XIX. Sir John Simon e Montagu Norman acreditavam firmemente que, no devido tempo, Schacht restauraria a economia ortodoxa na Alemanha, ainda sob pressão, e que ela retomaria à congregação se fosse ajudada financeiramente. ilusões como essas sobreviveram em Downing Street até a época de Munich, e mesmo depois. Enquanto a Alemanha era ajudada desta forma em seus planos conspiratórios pela sua habilidade de ajustar-se à dissolução do sistema tradicional, a Grã-Bretanha se encontrava severamente prejudicada por aderir a esse sistema.

Embora a Inglaterra tivesse abandonado o outro temporariamente, sua economia e suas finanças continuavam a se basear nos princípios de câmbios estáveis e moeda sólida. Daí as limitações sob as quais se encontrou em relação ao rearmamento. Assim como a autarquia alemã foi um resultado de considerações militares e políticas que decorreram da sua intenção de antecipar urna transformação geral, a estratégia e a política externa britânicas foram reprimidas pela sua perspectiva financeira conservadora. A estratégia de uma guerra limitada refletia a visão de um empório ilhado, que se vê seguro enquanto a sua marinha é forte o bastante para garantir o abastecimento que seu dinheiro sólido pode comprar nos Sete Mares. Hitler já estava no poder quando, em 1933, Duff Cooper, um conservador ferrenho, defendia os cortes no orçamento militar de 1932 como feitos "em face da bancarrota nacional, considerada então um perigo ainda maior do que um serviço militar eficiente". Mais de três anos mais tarde, Lorde Halifax assegurava que se poderia conseguir a paz com ajustes econômicos e que não deveria ocorrer qualquer interferência no comércio, já que isto dificultaria os ajustes. No mesmo ano de Munich, Halifax e Chamberlain ainda formulavam a política britânica em termos de "balas de prata" e dos tradicionais empréstimos americanos à Alemanha. De fato, mesmo depois que Hitler cruzara o Rubicão e já havia ocupado Praga, Lorde Simon aprovava na Câmara dos Comuns a proposta de Montagu Norman de entregar as reservas de ouro tchecas a Hitler. Simon estava convicto de que a integridade do padrão-ouro, a cuja restauração ele dedicava a sua função de estadista, superava todas as outras considerações. Os contemporâneos acreditavam que a ação de Simon era o resultado de uma política determinada de apaziguamento. Na verdade,

ela foi uma homenagem ao espírito do padrão-ouro, que continuava a governar a perspectiva dos líderes da City de Londres em relação a assunto estratégicos e políticos. Na mesma semana em que irrompeu a guerra, o Foreign Office, em resposta a uma comunicação verbal de Hitler a Chamberlain, formulava a política britânica em termos dos tradicionais empréstimos americanos à Alemanha.[4] O despreparo militar da Inglaterra foi principalmente o resultado da sua adesão à economia do padrão-ouro.

A Alemanha, em princípio, colheu as vantagens daqueles que matam aquilo que está destinado a morrer. Sua vantagem durou enquanto a liquidação do desgastado sistema do século XIX permitiu-lhe manter-se na liderança. A destruição do capitalismo liberal, do padrão-ouro e das soberanias absolutas foi o resultado incidental das suas incursões de pilhagem. Ajustando-se a um isolamento procurado por ela mesma e, mais tarde, no decurso das suas expedições escravagistas, ela desenvolveu tentativas de solução para alguns dos problemas da transformação.

Seu maior acervo político, porém, foi sua habilidade em compelir os países do mundo a se alinharem contra o bolchevismo. Ela se transformou na principal beneficiária da transformação, assumindo a liderança para a solução do problema da economia de mercado que, durante muito tempo, pareceu congregar a aliança incondicional das classes proprietárias e, na verdade, não só dessas classes. Sob o pressuposto liberal e marxista do primado dos interesses econômicos de classe, Hitler destinava-se a vencer. Mas, a longo prazo, a unidade social da nação provou ser ainda mais relevante do que a unidade econômica de classe.

A ascensão da Rússia também estava ligada ao seu papel na transformação. De 1917 a 1929 o medo do bolchevismo não era mais do que o medo da desordem que poderia prejudicar fatalmente a restauração de uma economia de mercado e esta não poderia funcionar exceto numa atmosfera de confiança irrestrita. Na década seguinte, o socialismo se tornou uma realidade na Rússia. A coletivização das fazendas significava a superação da economia de mercado por métodos cooperativos em relação ao fator decisivo da terra. A Rússia, que havia sido apenas um local de agitação revolucionária dirigida para o mundo capitalista, emergia como representante de um novo sistema que podia substituir a economia de mercado.

---

[4] *British Blue Book*, nº 74, Cmd. 6106, 1939.

Não é geralmente apreendido o fato de que os bolcheviques, embora eles mesmos ardentes socialistas, se recusavam teimosamente a "estabelecer o socialismo na Rússia". As suas próprias convicções marxistas impediam tal tentativa num país agrário atrasado. Entretanto, à parte o episódio inteiramente excepcional do chamado "comunismo de guerra", em 1920, os líderes aderiam à posição de que a revolução mundial deveria começar na Europa Ocidental industrializada. O socialismo em um único país parecia a eles uma contradição, em termos, e, quando ele se tornou uma realidade, os velhos bolcheviques rejeitaram-no quase que em uníssono. E, no entanto, foi precisamente esse ponto de partida que provou ser um sucesso extraordinário. .

Retomando à história russa de um quarto de século, parece que aquilo que chamamos Revolução Russa consistiu realmente em duas revoluções separadas, a primeira das quais incorporava ideais europeus ocidentais tradicionais, enquanto a segunda foi parte de um desenvolvimento inteiramente novo da década de 1930. A Revolução de 1917- 1924 foi de fato o último dos levantes políticos da Europa que seguiram o padrão do Commonwealth inglês e da Revolução Francesa. A revolução que começou com a coletivização das fazendas, por volta de 1930, foi a primeira das grandes mudanças sociais que transformaram o nosso mundo na década de 1930. Com a primeira revolução, os russos conseguiram a destruição do absolutismo, do domínio feudal da terra e da opressão racial- uma verdadeira herança dos ideais de 1789. A segunda revolução estabeleceu uma economia socialista. Dito isso, a primeira foi apenas um acontecimento russo - ela cumpriu um longo processo de desenvolvimento ocidental em solo russo - enquanto a segunda fez parte de uma transformação universal simultânea.

Aparentemente, na década de 1920 a Rússia estava afastada da Europa e trabalhava pela sua própria salvação. Uma análise mais apurada poderia desaprovar essa aparência. O fracasso do sistema internacional foi um dos fatores que levaram-na a uma decisão nos anos que decorreram entre as duas revoluções. Em 1924, o "Comunismo de Guerra" era um incidente esquecido e a Rússia havia restabelecido um mercado interno livre de cereais, enquanto mantinha o controle estatal do comércio exterior e das indústrias básicas. Ela procurava agora aumentar seu comércio exterior, que dependia principalmente da exportação de cereais, madeira, peles, e algumas outras matérias-primas orgânicas cujos preços caíram sistematicamente no decur o da depressão agrária que precedeu a ruptura geral do comércio. A incapacidade da Rússia de desenvolver um comércio de exportação em termos

favoráveis restringiu suas importações de maquinaria e, portanto, o estabelecimento de uma indústria nacional. Isto, mais uma vez, afetou desfavoravelmente os termos da permuta entre cidade e campo - a chamada "tesouras" - aumentando assim o antagonismo do campesinato à dominação dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, a desintegração da economia mundial aumentou a pressão sobre as soluções improvisadas para a questão agrária na Rússia e apressou o surgimento do Kolkhoz. O fracasso do sistema político tradicional da Europa em fornecer apoio e segurança atuou no mesmo sentido, uma vez que ele levou à necessidade de armamentos, aumentando a carga de uma industrialização de alta pressão. A ausência do sistema de equilíbrio-de-poder do século XIX, bem como a incapacidade de um mercado mundial em absorver a produção agrícola da Rússia, forçou-a a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência. O socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países; o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista.

O fracasso do sistema internacional desprendeu as energias da história - os trilhos foram fixados pelas tendências inerentes numa sociedade de mercado.

21
A LIBERDADE NUMA SOCIEDADE COMPLEXA

A civilização do século XIX não foi destruída por ataques de bárbaros externos ou internos; sua vitalidade não foi solapada pelas devastações da Primeira Guerra Mundial, nem pela revolta de um proletariado socialista ou de uma classe média baixa fascista. Seu fracasso não foi conseqüência de alguma suposta lei de economia, como a taxa de lucros decrescentes, a do subconsumo ou a da superprodução. Ela se desintegrou como resultado de um conjunto de causas inteiramente diferentes: as medidas que a sociedade adotou para não ser aniquilada, por sua vez, pela ação do mercado auto-regulável. À parte as circunstâncias excepcionais que existiram na América do Norte, na época da fronteira aberta, o conflito entre o mercado e as exigências elementares de uma vida social organizada tanto proporcionou ao século a sua dinâmica como produziu as tensões e pressões típicas que, em última instância, destruíram aquela sociedade. As guerras externas apenas apressaram essa destruição.

Após um século de "desenvolvimento" cego, o homem está restaurando o seu habitat. Se a industrialização não deve extinguir a raça, ela precisa se subordinar às exigências da natureza do homem. A verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato de ela se basear na economia - num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que se basear nela - mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de excepcional. Os pensadores do século

XIX supunham que o homem só visava ao lucro em sua atividade econômica, que suas propensões materialistas induzi-I o-iam a escolher o menor em vez do maior esforço, na expectativa do pagamento pelo seu trabalho. Em resumo, que na sua atividade econômica ele tenderia a guiar-se por aquilo que eles descreviam como racionalidade econômica, e que todo comportamento em contrário seria o resultado de uma interferência externa. Decorria daí que os mercados eram instituições naturais, que surgiriam espontaneamente se apenas se deixassem os homens em paz. Nada era mais natural, portanto, do que um sistema econômico que consistia em mercados sob o controle único dos preços de mercado, e uma sociedade humana baseada em tais mercados seria, assim, o objetivo de todo o progresso. Qualquer que fosse a desejabilidade ou indesejabilidade de uma tal sociedade, sob o ponto de vista moral, sua praticabilidade - isto era axiomático - se fundamentava nas características imutáveis da raça.

Na verdade, como sabemos agora, o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva. A frase de Frank H. Knight, "nenhum motivo especificamente humano é econômico", aplica-se não apenas à vida social em geral, mas também à própria vida econômica. A tendência à permuta, da qual Adam Smith tão confiantemente se valeu ao retratar o homem primitivo, não é uma tendência comum ao ser humano nas suas atividades econômicas, mas uma tendência bastante infreqüente. Não é apenas a antropologia moderna que comprova a mentira desses construtos racionalistas, mas a história do comércio e dos mercados também foi completamente diferente daquela assumida pelos harmoniosos ensinamentos dos sociólogos do século XIX. A história econômica mostra que a emergência de mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação gradual e espontânea da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, o mercado foi a conseqüência de uma intervenção consciente, e às vezes violenta, por parte do governo que impôs à sociedade a organização do mercado, por finalidades não-econômicas. Examinado mais de perto, o mercado auto-regulável do século XIX se revela radicalmente diferente até mesmo do seu predecessor imediato, pois ele dependia do auto-interesse econômico para a sua regulação. A fraqueza congênita da sociedade do século XIX não foi o fato de ser uma sociedade industrial e sim uma sociedade de mercado. A civilização industrial continuará a existir mesmo quando a experiência utópica de um mercado auto-regulâvel não for mais que uma lembrança.

Todavia, a mudança de uma civilização industrial para uma nova base, de negação do mercado, parece a muitos uma tarefa demasiado árdua. Eles receiam um vácuo institucional ou, o que é pior, a perda da liberdade. Será que esses perigos precisam realmente prevalecer?

Grande parte do maciço sofrimento de um período de transição já está bem para trás. Já experimentamos o pior com a desarticulação social e econômica da nossa era, com as trágicas vicissitudes da depressão, de flutuações da moeda, do desemprego em massa, de mudanças de status social, da destruição espetacular de estados históricos. Mesmo a contragosto, vimos pagando o preço dessa mudança. Embora a humanidade ainda esteja longe de se adaptar ao uso da máquina, e apesar das mudanças pendentes ainda serem imensas, a restauração do passado é tão impossível como transferir nossos problemas para outro planeta. Ao invés de eliminar as forças demoníacas da agressão e da conquista, uma tentativa fútil como essa apenas garantiria a sobrevivência dessas forças, mesmo após a sua total derrota militar. A causa do mal se revestiria da vantagem, decisiva na política, de representar o possível, em oposição àquilo que é impossível atingir, por melhor que seja a situação.

O colapso do sistema tradicional não nos deixará num vazio. Não seria a primeira vez na história em que as improvisações conteriam os germes de grandes e permanentes instituições.

Dentro das nações testemunhamos agora um desenvolvimento em que o sistema econômico deixa de organizar a lei da sociedade e se garante o primado da sociedade sobre esse sistema. Isto pode acontecer numa grande variedade de formas - democrática e aristocrática, constitucionalista e autoritária - talvez até de uma forma ainda não prevista. O futuro de alguns países já pode ser o presente em outros, enquanto alguns ainda podem incorporar o passado dos demais. Mas o resultado é comum a todos eles: o sistema de mercado não será mais auto-regulável, mesmo em princípio, uma vez que ele não incluirá o trabalho, a terra e o dinheiro.

Retirar o trabalho do mercado significa uma transformação tão radical como foi a criação de um mercado de trabalho competitivo. O contrato salarial deixa de ser um contrato privado, exceto em pontos subordinados e acessórios. Não apenas as condições fabris, as horas de trabalho e as modalidades do contrato, mas o próprio salário básico passa a ser determinado fora do mercado. O papel que será atribuído aos sindicatos profissionais, ao estado e a outros órgãos públicos dependerá não apenas do caráter dessas instituições, mas também da

organização real da administração da produção. Embora seja da natureza das coisas que os diferenciais salariais possam (e devam) continuar a desempenhar um papel essencial no sistema econômico, outras motivações além daquelas diretamente envolvidas nos rendimentos monetários, podem compensar em muito o aspecto financeiro do trabalho.

Retirar a terra do mercado é o mesmo que incorporá-Ia a instituições definidas, como o ambiente doméstico, a cooperativa, a fábrica, o distrito, a escola, a igreja, os parques, as reservas de vida selvagem e assim por diante. Todavia, continuará a existir, em caráter amplo, a propriedade individual das fazendas, mas os contratos de arrendamento da terra só precisarão lidar com os aspectos acessórios, pois os essenciais serão retirados da jurisdição do mercado. O mesmo se aplica aos alimentos principais e às matérias-primas orgânicas, já que a fixação de preços em relação a elas não é mais função do mercado. O fato de os mercados competitivos para uma infinita variedade de produtos continuarem a funcionar não precisa interferir com a constituição da sociedade, da mesma forma que a fixação de preços, fora do mercado, para o trabalho, a terra e o dinheiro não interfere com a função de custo dos preços de vários produtos. É claro que a natureza da propriedade sofre uma mudança profunda em conseqüência de tais medidas, já que não se faz necessário que as rendas dos títulos de propriedade cresçam sem limites, simplesmente para garantir emprego, produção, e a utilização dos recursos da sociedade.

A retirada do controle do dinheiro do mercado já está sendo feita em todos os países, hoje em dia. Inconscientemente, foi a criação dos depósitos que levou a isto, em grande parte, mas a crise do padrão-ouro na década de 1920 provou que ainda não havia sido cortado o elo entre o dinheiro-mercadoria e o dinheiro convencional. Desde a introdução da "finança funcional" em todos os estados importantes, a administração dos investimentos e a regulamentação da taxa de poupança passaram a ser tarefas governamentais.

Retirar do mercado os elementos da produção - terra, trabalho e dinheiro - é, portanto, um ato uniforme apenas do ponto de vista do mercado, que lidava com eles como se fossem mercadorias. Do ponto de vista da realidade humana, aquilo que é restaurado pelo desmantelamento da ficção mercadoria está em todas as direções do compasso social. Com efeito, a desintegração de uma economia uniforme já está dando origem a uma variedade de sociedades novas. O fim da sociedade de mercado não significa, de forma alguma, a ausência de mercados. Estes continuam, de várias maneiras, a garantir a liberdade do consumidor,

a indicar a mudança da demanda, a influenciar a renda dos produtores e a servir como instrumento de contabilização, embora deixe de ser, totalmente, um órgão de auto-regulação econômica.

Tanto nos seus métodos internacionais, como nos seus métodos internos, a sociedade do século XIX se viu limitada pela economia. O setor dos câmbios estrangeiros fixados coincidia com a civilização. Enquanto o padrão-ouro e - o que se tornou quase o seu corolário - os regimes constitucionais estavam em funcionamento, o equilíbrio-de-poder era um veículo de paz. O sistema funcionou através da instrumentalização daquelas grandes potências, em primeiro lugar a GrãBretanha, que eram o centro da finança mundial e que pressionavam pelo estabelecimento de governos representativos em países menos desenvolvidos. Isto era exigido como garantia das finanças e moedas de países devedores, com a conseqüente necessidade de orçamentos controlados, que somente organismos responsáveis podiam oferecer. Como regra, tais considerações não estavam conscientemente presentes na mente dos estadistas e isto ocorria apenas porque as exigências do padrão-ouro eram consideradas axiomáticas. O padrão mundial uniforme de instituições monetárias e representativas foi o resultado da rígida economia do período.

Dois princípios da vida internacional do século XIX conseguiram sua relevância a partir dessa situação: soberania anarquista e intervenção (justificada) nos assuntos de outros países. Embora aparentemente contraditórios, os dois se inter-relacionavam. A soberania era um termo puramente político, sem dúvida, pois, sob a circunstância de um comércio exterior não-regulável e o padrão-ouro, os governos não possuíam qualquer poder em relação à economia internacional. Eles não podiam, nem iriam, atrelar seus países em relação a assuntos monetários - esta era a posição legal. Na verdade, só eram reconhecidos como estados soberanos aqueles países que possuíam um sistema monetário controlado por bancos centrais. Nos poderosos países ocidentais essa soberania monetária nacional, ilimitada e irrestrita se combinava com o seu oposto total, uma pressão inflexível para ampliar a tessitura da economia de mercado e da sociedade de mercados a todos os lugares. Em conseqüência, no final do século XIX, os povos do mundo estavam padronizados institucionalmente, num grau jamais conhecido.

Esse sistema prejudicava a ambos, em virtude da sua meticulosidade e sua universalidade. A soberania anarquista era um empecilho a todas as formas efetivas de cooperação internacional, como a história da Liga das Nações provou de forma marcante. A uniformidade obrigatória

dos sistemas internos rondava, como ameaça permanente, obre a liberdade do desenvolvimento nacional, principalmente nos países arrasados e às vezes até nos países desenvolvidos, mas financeiramente fracos. A cooperação econômica era limitada às instituições privadas tão caprichosas e inefetivas como o livre comércio, enquanto a colaboração real entre os povos, isto é, entre governos, não podia ser sequer visualizada.

A situação parecia fazer duas exigências à política externa, aparentemente incompatíveis: ela exigia uma cooperação mais estreita entre países amigos, a um nível jamais imaginado na soberania do século XIX, enquanto, ao mesmo tempo, a existência de mercados regulados fazia os governos nacionais mais zelosos da interferência externa do que antes. Todavia, com o desaparecimento do mecanismo automático do padrão-ouro, os governos acharam possível abandonar o aspecto mais importuno da soberania absoluta, a recusa de colaborar na economia internacional. Ao mesmo tempo, seria possível tolerar de boa vontade que outras nações modelassem suas instituições internas de acordo com suas inclinações transcendendo assim o pernicioso dogma do século XIX, da uniformidade necessária dos regimes internos, dentro da órbita da economia mundial. Já se pode ver, assim, a emergência de pedras fundamentais de um Novo Mundo, a partir das ruínas do Velho: colaboração econômica dos governos e a liberdade de organizar à vontade a vida nacional. Sob o sistema restritivo do livre comércio não se poderia conceber qualquer dessas possibilidades, excluindo, assim, uma variedade de métodos de cooperação entre nações. Enquanto sob uma economia de mercado e do padrão-ouro a idéia da federação era considerada um pesadelo de centralização e unidade, o fim da economia de mercado pode muito bem significar uma cooperação efetiva com liberdade interna.

O problema da liberdade surge em dois níveis diferentes: o institucional e o moral ou religioso. No nível institucional, é o caso de equilibrar o aumento e a diminuição das liberdades; não se apresentam quaisquer questões radicalmente novas. No nível mais fundamental, a mera possibilidade de liberdade ainda é duvidosa. Parece que os próprios meios de manter a liberdade adulteram-na e a destroem. A chave para o problema da liberdade em nossa era deve ser procurada nesse último plano. As instituições são materializações do significado e do propósito humano. Não podemos atingir a liberdade que procuramos, a menos que compreendamos o verdadeiro significado da liberdade numa sociedade complexa.

Em nível institucional, a regulação tanto amplia como restringe a liberdade; só é significativo o equilíbrio das liberdades perdidas e recuperadas. Isto é verdade tanto em relação às liberdades jurídicas como às liberdades reais. As classes abastadas gozam da liberdade que lhes oferece o ócio em segurança; elas estão naturalmente menos propensas a ampliar a liberdade na sociedade do que aquelas que, por falta de rendas, têm que se contentar com um mínimo de liberdade. Isto é perfeitamente visível quando surge uma cornpulsão no sentido de uma distribuição mais justa da renda, do lazer e da segurança. Embora as restrições se apliquem a todos, os privilegiados tendem a ressentir-se, como se elas fossem dirigidas apenas contra eles. Eles falam em escravidão quando de fato se pretende apenas distribuir entre outros a liberdade de que eles mesmos gozam. É verdade que pode ocorrer inicialmente uma diminuição do seu lazer e da sua segurança e, portanto, da sua liberdade, para que seja elevado o nível de liberdade para todos. Todavia, uma tal mudança, a remodelação e a ampliação das liberdades, não deve servir de motivo para que se afirme que a nova situação é, necessariamente, menos livre do que a anterior.

Existem, porém, certas liberdades cuja manutenção é de importância primordial. Como a paz, elas foram um subproduto da economia do século XIX, e nos acostumamos a prezá-Ias por elas mesmas. A separação institucional do político e do econômico, que se revelou um perigo mortal para a substância da sociedade, quase automaticamente produziu a liberdade à custa da justiça e da segurança. As liberdades civis, a empresa privada e o sistema salarial se mesclaram num padrão de vida que favoreceu a liberdade moral e a independência de pensamento. Mais uma vez, as liberdades jurídica e real se diluíram num fundo comum, cujos elementos não podem ser devidamente separados. Algumas foram o corolário de males como o desemprego e os lucros do especulador; algumas pertenciam às tradições mais preciosas da Renascença e da Reforma. Devemos tentar manter, por todos os meios ao nosso alcance, esses elevados valores herdados de uma economia de mercado em derrocada. Esta é uma grande tarefa, sem dúvida. Nem a liberdade, nem a paz puderam ser institucionalizadas sob aquela economia, pois seu propósito era criar lucros e bem-estar e não a paz e a liberdade. Teremos que lutar por elas no futuro, conscientemente, se quisermos possuí-Ias; elas devem tornar-se os alvos escolhidos das sociedades em cuja direção caminhamos. Este pode bem ser o propósito real do esforço mundial que se faz agora para garantir a paz e a liberdade. Até onde poderá levar esse desejo de paz, quando o interesse

nela, decorrente da economia do século XIX deixar de existir, dependerá do nosso sucesso em estabelecer uma ordem internacional.

Quanto à liberdade pessoal, ela existirá na medida em que criarmos deliberadarnente salvaguardas para a sua manutenção, e até para a sua ampliação. uma sociedade estabeleci da, o direito à não-conformidade de e ser protegido institucionalmente. O indivíduo deve ser livre para seguir a sua consciência, sem recear os poderes incumbidos das tarefas administrativas em algumas áreas da vida social. A ciência e as artes deverão permanecer sempre sob a guarda da "república das letras". A compulsão jamais será absoluta; ao "contestador" deverá ser oferecido um refúgio no qual poderá se abrigar, o direito de escolher um "segundo melhor" conforme lhe agrade. Assim o direito à não-conformidade, como marco de uma sociedade livre, ficará garantido.

Cada passo em direção à integração na sociedade será acompanhado, portanto, de um aumento de liberdade; os passos em direção ao planejamento incluirão o fortalecimento dos direitos do indivíduo na sociedade. Seus direitos inalienáveis serão validados pela lei, até mesmo contra os poderes supremos, sejam eles pessoais ou anônimos. A verdadeira resposta à ameaça da burocracia como fonte de abuso do poder é criar esferas de liberdades arbitrárias, protegidas por regras inquebrantáveis. Por mais generosa que seja a prática da devolução do poder, sempre haverá um fortalecimento do poder no centro e, portanto, ameaça à liberdade individual. Isto é verdadeiro até mesmo em relação aos órgãos das próprias comunidades democráticas, como os sindicatos profissionais e comerciais, cuja função é proteger os direitos de cada membro individual. A própria dimensão que eles atingem faz com que esse indivíduo se sinta desamparado, mesmo que não tenha motivo para suspeitar de qualquer má vontade. Isto ocorre ainda mais se suas opiniões ou ações forem de molde a ofender as suscetibilidades daqueles que mantêm o poder. Nenhuma simples declaração de direitos é suficiente: as instituições são necessárias para efetivar esses direitos. O habeas-corpus não precisa ser o último artifício constitucional através do qual a liberdade pessoal se apóia na lei. É preciso acrescentar à Declaração dos Direitos Humanos direitos do cidadão até agora não reconhecidos. Eles devem prevalecer contra todas as autoridades, seja estatal, municipal ou profissional. A lista deve ser encabeçada pelo direito do indivíduo a um emprego, sob condições aprovadas, independente da sua opinião política ou religiosa, de cor ou raça. Isto implica garantias contra a vitimização, por mais sutil que ela seja. Os tribunais industriais têm sido reconhecidos na sua atuação de proteger membros

públicos individuais até mesmo contra as aglomerações de poder arbitrário como, por exemplo, as representadas pelas primeiras companhias ferroviárias. Um outro exemplo de possível abuso de poder, enfrentado diretamente pelos tribunais, foi o Essential Works Order, na Inglaterra, ou o "congelamento do trabalho" nos Estados Unidos, durante a emergência, com suas oportunidades quase ilimitadas de discriminação. Sempre que a opinião pública se manteve coesa na defesa das liberdades cívicas, os tribunais ou cortes também foram capazes de reinvindicar a liberdade pessoal. Ela deve ser mantida a todo custo mesmo à custa da eficiência na produção, da economia de consumo ou da racionalidade na administração. Uma sociedade industrial pode-se permitir ser livre.

O fim da economia de mercado pode se tornar o início de uma era de liberdade sem precedentes. A liberdade jurídica e real pode se tornar mais ampla e mais geral do que em qualquer tempo; a regulação e o controle podem atingir a liberdade, mas para todos e não apenas para alguns. Liberdade não como complemento do privilégio, contaminada em sua fonte, mas como um direito consagrado, que se estende muito além dos estreitos limites da esfera política e atinge a organização íntima da própria sociedade. Assim, as antigas liberdades e direitos civis serão acrescentados ao fundo da nova liberdade gerada pelo lazer e pela segurança que a sociedade oferece a todos. Uma tal sociedade pode-se permitir ser ao mesmo tempo justa e livre.

Entretanto, encontramos o caminho bloqueado por um obstáculo moral. O planejamento e o controle vêm sendo atacados como negação da liberdade. A empresa livre e a propriedade privada são consideradas elementos essenciais à liberdade. Não é digna de ser chamada livre qualquer sociedade construída sobre outros fundamentos. A liberdade que a regulação cria é denunciada como não-liberdade; a justiça, a liberdade e o bem-estar que' ela oferece são descritos como camuflagem da escravidão. Foi em vão que os socialistas prometeram um reino de liberdade, pois os meios determinam os fins: a URSS, que usou o planejamento, a regulação e o controle como seus instrumentos, ainda não pôs em prática as liberdades prometidas na sua constituição e, provavelmente, jamais o fará, dizem os críticos ... Voltar-se, porém, contra a regulação, significa voltar-se contra a reforma. Para o liberal a idéia da liberdade degenera, assim, na simples defesa da livre empresa - hoje reduzida a uma ficção pela dura realidade de trustes gigantescos e .monopólios principescos. Isto significa uma liberdade total para aqueles cuja renda, lazer e segurança não precisam ser enfatizados, e um

mínimo de liberdade para o povo, que pode tentar em vão valer-se dos seus direitos democráticos para se proteger do poder dos donos da propriedade. E isto não é tudo. Os liberais jamais conseguiram restabelecer de fato a livre empresa, já destinada ao fracasso por razões intrínsecas. Seus esforços apenas resultaram na instalação de grandes negócios em diversos países europeus e, incidentalmente, de vários tipos de fascismo, como na Áustria. O planejamento, a regulação e o controle, que eles queriam ver banidos como riscos à liberdade, foram empregados pelos inimigos confessos da liberdade para aboli-la totalmente. Entretanto, a vitória do fascismo tornou-se praticamente inevitável pela obstrução dos liberais a qualquer reforma que envolvesse o planejamento, a regulação e o controle.

A total frustração da liberdade no fascismo é, com efeito, o resultado inevitável da filosofia liberal. Esta alega que o poder e a compulsão são males que não devem existir na comunidade humana para que haja liberdade. Ora, tal coisa é impossível e se torna perfeitamente aparente numa sociedade complexa. Não resta, portanto, qualquer alternativa a não ser permanecer fiel a uma idéia ilusória de liberdade e negar a realidade da sociedade, ou aceitar essa realidade e rejeitar a idéia da liberdade. A primeira é a conclusão do liberal; a última, do fascista. Nenhuma outra parece possível.

Chegamos assim à conclusão inexorável de que está em questão a própria possibilidade de liberdade. Se a regulação é o único meio de difundir e fortalecer a liberdade numa sociedade complexa e, no entanto, utilizar esse meio é se opor à liberdade per se, então uma tal sociedade não pode ser livre.

É claro que na raiz do dilema está o próprio significado da liberdade. A economia liberal encaminhou os nossos ideais numa falsa direção, embora parecesse próxima a atingir expectativas intrinsecamente utópicas. Não existe uma sociedade sem o poder e a compulsão, nem um mundo em que a força não tenha qualquer função. Era uma ilusão admitir uma sociedade que fosse modelada apenas pelo desejo e a vontade do homem. Ela foi, porém, a resultante de uma visão de mercado da sociedade, que igualava a economia a relações contratuais, e as relações contratuais com a liberdade. Essa ilusão radical sustentava que na sociedade humana não existe nada que não se origine da vontade dos indivíduos e que não possa, portanto, ser removida também pela vontade deles. A visão era limitada pelo mercado: este "fragmentava" a vida no setor dos produtores, que terminava quando seu produto chegava ao mercado, e no setor do consumidor, para quem todos os bens

surgiam do mercado. Um tinha a sua renda provida "livremente" pelo mercado, o outro gastava-a "livremente" nesse mercado. A sociedade como um todo permanecia invisível. O poder do estado não era levado em conta, pois quanto menor ele fosse mais facilmente funcionaria o mecanismo de mercado. Nem os eleitores, nem os proprietários, nem os produtores, nem os consumidores podiam ser responsabilizados por essas brutais restrições à liberdade que resultaram na ocorrência do desemprego e da destituição. Qualquer indivíduo decente podia se considerar isento de qualquer responsabilidade por atos de compulsão por parte de um estado que ele, pessoalmente, rejeitava; ou pelo sofrimento econômico inflingido à sociedade e que não o beneficiava pessoalmente. Ele "pagava as suas contas", "não devia a ninguém", e não se envolvia nos males do poder e do valor econômico. Ele se sentia tão isento dessa responsabilidade que negava a sua realidade em nome da própria liberdade.

Mas o poder e o valor econômico são um paradigma da realidade social. Eles não surgem da vontade humana; é impossível a não-cooperação em relação a eles. A função do poder é assegurar aquela medida de conformidade necessária à sobrevivência do grupo; sua fonte última é a opinião - e quem não teria algumas opiniões a oferecer? O valor econômico garante a utilidade dos bens produzidos; ele deve ser anterior à decisão de produzi-los; ele é um selo aposto à divisão do trabalho. Sua fonte são os desejos humanos e a escassez - e como se pode esperar que não desejemos uma coisa mais do que outra? Qualquer opinião ou desejo far-nos-á participantes na criação do poder e na constituição do valor econômico. Não é concebível uma liberdade que atue de outra maneira.

Chegamos ao estágio final da nossa argumentação.

O abandono da utopia do mercado coloca-nos face a face com a realidade da sociedade. Ela é a linha divisória entre o liberalismo de um lado, o fascismo e o socialismo de outro. A diferença entre esses dois não é basicamente econômica, é moral e religiosa. Mesmo quando professam economias idênticas, eles não são apenas diferentes mas são, também, manifestações de princípios opostos. E a liberdade é, mais uma vez, o ponto extremo no qual eles se separam. A realidade da sociedade é aceita tanto por fascistas como por socialistas, com a mesma finalidade com que o conhecimento da morte moldou a consciência humana. O poder e a compulsão fazem parte dessa realidade e não seria válido qualquer ideal que os banisse da sociedade. Se a idéia da liberdade pode ser mantida ou não, em face desse conhecimento, é

o tema sobre o qual eles divergem. É a liberdade uma palavra vazia, uma tentação, destinada a arruinar o homem e suas obras, ou o homem pode reafirmar a sua liberdade em face desse conhecimento e lutar para que a sociedade a atinja sem cair num ilusionismo moral?

Esta questão aflitiva resume a condição do homem. O espírito e o conteúdo deste estudo devem indicar uma resposta.

Invocamo aqueles que acreditávamos ser os três fatos constitutivos da con ciência do homem ocidental: o conhecimento da morte, o conhecimento da liberdade, o conhecimento da sociedade. O primeiro, segundo a lenda judaica, foi revelado pela história do Velho Testamento. O segundo se revelou com a descoberta da singularidade da pessoa nos ensinamentos de Jesus, conforme registrados no Novo Testamento. A terceira revelação chegou-nos com a vivência numa sociedade industrial. Não existe nenhum grande nome ligado a ela; talvez Robert Owen seja o que mais se aproxima de ser seu porta-voz. Ele é o elemento constitutivo da consciência do homem moderno.

A resposta fascista ao reconhecimento da realidade da sociedade é a rejeição do postulado de liberdade. A descoberta cristã da singularidade do indivíduo e unicidade da humanidade é negada pelo fascismo. Aqui está a raiz da sua inclinação degenerativa.

Robert Owen foi o primeiro a reconhecer que os Evangelhos ignoravam a realidade da sociedade. Ele chamava a isto a "individualização" do homem por parte do Cristianismo e parecia acreditar que "tudo aquilo que é realmente valioso no Cristianismo" só seria incorporado ao homem numa comunidade cooperativa. Owen reconhecia que a liberdade adquirida através dos ensinamentos de Jesus não se aplicava a uma sociedade complexa. Seu socialismo sustentava a exigência de liberdade do homem numa sociedade como essa. A era pós-cristã da civilização ocidental havia começado e os Evangelhos não eram mais suficientes, embora continuassem a ser a base da nossa civilização.

A descoberta da sociedade é, portanto, o final ou o renascimento da liberdade. Enquanto o fascista se resigna a abandonar a liberdade e glorifica o poder que é a liberdade da sociedade, o socialista se resigna a essa realidade e mantém a exigência da liberdade, a despeito dessa realidade. O homem amadurece e é capaz de existir como ser humano numa sociedade complexa. Para citar mais uma vez as inspiradas palavras de Robert Owen: "Se quaisquer causas do mal são irremovíveis pelos novos poderes que os homens estão a ponto de adquirir, eles saberão que esses males são necessários e inevitáveis, e deixarão de fazer reclamações infantis e desnecessárias".

A resignação sempre foi a fonte da força do homem e de suas esperanças renovadas. O homem aceitou a realidade da morte e construiu o sentido da sua vida física baseando-se nela. Ele se resignou à realidade de possuir uma alma que podia perder e que havia coisas piores que a morte. Sobre isto fundamentou a sua liberdade. Em nossa época, ele se resigna à realidade da sociedade que significa o fim dessa liberdade. Mais uma vez, a vida ressurge da resignação final. A aceitação, sem queixas, da realidade da sociedade dá ao homem uma coragem indómita e forças para afastar todas as injustiças e a falta de liberdade que podem ser eliminadas. Enquanto ele se conservar fiel à sua tarefa de criar uma liberdade mais ampla para todos, ele não precisa temer que o poder ou o planejamento se voltem contra ele e que destruam, através da sua instrumentalidade, a liberdade que ele está construindo. Este é o significado da liberdade numa sociedade complexa e ele nos dá toda a certeza de que precisamos.

APÊNDICE

NOTAS SOBRE AS FONTES

Ao capítulo 1

1. O equilíbrio-de-poder como política, lei histórica, princípio e sistema

1. Política de equilíbrio-de-poder.

A política de equilíbrio-de-poder é uma instituição nacional inglesa. Ela é puramente pragmática e factual, e não deve ser confundida com o princípio do equilíbrio-de-poder ou com o sistema de equilíbrio-de-poder. Essa política foi o resultado da sua posição de ilha fora de um litoral continental ocupado por comunidades politicamente organizadas. "Sua ascendente escola de diplomacia, de Wolseya Cecil, perseguia o Equilíbrio-de-Poder como a única possibilidade de segurança da Inglaterra em face dos grandes estados continentais que se formavam", diz Trevelyan. Essa política foi estabeleci da definitivamente sob os Tudors, e foi praticada por Sir William Temple, por Canning, Palmerston ou Sir Edward Grey. Ela antecipou em quase dois séculos a emergência de um sistema de equilíbrio-de-poder no continente, e seu desenvolvimento foi totalmente independente das fontes continentais da doutrina do equilíbrio-de-poder como princípio, conforme apresentada por Fénélon ou Vatte!. Entretanto, a política nacional da Inglaterra foi bastante apoiada pelo crescimento desse sistema, pois lhe facilitou a organização de alianças contra qualquer poder dominante no continente. Em conseqüência, os estadistas britânicos tendiam a patrocinar a idéia de que a política de equilíbrio-de-poder da Inglaterra era, na verdade, uma expressão do princípio de equilíbrio-de-poder, e que, seguindo tal política, a Inglaterra estava apenas desempenhando seu papel num sistema com base nesse princípio. Todavia, a diferença entre a sua própria política de autodefesa e qualquer princípio que ajudasse a sua implementação não foi propositadamente obscurecida por seus estadistas. Sir Edward Grey escreveu o seguinte em seu Twenty-five Years: "Em teoria, a Grã-Bretanha não se opunha à predominância de um grupo forte na Euro-pa, desde que ele representasse a estabilidade e a paz. É uma escolha voluntária apoiar tal combinação. Quando o poder dominante se torna agressivo, porém, e ela sente seus interesses ameaçados

é que, por instinto de autodefesa, ou então por uma política deliberada, ela se dirige para algo que pode ser descrito como um Equilíbrio-de-Poder".

Assim, foi pelos seus legítimos interesses que a Inglaterra apoiou o crescimento de um sistema de equilíbrio-de-poder no continente e manteve os seus princípios. Fazê-lo era parte da sua política. A confusão provocada por esse ajuste de duas referências essencialmente diferentes do equilíbrio-de-poder é indicada por estas citações: Fox, em 1787, perguntou ao governo, com indignação, "se a Inglaterra não estava mais em posição de manter o equilíbrio-de-poder na Europa e ser vista como a protetora das suas liberdades?" Ele reclamava como direito da Inglaterra ser aceita como avalista do sistema de equilíbrio-de-poder na Europa. Quatro anos mais tarde, Burke descrevia esse sistema como a "lei pública da Europa", supostamente vigente durante dois séculos. Tais identificações retóricas da política nacional da Inglaterra com o sistema europeu de equilíbrio-de-poder tornaram mais difícil para os norte-americanos distinguir entre duas concepções igualmente odiosas a eles.

2. Equilíbrio-de-poder como lei histórica. Um outro significado do equilíbrio-de-poder se baseia diretamente na natureza das unidades de poder. Ele foi introduzido por Hume, pela primeira vez, no pensamento moderno. Seu alcance se perdeu novamente durante o eclipse quase total do pensamento político que se seguiu à Revolução Industrial. Hume reconheceu a natureza política do fenômeno e ressaltou a sua independência dos fatos psicológicos e morais. Ele atuava independentemente das motivações dos atores, enquanto estes se comportassem como manifestações de poder. A experiência demonstrou, escreveu Hume, que qualquer que fosse a sua motivação, "a emulação ciumenta ou a política cautelosa", "os efeitos eram semelhantes". F. Schuman diz: "Se se postula um Sistema Estatal composto de três unidades, A, B e C, é óbvio que qualquer aumento no poder de um deles envolve um decréscimo no poder dos outros dois". Ele infere que o equilíbrio-de-poder "em sua forma elementar se destina a manter a independência de cada unidade do Sistema Estatal". Ele poderia ter generalizado o postulado de forma a torná-lo aplicável a todos os tipos de unidades de poder, seja em sistemas políticos organizados ou não. Com efeito, esta é a forma como o equilíbrio-de-poder aparece na sociologia da história. Toynbee, em seu Study of History, menciona o fato de que as unidades de poder estão aptas a se expandir na periferia dos grupos de poder, ao invés de no centro, onde a pressão é maior. Os Estados Unidos, a Rússia e o Japão, assim como os Domínios Britânicos, se expandiram prodigiosamente numa época em que era praticamente impossível atingir mesmo as menores mudanças territoriais na Europa Ocidental e Central. Uma lei histórica de tipo similar é mencionada ainda por Pirenne. Ele observa que em comunidades comparativamente desorganizadas forma-se habitualmente um núcleo de resistência à pressão externa nas regiões mais afastadas do vizinho poderoso. São exemplos a formação do reinado franco por Pipin de Heristal, no distante norte, ou a emergência da Prússia Oriental como centro organizador dos germânicos. Outro exemplo desse tipo pode ser visto na lei belga de De Greef, do estado-tampão, que parece ter influenciado a escola de Frederick Turner e levou ao conceito do oeste americano como "uma Bélgica errante". Estes conceitos de equilíbrio e desequilíbrio-de-poder são independentes de noções morais, legais ou psicológicas. Sua única referência é quanto ao poder e isto revela a sua natureza política.

3. Equilíbrio-de-poder como princípio e sistema. Quando um interesse hwnano é reconhecido como legítimo, dele se origina um princípio de conduta. Desde 164 foi

reconhecido o interesse dos estados europeus no status quo, conforme estabelecido pelos Trajados de Münster e Westphalia, e reconhecida a solidariedade dos signatários nesse sehrido. O Tratado de 1648 foi assinado por praticamente todas as potências européias: elas se declararam os seus avalistas. Os Países Baixos e a Suíça assumem a sua posição internacional como estados soberanos a partir desse tratado. Desde então, os estados podiam considerar qualquer mudança maior no status quo como de interesse para rodos os demais. Esta é a forma rudimentar do equilíbrio-de-poder como um princípio da família de nações. Baseado nesse princípio, não se podia considerar hostil o comportamento de qualquer estado para com uma potência suspeita, correta ou erroneamente, da intenção de modificar o status quo. Um tal estado de coisas decerto facilitaria enormemente a formação de coalizões em oposição a tal mudança. Entretanto, somente após setenta e cinco anos é que o princípio foi expressamente reconhecido no Tratado de Utrecht, quando ad conseruandum in Europa equilibrium os domínios espanhóis foram divididos entre os Bourbons e os Habsburgs. Com esse reconhecimento formal do princípio, a Europa se organizou gradualmente num sistema baseado nesse princípio. Como a absorção (ou dominação) das pequenas potências pelas potências maiores afetaria o equilíbrio-de-poder, a independência das pequenas potências era indiretamente resguardada pelo sistema. Embora fosse difusa a organização da Europa após 1648, e mesmo após 1713, a manutenção de todos os estados, grandes e pequenos, por um período de cerca de duzentos anos, deve ser creditada ao sistema de equilíbrio-de-poder. Guerras inumeráveis foram travadas em seu nome e, embora elas possam ser vistas, sem exceção, como inspiradas por considerações de poder, o resultado era quase sempre como se os países agissem segundo o princípio da garantia coletiva contra atos de agressão não-provocados. Não existe outra explicação para a sobrevivência continuada de entidades políticas inexpressivas, como a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica e a Suíça, a despeito das grandes forças que ameaçavam as suas fronteiras. Logicamente, a distinção entre um princípio e uma organização nele baseado, i.e., um sistema, parece definida. Entretanto, não devemos subestimar a efetividade dos princípios, mesmo em sua condição suborganizada, isto é, quando não alcançaram ainda o estágio institucional, mas fornecem apenas uma diretiva a hábitos ou costumes convencionais. Mesmo sem um centro estabelecido, encontros regulares, funcionários comuns ou um código de comportamento compulsório, a Europa se transformara num sistema simplesmente através do contato estreito e contínuo entre as várias chancelarias e membros dos corpos diplomáticos. A tradição estrita que regulava as investigações, as dérnarches, os ai-de-mémoirs entregues em conjunto ou separado, em termos idênticos ou não idênticos - eram tantos outros meios de expressar as situações de poder sem levá-Ias a uma decisão, enquanto abriam novos caminhos para o compromisso ou, eventualmente, para a ação conjunta, no caso de falharem as negociações. Na verdade, o direito de uma intervenção conjunta nos negócios dos pequenos estados, se ameaçados os interesses legítimos das potências, correspondia à existência de um diretório europeu numa forma suborganizada.

O pilar mais forte desse sistema formal era a quantidade imensa de negócios privados internacionais, freqüentemente transacionados em termos de uma espécie de tratado comercial ou outro instrumento internacional tornado efetivo pelo costume e pela tradição. Os governos e seus cidadãos mais influentes se enredavam, nas formas mais diversas, nas dificuldades financeiras, econômicas e jurídicas dos tipos mais variados de tais transações internacionais. Uma guerra local significava apenas uma breve interrupção dessas transações, enquanto os interesses investidos em outras, não afeta das

permanente ou temporariamente, constituíam um peso maior se comparadas àquelas solucionadas com desvantagem para o inimigo, através da guerra. Essa pressão silenciosa do interesse privado, que permeava toda a vida das comunidades civilizadas e transcendia as fronteiras nacionais, era o baluarte invisível da reciprocidade internacional e concedia ao princípio de equilíbrio-de-poder o direito de sanções efetivas, mesmo quando ele não assumira ainda a forma organizada de um Concerto da Europa ou de uma Liga das Nações.

EQUILÍBRIO-DE-PODER COMO LEI HISTÓRICA

Hume, D., "On the Balance of Power", Works, voI. III (1854), p. 364. Schuman, F., International Politics (1933), p. 55. Toynbee, A. J., Study of History, voI. I1I, p.302. Pirenne, H., Outline of the His-tory of Europe from the Fali of the Roman Empire to 1600 (IngI. 1939). Barnes-Becker-Becker, sobre De Greef, voI. II, p. 871. Hof-rnann, A., Das deutsche Land and die deutsche Geschichte (1920). Também a "Geopolitical School" de Haushofer. No outro extremo, Power, de B. Russel; Psychopathology and Politics, de Lasswell; World Politics and Personal Insecurity, e outras obras. CL também Social and Economic History of the Hellenistic World, de Rostovtzeff, capo 4, parte I.

EQUJLÍBRIO-DE-PODER COMO PRINCÍPIO E SISTEMA

Mayer,]. P., Political Thought (1939), p. 464. Vattel, Le droit des gens (1758). Hershey, A. S., Essentials of International Public Law and Organization (1927), pp. 567-69. Oppenheim, L., International Law. Heatley, D. P., Diplomacy and the Study of International Relations (1919).

A PAZ DOS CEM ANOS

Leathes, "Modem Europe", Cambridge Modern History, voI. XII, capo 1. Toynbee, A J., Study of History, voI. IV (C), pp. 142-53. Schuman, F., International Politics, liv. I, capo 2. Clapharn, J. H., Economic Deuelopment of France and Germany, 1815-1914, p. 3. Robbins, L., The Great Depression (1934), p. 1. Lipmann, W., The Good Society. Cunningham, W., Growth of English Industry and Commerce in Modern Times, L. C. A, Industrial and Commercial Revolutions in Great Britain during the 19th Century (1927). Carr, E. H., The 20 Years' Crisis 1919-1939 (1940). Crossman, R H. S., Government and the Governed (1939), p. 225. Hawtrey, R G., The Economic Problern (1925), p. 265.

FERROVIA DE BAGDÁ

Visão do conflito como solucionado pelo acordo anglo-gerrnânico de 15 de junho de 1914: Buell, R. L., International Refations (1929). Hawtrey, R. G., The Economic Problem (1925). Mowat, R. B., The Concert of Europe (1930), p. 313. Stolper, G., This Age of Fable (1942). Visão oposta: Fay, S. B., Origins of the World War, p. 312. Feis, H., Europe, The World's Banker, 1870-1914 (1930), pp. 335 e segs.

CONCERTO DA EUROPA

Langer, W. L., European Alliances and Alignments (1871-1890) (1931). Sontag, R.]., European Diplomatic History (1871-1932) (1933). Onken, H., "The German Empire", Cambridge Modern History, voI. XII. Mayer, J. P., Political Thought (1939), p. 464. Mowat, R. B., The Concert of Europe (1930), p. 23. Phillips, W. A., The Confederation of Europe 1914 (2' ed., 1920). Lasswell, H. D., Politics, p. 53. Muir,

R., Nationa/ism and Internationalism (1917), p. 176. Buell, R. L., Internationa/ Relation (1929), p. 512.

Ao capítulo 1

2. Cem anos de paz

1. Os fatos. As grandes potências da Europa estiveram em guerra umas com as outras durante o século 1815 a 1914, mas somente durante três curtos períodos: durante seis meses em 1859, seis semanas em 1866 e nove meses em 1870-1871. A Guerra da Criméia, que durou exatamente dois anos, teve um caráter periférico e semicolonial, como concordam os historiadores, inclusive Clapham, Trevelyan, Toynbee e Binkley. A propósito, as ações russas em poder de investidores britânicos continuaram a ser negociadas em Londres durante aquela guerra. A diferença básica entre o século XIX e os anteriores é justamente a que existe entre guerras generalizadas ocasionais e a ausência completa de guerras generalizadas. Parece irrelevante, assim, a afirmativa do Major-General Fuller, de que não se passara sequer um ano livre de guerras no século XIX. A comparação feita por Quincy Wright do número de anos de guerra nos vários séculos, independente da diferença entre guerras generalizadas e locais, parece ignorar este ponto significativo.

2. O problema. A cessação das guerras comerciais quase constantes entre a Inglaterra e a França, uma fértil fonte de guerras generalizadas, está precisando de uma explicação básica. Ela se liga a dois fatos na esfera da política econômica (a) o fim do velho império colonial, e (b) a era do livre comércio que se transformou na do padrão-ouro internacional. Enquanto decaía rapidamente o interesse nas guerras, com as novas formas de comércio, emergia um novo e positivo interesse na paz em conseqüência da nova moeda internacional e da estrutura de crédito associada ao padrão-ouro. O interesse de todas as economias nacionais se fixava agora na manutenção de moedas estáveis e no funcionamento de mercados mundiais, dos quais dependiam as rendas e o emprego. O expansionismo tradicional foi substituído por uma tendência antiimperialista quase geral das grandes potências até 1880. (Tratamos disto no capítulo dezoito.)

Parece ter ocorrido, porém, um hiato de mais de meio século (1815-1880) entre o período das guerras comerciais, quando se pressupunha, naturalmente, que a política externa se preocupava com o incremento dos negócios lucrativos, e o período seguinte, no qual os interesses dos acionistas estrangeiros e dos investidores diretos eram vistos como preocupação legítima das secretarias do exterior. Durante esse meio século é que se estabeleceu a doutrina de excluir a influência dos interesses comerciais privados na conduta dos assuntos externos. Somente no final desse período é que as chancelarias passaram a admitir novamente essas reivindicações, assim mesmo com rígidas restrições, em deferência à nova tendência da opinião pública. Imaginamos que essa mudança possa ser imputada ao caráter do comércio que, sob as condições vigentes no século XIX, já não dependia mais tão diretamente do poder político para atingir seu objetivo e seu sucesso.

O retorno gradual da influência dos negócios na política externa se deveu ao fato de a moeda internacional e o sistema de crédito terem criado um novo tipo de interesses nos negócios que já transcendia as fronteiras nacionais. Todavia, enquanto esse interesse

era apenas o dos acionistas estrangeiros, os governos se mostravam extremamente relutantes em lhes conceder voz. Durante muito tempo os empréstimos externos foram considerados puramente especulativos, no sentido mais estrito do termo; as rendas eram regularmente investidas em títulos do governo interno. Nenhum governo julgava conveniente apoiar os seus nacionais engajados na tarefa muito arriscada de emprestar dinheiro a governos ultramarinos de reputação duvidosa. Canning rejeitou peremptoriamente a insistência dos investidores, que contavam com o interesse do governo britânico nos seus prejuízos no exterior, e se recusou categoricamente a condicionar o reconhecimento das repúblicas latino-americanas ao fato delas aceitarem as suas dívidas externas. A famosa circular de Palmerston, de 1848, é o primeiro indício de uma mudança nessa atitude, mas essa mudança não chegou muito longe. Os interesses de negócios da comunidade comercial eram de caráter tão amplo que o governo não podia permitir que interesses investidos, de pequena monta, complicassem a administração dos assuntos de um império mundial. A retomada de interesse da política externa nos empreendimentos de negócios no exterior resultou principalmente do fim do livre comércio e do conseqüente retorno aos métodos do século XVIII. Como o comércio tinha agora uma ligação estreita com os investidores externos, já não mais de caráter especulativo mas inteiramente normal, a política externa reverteu às suas linhas tradicionais de se colocar a serviço dos interessses comerciais da comunidade. Não é este último fato que precisava de explicação, mas justamente a falta desse interesse durante o hiato.

Ao capítulo 2

3. Parte-se o fio dourado

A queda do padrão-ouro foi precipitada pela estabilização forçada das moedas. Genebra foi a ponta-de-lança do movimento de estabilização, ao transmitir aos estados financeiramente fracos as pressões exercidas pela City de Londres e pela Wall Street.

O primeiro grupo de estados a se estabilizar foi o dos países derrotados, cujas moedas entraram em colapso após a Primeira Guerra Mundial. O segundo grupo consistiu nos estados europeus vitoriosos, que só estabilizaram suas próprias moedas depois do primeiro grupo. O terceiro grupo foi o principal beneficiário do interesse no padrão-ouro, os Estados Unidos.

I. PAÍSES DERROTADOS		II. PAÍSES EUROPEUS VITORIOSOS			III. EMPRESTADOR UNIVERSAL	
	Estabilização		*Estabilização*	*Abandono do ouro*		*Abandono do ouro*
Rússia	1923	Grã-Bretanha	1925	1931	EUA	1933
Áustria	1923	França	1926	1936		
Hungria	1924	Bélgica	1926	1936		
Alemanha	1924	Itália	1926	1933		
Bulgária	1925					
Finlândia	1925					
Estônia	1926					
Grécia	1926					
Polônia	1926					

O desequilíbrio do primeiro grupo foi sustentado pelo segundo, durante algum tempo. Logo que esse segundo grupo também estabilizou sua moeda, foi sua vez de precisar de apoio, e este foi suprido pelo terceiro. Em última instância, foi esse terceiro grupo, o dos Estados Unidos, o mais atingido pelo desequilíbrio cumulativo da estabilização européia.

Ao capitulo 2

4. Os balanços do pêndulo após a Primeira Guerra Mundial

O balanço do pêndulo após a Primeira Guerra Mundial foi generalizado e rápido, mas sua amplirude foi pequena. a grande maioria dos países da Europa Central e Oriental, o período 1918-1923 apenas resultou numa restauração conservadora em seguida a uma república democrática (ou socialista) - a conseqüência da derrota. Alguns anos mais tarde foram estabelecidos governos unipartidários, de modo quase universal, e novamente o movimento foi bastante generalizado.

País	*Revolução*	*Contra-revolução*	*Governo Unipartidário*
Alemanha	Nov. 1918 república social-democrata	1920 república classe média	1933
Áustria	Out. 1918 república social-democrata	1920 república classe média	1934
Bulgária	Out. 1918 reforma agrária radical	1923 contra-revolução fascista	1934
Estônia	1917 república socialista	1918 república classe média	1926
Finlândia	Fev. 1917 república socialista	1918 república classe média	-
Hungria	Out. 1918 república democrática	1919 contra-revolução	-
Iugoslávia	Mar. 1919 soviéticos 1918 federação democrática	1926 estado militar autoritário	1929
Letônia	1917 república socialista	1918 república classe média	1934
Lituânia	1917 república socialista	1918 república classe média	1926
Polônia	1919 república social-democrata	1926 estado autoritário	-
Rumânia	1918 reforma agrária	1926 regime autoritário	-

Ao Capítulo 2
5. Finanças e paz

Existe muito pouco material disponível em relação ao papel político da finança internacional no último meio século. O livro de Corti sobre os Rothschilds cobre apenas o

período anterior ao Concerto da Europa. Nele não estão incluídas a sua participação nas ações relativas a Suez, a oferta dos Bleichroeders de financiar a indenização da Guerra Francesa de 1871, através da emissão de um empréstimo internacional, as grandes transações ocorridas no período da Ferrovia Oriental. Obras históricas como as de Langer e Sonrag dedicam pouca atenção à finança internacional (o último omite a finança na sua enumeração dos fatores de paz). As observações de Leathes na Cambridge Modern History constituem quase uma exceção. A crítica liberal independente ora se propunha mostrar a falta de patriotismo dos financistas, ora a sua propensão de apoiar as tendências protecionistas e imperialistas em detrimento do comércio livre, como no caso de escritores tais como Lysis, na França, ou J. A. Hobson, na Inglaterra. As obras marxistas, como os estudos de Hilferding ou Lenin, enfatizavam as forças imperialistas que emanavam dos bancos nacionais e sua ligação orgânica com as indústrias pesadas. Esse argumento, além de se restringir principalmente à Alemanha, deixou necessariamente de abordar os interesses bancários internacionais.

A influência de Wall Street no desenvolvimento da década de 1920 ainda é muito recente para um estudo objetivo. Parece não haver dúvida porém de que, no seu todo, sua influência pesou na balança no lado da moderação e mediação internacional, desde a época dos tratados de paz até o Plano Dawes, o Plano Young e a liquidação das reparações em e depois de Lausanne. A literatura recente tende a isolar o problema dos investimentos privados, como na obra de Staley, que exclui expressamente os empréstimos aos governos, quer feitos por outros governos, quer por investidores privados, uma restrição que praticamente exclui do seu interessante estudo qualquer avaliação mais ampla da finança internacional. O excelente relato de Feis, do qual nos valemos profusamente, cobre mais aproximadamente o assunto como um todo, mas sofre a falta de material autêntico, já que os arquivos da haute finance não são acessíveis. A obra valiosa de Earle, Remer e Viner também está sujeita à mesma inevitável limitação.

Ao capítulo 4

6. Referências selecionadas a "sociedades e sistemas econômicos"

O século XIX tentou estabelecer um sistema econômico auto-regulável com a motivação do ganho individual. Constatamos que tal empreendimento era impossível pela própria natureza das coisas. Preocupamo-nos aqui apenas com a visão distorcida da vida e da sociedade implícita numa abordagem como essa. Os pensadores do século XIX presumiam, por exemplo, que era "natural" comportar-se como um comerciante no mercado, e qualquer outro tipo de comportamento seria um comportamento econômico artificial - o resultado de uma interferência nos instintos humanos; que os mercados surgiriam espontaneamente, se se deixassem os homens por sua conta; que qualquer que fosse a desejabilidade de uma tal sociedade, em termos morais, pelo menos a sua praticabilidade se fundamentava nas características imutáveis da raça, e assim por diante. O oposto dessas afirmativas está praticamente implícito no testemunho da pesquisa moderna em várias áreas da ciência social, como a antropologia social, a economia primitiva, a história das primeiras civilizações e a história econômica geral. De fato, não existe qualquer pressuposto antropológico ou sociológico –

explícito ou implícito - contido na filosofia do liberalismo econômico que não tenha sido refutado. Seguem-se algumas citações.

(a) A motivação do ganho não é "natural" no homem.

"O aspecto característico da economia primitiva é a ausência de qualquer desejo e obter lucros com a produção ou a troca (Thurn-wald, Economics in Primitiue Communities; 1932, p. xiii). "Uma outra noção que deve ser abolida de alguns textos didáticos atuais de economia, uma vez por todas, é a do Homem Econômico Primitivo" (Malinowski, Argonauts of the Westem Pacific, 1930, p. 60). "Temos que rejeitar os Idealtypen do liberalismo de Manchester, que não são apenas equivocados teótica mas historicamente" (Brinkmann, "Das soziale System des Kapitalismus", em Grundriss der Sozialôkonomik, vol. IV, p. 11).

(b) Contar com o pagamento do trabalho não é "natural" no homem.

"O ganho, que é muitas vezes o estímulo para o trabalho nas comunidades mais civilizadas, jamais atua como impulso para o trabalho sob as condições nativas originais" (Malinowski, op. cit., p.156). "Não encontramos o trabalho associado à idéia do pagamento em qualquer local de uma sociedade primitiva não-influenciada" (Lowie, "Social Organization", Encyclopedia of the Social Sciences, vol. XIV. p. 14). "Em nenhum lugar o trabalho é alugado ou vendido" (Thurnwald, Die menschliche Geseltschaft, liv. III, 1932, p.169). "O tratamento do trabalho como uma obrigação que não exige compensação ... " é geral (Firth, Primitive Economics of the New Zealand Maori, 1929). "Mesmo na Idade Média não se ouvia falar em pagamento pelo trabalho dos estranhos." "O estranho não tem qualquer laço de dever pessoal e, portanto, ele deve trabalhar pela honra e pelo reconhecimento." Os menestréis, embora fossem estranhos, "aceitavam pagamento e eram desprezados por isto" (Lowie, op. cit.).

(c) Restringir o trabalho ao mínimo inevitável não é "natural" no homem.

"Não podemos deixar de observar que o trabalho jamais se limita ao rrúnirno indispensável mas excede a quantidade absolutamente necessária, em virtude de uma necessidade funcional de atividade, natural ou adquirida" (Thurnwald, Economics, p. 209). "O trabalho é sempre feito além do estritamente necessário" (Thurnwald, Die menschliche Geseltschaft, p. 163).

(d) Os incentivos habituais do trabalho não são o ganho mas a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social.

Reciprocidade: "A maioria, senão todos os atos econômicos pertencem a alguma cadeia de presentes e contrapresentes recíprocos que, a longo prazo, chegam a um equilíbrio e beneficiam igualmente ambos os lados... O homem que desobedecesse persistentemente às regras da lei nas suas transações econômicas logo se veria à margem da ordem social e econômica - e ele está perfeitamente consciente disso" (Malinowski, Crime and Custom in Savage Society, 1926, pp. 40-41).

Competição: "A competição é acirrada, a execução, embora uniforme no seu objetivo, é variada por excelência ... Uma disputa na excelência da reprodução dos padrões" (Goldenweiser , "Loose Ends of Theory on the Individual, Pattem, and Involution in Primitive Society", em Essays in Anthropology, 1936, p. 99). "Os homens se rivalizam

uns com os outros na velocidade, na eficiência e nos pesos que podem levantar quando trazem grandes estacas para o jardim ou quando transportam os inhames colhidos" (Malinowski, Argonauts, p. 61).

Prazer do trabalho: "O trabalho por ele mesmo é uma característica constante da indústria Maori" (Firth, "Some Features of Primitive Industry", E.]., vol, I, p. 17). "Dedica-se muito tempo e trabalho para fins estáticos, para arrumar, limpar e retirar todo o entulho dos jardins, para construir cercas refinadas e sólidas, para conseguir estacas de inhame grandes e fortes. É claro que todas essas coisas são importantes para o crescimento da planta, mas não há dúvida também de que os nativos levam sua escrupulosidade além dos limites do puramente necessário" (Malinowski, op. cit., p. 59).

Aprovação social: "A perfeição na jardinagem é o índice geral do valor social da pessoa" (Malinowski, Coral Gardens and Their Magic, vol, II, 1935, p.124). "Espera-se que cada pessoa da comunidade mostre uma medida normal de aplicação" (Firth, Primitive Polynesian &onomy, 1939, p.161). "Os ilhéus Andaman vêem a preguiça como um comportamento anti-social" (Ratcliffe-Brown, The Andaman Islanders). "Colocar o trabalho de alguém sob o comando de outro é um serviço social e não apenas um serviço econômico" (Firth, op. cit., p. 303).

(e) O homem, sempre o mesmo em todas as épocas.

Linton, em seu Study of Man, aconselha cautela contra as teorias psicológicas da determinação da personalidade e afirma que "as observações gerais levam à conclusão de que o gama total desses tipos é bastante semelhante em todas as sociedades ... Em outras palavras, logo que ele (o observador) penetra o crivo da diferença cultural, ele descobre que esses povos são basicamente iguais a nós" (p. 484). Thurnwald enfatiza a similaridade dos homens em todos os estágios do seu desenvolvimento: "A economia primitiva, conforme estudada nas páginas precedentes, não se distingue de qualquer outra forma de economia, no que concerne às relações humanas, e se firma nos mesmos princípios gerais da vida social" (Economics, p. 288). "Algumas emoções coletivas de natureza elementar são essencialmente as mesmas em todos os seres humanos e respondem pela recorrência de configurações semelhantes em sua existência social" (Sozialpsychische Ablãufe irn Võlkerleben", em Essays in Anthropology, p. 383). O livro de Ruth Benedict, Patterns o] Culture, se baseia, em última instância, num pressuposto similar: "Falei como se o temperamento humano fosse bastante constante no mundo, como se em cada sociedade existisse um potencial disponível para uma distribuição praticamente igual e como se a cultura selecionada a partir daí, segundo seus padrões tradicionais, houvesse moldado a vasta maioria dos indivíduos numa só harmonia. A experiência do transe, por exemplo, de acordo com esta interpretação, é uma potencialidade de certo número de indivíduos em qualquer população. Quando se lhe atribuem honrarias e recompensas, uma proporção considerável alcançá-lo-á ou estimulá-lo-á ... " (p. 233). Malinowski assumiu, conseqüentemente, posição semelhante em suas obras.

(f) Os sistemas econômicos, em regra, estão inseridos nas relações sociais; a distribuição dos bens materiais é assegurada por motivos não-econômicos.

A economia primitiva é "um assunto social que lida com uma série de pessoas como partes de um todo entrelaçado" (Thurnwald, Economics, p. xii). Isto é igualmente

verdadeiro no que se refere à riqueza, ao trabalho e à permuta. "A riqueza primitiva não é de natureza econômica mas social" (ibid.). A mão-de-obra é capaz de um "trabalho efetivo", porque ela está "integrada pelas forças sociais num esforço organizado" (Malinowski, Argonauts, p. 157). "A permuta de bens e serviços é levada a efeito dentro de uma parceria constante, ou associada a laços sociais definidos, ou ligada a uma mumalidade em assuntos não-econômicos" (Malinowski, Crime and Custom, p. 39).

Os dois princípios mais importantes que governam o comportamento econômico parecem ser a reciprocidade e a acumulação-com-redistribuição.

"Toda a vida tribal é permeada por um constante dar e tomar" (Malinowski, Argonauts, p. 167). "A dádiva de hoje será recompensada pela retomada de amanhã. Esta é a conseqüência do princípio da reciprocidade, que permeia todas as relações da vida primitiva ... " (Thurnwald, Economics, p. 106). A fim de tomar possível tal reciprocidade, em todas as sociedades selvagens será encontrada uma certa "dualidade" de instituições ou "simetria de estrutura, como base indispensável de obrigações recíprocas" (Malinowski, Crime and Custom, p. 25). "Entre os Banaros, a partilha simétrica das suas câmaras de espíritos se baseia na estrutura da sua sociedade, que é igualmente simétrica" (Thurnwald, Die Gemeinde der Bánaro, 1921, p. 378).

Thurnwald descobriu que, além desse comportamento recíproco, e às vezes combinado com ele, a prática da acumulação e da redistribuição era a aplicação mais generalizada, desde a tribo caçadora primitiva até os maiores impérios. Os bens eram coletados de forma centralizada e depois distribuídos entre os membros da comunidade, numa grande variedade de formas. Entre os povos micronésios e polinésios, por exemplo, "os reis, como representantes do primeiro clã, recebiam o imposto e redistribuíam-no mais tarde, sob a forma de dádiva, entre a população" (Thurnwald, Economics, p. xii). Esta função distributiva é a fonte primordial do poder político dos órgãos centrais (ibid., p. 107).

(g) A coleta individual de alimentos para uso da própria pessoa e da família não é parte da vida do homem primitivo.

Os clássicos pressupunham que o homem pré-econômico tinha que tomar conta de si mesmo e da sua família. Esse pressuposto foi revivido por Carl Buecher em sua obra pioneira na virada do século e adquiriu grande notoriedade. A pesquisa recente, porém, unanimemente corrigiu Buecher neste ponto (Firth, Primitive Economics of the New Zealand Maori, pp. 12, 206-350; Thurnwald, Economics, pp. 170, 268, e Die menschliche Gesel!schaft, vol. Ii, p. 146; Herskovits, The Economic Life of Primitive Peoples, 1940, p. 34; Malinowski, Argonauts, p. 167, pé-de-página).

(h) A reciprocidade e a redistribuição são princípios de comportamento econômico que se aplicam não apenas a pequenas comunidades primitivas mas também a grandes e poderosos impérios.

"A distribuição tem a sua própria história particular, a começar da vida mais primitiva das tribos caçadoras" " ... O caso é diferente nas sociedades que têm uma estratificação mais recente e mais pronunciada ... " "O exemplo mais impressionante é oferecido pelo contato dos pastores com os povos agrícolas." " ... As condições nessas sociedades diferem consideravelmente, mas a função distributiva aumenta com o crescente poder político de algumas famílias e a ascensão de déspotas. O chefe recebe os presentes do camponês, que

se tomam agora' impostos', e os distribui entre seus oficiais, especialmente aqueles ligados à sua corte."

"Esse desenvolvimento implicava sistemas mais complicados de distribuição ... Todos os estados arcaicos - a China antiga, o Império dos Incas, os Reinos Indianos, Egito, Babilônia - fizeram uso de moeda metálica para impostos e salários, mas dependiam principalmente dos pagamentos em espécie acumulados em celeiros e depósitos ... e distribuídos entre autoridades, guerreiros e classes ociosas, isto é, a parte não-produtiva da população. Neste caso, a distribuição exerce uma função essencialmente econômica" (Thurnwald, Economics, pp. 106-8).

"Quando falamos no feudalismo pensamos sempre na Idade Média da Europa ... Entretanto, ele é uma instituição que logo fez sua aparição em comunidades estratificadas. O fato de a maioria das transações ser em espécie e dos estratos superiores exigirem toda a terra e o gado, são as causas econômicas do feudalismo ... " (ibid., p. 195).

Ao capítulo 5

7. Referências selecionadas à "evolução do padrão de mercado"

O liberalismo econômico funcionou sob a ilusão de que a sua prática e seus métodos representavam o crescimento natural de uma lei geral de progresso. Para fazê-los se acomodar ao padrão, os princípios subjacentes a um mercado auto-regulável foram projetados, em retrospecto, a toda a história da civilização humana. Resultou daí que a verdadeira natureza e origem do comércio, dos mercados e do dinheiro, da vida urbana e dos estados nacionais, foram distorcidas além de todo reconhecimento.

(a) Os atos individuais de "barganha, permuta, e troca" só são praticados excepcionalmente na sociedade primitiva.

"A permuta, originalmente, é inteiramente desconhecida. Longe de estar possuído de uma ânsia de permuta, o homem primitivo tem aversão a ela" (Buecher, Die Entstenhung der Volkswirtschaft, 1904, p. 109). "É impossível, por exemplo, expressar o valor de um anzol de bonito em termos de quantidade de alimentos, uma vez que tal troca jamais é feita e seria vista como fantástica pelos Tikopia.; Cada tipo de objeto é apropriado a um tipo particular de situação social" (Firth, op. cit., p. 340).

(b) O comércio não surge dentro de uma comunidade; é assunto externo que envolve diferentes comunidades.

"No seu início, o comércio é uma transação entre grupos étnicos; ele não ocorre entre membros da mesma tribo ou da mesma comunidade, mas é, nas comunidades sociais mais antigas, um fenômeno externo que se dirige apenas às tribos estrangeiras" (M.Weber, General Economia History, p. 195). "Embora pareça estranho, o comércio medieval se desenvolveu, desde o princípio, sob a influência do comércio de exportação e não do comércio local" (Pirenne, Economic and Social History of Medieval Europe, p. 142). "O comércio a longa distância foi responsável pelo renascimento econômico da Idade Média" (Pirenne, Medieval Cities, p. 125).

(c) o comércio não depende de mercados; ele surge de empreendimentos unilaterais, pacíficos ou não.

Thurnwald estabeleceu o fato de que as formas mais antigas de comércio consistiam simplesmente em procurar e transportar objetos a distância. Trata-se, na sua essência, de uma expedição de caça. Se a expedição é guerreira, como na caça ao escravo ou na pirataria, depende principalmente da resistência encontrada (op.cit., pp. 145, 146). "A pirataria foi a iniciadora do comércio marítimo entre os gregos da era homérica, como entre os Vickings nórdicos; durante muito tempo as duas vocações se desenvolveram em consonância" (Pirenne, Economic and Social History, p. 109).

(d) A presença ou ausência de mercados não é uma característica essencial; os mercados locais não têm tendência a crescer.

"Os sistemas econômicos que não possuem mercados não precisam ter quaisquer outras características em comum, nesse sentido" (Thurn-wald, Die menschliche Gesellschaft, vol, III, p. 137). Nos mercados primitivos "somente quantidades definidas de objetos definidos podiam ser permutadas urnas pelas outras" (ibid., p. 137). "Thurnwald merece um apreço especial pela sua observação de que o dinheiro e o comércio primitivos são essencialmente de significado social ao invés de econômico" (Loeb, "The Distribution and Function of Money in Early Society", em Essays in Anthropology, p. 153). Os mercados locais não se desenvolveram a partir do "comércio armado" ou da "permuta silenciosa", ou outras formas de comércio externo, mas a partir da "paz" mantida num local de reunião, com o propósito limitado da troca entre vizinhos. "O objetivo do mercado local era oferecer as provisões necessárias à vida diária da população estabelecida no distrito. Isto explica o fato de elas ocorrerem semanalmente, o círculo muito limitado da sua atração, e a restrição da sua atividade a pequenas operações a varejo" (Pirenne, op. cit., capo 4, "Commerce to the End of the Twentieth Century", p. 97). Mesmo em época posterior os mercados locais não revelaram qualquer tendência ao crescimento, em contraste com as feiras: "O mercado supria as necessidades da localidade e a ele compareciam apenas os habitantes das vizinhanças; suas mercadorias eram produtos do campo e utensílios da vida cotidiana" (Lipson, The Economic History of England, 1935, vol, I, p. 221). O comércio local "começou a se desenvolver como uma ocupação auxiliar dos camponeses e pessoas empenhadas na indústria doméstica e em ocupações gerais ou sazonais ... " (Weber,op. cit., p. 195). "Seria natural supor, à primeira vista, que uma classe de mercadores crescesse pouco a pouco no seio da população agrícola. Nada, porém, dá credibilidade a essa teoria" (pirenne, Medieval Cities, p. 111).

(e) A divisão do trabalho não se origina do comércio ou da troca mas de fatos geográficos, biológicos e outros, não econômicos.

"A divisão do trabalho não resulta, definitivamente, de uma economia complicada, como afirmam as teorias racionalistas. Ela se deve principalmente às diferenças fisiológicas de sexo e idade" (Thurnwald, Economics, p. 212). "Praticamente a única divisão de trabalho que existe é entre homens e mulheres" (Herskovits, op. cit., p. 13). Uma outra forma na qual a divisão do trabalho pode surgir de fatos biológicos é no caso da simbiose de diferentes grupos érnicos. "Os grupos érnicos se transformam em grupos profissionais-sociais" através da formação de "uma camada superior" na sociedade. "Cria-se, assim, uma organização baseada, de um lado, nas contribuições e serviços da classe dependente e, de outro, no poder de distribuição que possuem os chefes

de famílias do estrato dominante" (Thurnwald, Economics, p. 86). Encontramos aqui uma das origens do estado (Thurnwald, Sozial-psyschische Ablaufe, p. 387).

(f) O dinheiro não é uma invenção decisiva; sua presença ou ausência não precisa fazer qualquer diferença essencial no tipo de economia.

"O simples fato de uma tribo usar dinheiro diferencia-se muito pouco, economicamente, de outras tribos que não o utilizam" (Loeb, op. cit., p. 154). "Se o dinheiro é usado, sua função é muito diferente daquela que exerce em nossa civilização. Ele nunca deixa de ser um material concreto e jamais se transforma numa representação de valor inteiramente abstrata" (Thurnwald, Economics, p. 107). As dificuldades da permuta não desempenharam qualquer papel na "invenção" do dinheiro. "Esta visão antiquada dos economistas clássicos é totalmente contrária às investigações etnológicas" (Loeb, op. cit., p. 167, pé-de-página 6). Em razão da utilidade específica das mercadorias que funcionam como dinheiro, assim como seu significado simbólico como atributos de poder, não é possível ver "a posse econômica de um ponto de vista racionalista unilateral" (Thurnwald, Economics). O dinheiro pode ser usado, por exemplo, apenas para o pagamento de salários e impostos (ibid., p. 108), ou ele pode ser usado para comprar uma mulher, como dinheiro de sangue, ou como multa. "Podemos ver, assim, que, nestes exemplos de condições pré-estatais, a avaliação dos objetos de valor resulta da quantidade das contribuições costumeiras, da posição ocupada pelos personagens mais importantes e da relação concreta que eles assumem com referência às pessoas comuns das diversas comunidades" (Thurnwald, Economics, p. 263).

O dinheiro, como os mercados, é principalmente um fenômeno externo e seu significado para a comunidade é determinado basicamente pelas relações comerciais. "A idéia do dinheiro (é) introduzida, habitualmente, do exterior" (Loeb,op. cit., p. 156). "A função do dinheiro como meio geral de troca se originou no comércio exterior (Weber, op. cit., p. 238).

(g) O comércio externo não foi originalmente um comércio entre indivíduos mas entre coletividades.

O comércio é um "empreendimento grupal"; ele se refere a "artigos obtidos coletivamente". Sua origem está nas "viagens comerciais coletivas". "O princípio da coletividade faz sua aparição nos preparativos dessas expedições que têm, muitas vezes, o caráter de comércio exterior" (Thurnwald, Economics, p. 145). "De qualquer forma, o comércio mais antigo é uma relação de troca entre tribos estranhas" (Weber,op. cit., p. 195). O comércio medieval não foi, enfaticamente, um comércio intercomunal ou intermunicipal" (Ashley, An Introduction to English Economic History and Theory, Parte I, "The Middle Ages", p. 102).

(h) O campo foi isolado do comércio na Idade Média.

"Até e durante o decurso do século XV as cidades foram os únicos centros de comércio e indústria, numa extensão tal que não lhes permitia escapar para o campo aberto" (Pirenne, Economic and Social History, p. 169). "A luta CONtra o comércio rural e contra o artesanato rural durou pelo menos setecentos ou oitocentos anos (Heckscher, Mercantilism, 1935, vol. I, p. 129). "A severidade dessas medidas aumentou com a ampliação do 'governo democrático' ... " "Durante todo o século XIV eram

enviadas expedições armadas contra todas as aldeias da vizinhança e todos os teares e tinas eram quebrados ou levados embora"(Pirenne, op. cit., p. 211).

(i) Não havia comércio indiscriminado entre uma e outra cidade na Idade Média.

O mércio intermunicipal implicava relações preferenciais entre cidades particuou grupos de cidades, como por exemplo a Hansa de Londres e a Hansa teutônica, A reciprocidade e a retaliação eram os princípios que governavam as relações entre cidades. o caso do não-pagamento de dividas, por exemplo, os magistrados da idade credora podiam se dirigir aos da devedora e exigir que a justiça fosse feita da mesma maneira como desejariam que seu povo fosse tratado "e ameaçando fazer represálias contra o povo daquela cidade, se o débito não fosse pago" (Ashley, op. cit., Pane I, p. 109).

(j) O protecionismo nacional era desconhecido.

"Para propósitos econômicos, é quase desnecessário distinguir países diferentes uns dos outros no século :xm, pois havia muito menos barreiras ao intercâmbio social nos limites da Cristandade, do que as que encontramos hoje em dia" (Cunningham, Western Civilization in Its Economic Aspects, vol. I, p. 3). Até o século XV não havia tarifas entre fronteiras políticas. "Antes dessa época não há qualquer prova do mínimo desejo de favorecer o comércio nacional protegendo-o da competição estrangeira" (Pirenne, Economic and Social History, p. 92). O comércio "internacional" era livre em todas as transações (Power e Postan, Studies in English Trade in the Pifteenth Century).

(k) O mercantilismo impôs um comércio mais livre às cidades e províncias dentro das fronteiras nacionais.

O primeiro volume do Mercantilism de Heckscher (1935) tem o titulo Mercantilismo como Sistema Unificador. Assim, o mercantilismo "opôs-se a tudo que limitava a vida econômica a um local particular e obstruía o comércio dentro das fronteiras do estado" (Heckscher,op. cit., vol n, p. 273). "Ambos os aspectos da política municipal, a supressão do campo rural e a luta contra a competição das cidades estrangeiras, estavam em conflito com os objetivos econômicos do estado" (ibid., vol. I, p. 131). "O mercantilismo 'nacionalizou' os países através da ação do comércio, que estendeu as práticas locais a todo o território do estado" (pantlen, "Handel", em Handuôrterbuch der Staatswissenschaften, vol. VI, p. 281). "A competição foi freqüentemente patrocinada pelo mercantilismo, de forma artificial, a fim de organizar mercados com a regulação automática da oferta e da procura" (Heckscher). O primeiro autor moderno a reconhecer a tendência liberalizante do sistema mercantil foi Schmoller (1884).

(l) A regulação medieval teve muito sucesso.

"A política das cidades na Idade Média foi, provavelmente, a primeira tentativa na Europa Ocidental, após o declínio do Velho Mundo, de regular a sociedade no seu setor econômico, de acordo com princípios sólidos. A tentativa foi coroada de um sucesso incomum ... O liberalismo econômico ou o laissez-faire, na época da sua supremacia incontestável, talvez seja um tal exemplo mas, quanto à sua duração, o liberalismo foi um episódio pequeno, evanescente, em comparação com a tenacidade persistente da política das cidades" (Heckscher, op. cit., p. 139)." Eles a atingiram através de um

sistema de regulações, tão maravilhosamente adaptado a seu propósito que pode ser considerado uma obra-prima da sua espécie ... A economia da cidade era digna da arquitetura gótica que foi sua contemporânea" (Pirenne, Medieval Cities, p. 217).

(m) O mercantilismo estendeu as práticas municipais ao território nacional.

"O resultado seria uma política de cidade ampliada para uma área maior - uma espécie de política municipal, superimposta numa base estatal" (Heckscher, op. cit., vol. I, p. 131).

(n) Mercantilismo, uma política muito bem-sucedida.

"O mercantilismo criou um sistema magistral de desejo-satisfação, complexo e elaborado" (Buecher, op. cit., p. 159). Foi "tremendo" o alcance dos Reglements, de Colbert, que exigia uma alta qualidade na produção como um fim em si mesmo (Heckscher, op. cit., vol. I, p. 166). "A vida econômica em escala nacional foi principalmente o resultado da centralização política" (Buecher, op. cit., p. 157). O sistema regulador do mercantilismo tem a seu crédito "a criação de um código de trabalho e uma disciplina de trabalho muito mais estritos do que aqueles produzidos pelo estreito particularismo dos governos das cidades medievais, com suas limitações morais e tecnológicas" (Brink-mann, "Das soziale System des Kapitalismus", em Grundriss der Sozia-lõkonomik, vol. IV).

Ao capítulo 7

8. Literatura sobre Speenharnland

Somente no princípio e no final da era do capitalismo liberal encontramos uma conscientização da importância decisiva da Speenhamland, Tanto antes como depois de 1834 existiam, naturalmente, referências constantes ao "sistema de abonos" e à "má administração da Poor Law", as quais, porém não datavam da Speenhamland de 1795, mas do Gilbert's Act, de 1782, e as verdadeiras características do sistema Speenhamland não estavam claramente definidas na mentalidade pública.

E nem hoje elas estão. Ainda se considera que ela significou simplesmente uma assistência indiscriminada ao povo. Na verdade, ela foi algo inteiramente diferente, isto é, um abono salarial sistemático. Os contemporâneos só reconheceram parcialmente que tal prática colidia frontalmente com os princípios da Lei Tudor, e não compreenderam, de forma alguma, que ela era inteiramente incompatível com o sistema salarial emergente. Quanto aos efeitos práticos, não se observou até muito tarde que, em conjunção com as Anti-Combination Laws, 1799-1800 - ela tendia a rebaixar os salários e tornar-se um subsídio para os patrões.

Os economistas clássicos jamais pararam para investigar os detalhes do "sistema de abonos", como fizeram no caso do aluguel e da moeda. Eles juntaram todas as formas de abono e assistência externa com as Poor Laws, e fizeram pressão para a sua revogação total. Nem Townsend, Malthus, ou Ricardo defenderam a reforma da Poor Law; eles apenas exigiram a sua revogação. Só Bentham, que havia feito um estudo sobre o assunto, foi, nesse sentido, menos dogmático do que os outros. Burke e ele

compreenderam aquilo que Pitt não havia visto: que o princípio verdadeiramente vicioso era o do abono salarial.

Engels e Marx não fizeram qualquer estudo sobre a Poor Law. Poder-se-ia imaginar que nada Lhes seria mais conveniente do que demonstrar o pseudo-humanitarismo de um sistema reputado como a serviço da fantasia dos pobres, enquanto de faro reduzia seus salários abaixo do nível de subsistência (ajudado poderosamente, nesse sentido, por uma lei especial anti-sindicalista) e manejava o dinheiro público enrregando-o aos ricos para que pudessem ganhar mais dinheiro com os pobres. a época deles, a ew Poor Law era o inimigo, e tanto Cobbett como os cartistas tendiam a idealizar a antiga Poor Law. Além disso, Engels e Marx estavam justamente convencidos de que, se o capitalismo estava se implantando, era inevitável a reforma da Poor Law. Assim, eles deixaram de lado não apenas alguns pontos de debate de primeira classe, mas também o argumento com o qual a Speenharnland reforçaria o seu sistema teórico, a saber, de que o capitalismo não poderia funcionar sem um mercado livre de trabalho.

Harriet Martineau utilizou profusamente as clássicas passagens do Poor Law Report (1834) nas suas sombrias descrições das conseqüências da Speenharnland. Os Goulds e os Barings, que financiaram os pequenos e suntuosos volumes nos quais ela se propôs a esclarecer os pobres sobre a inevitabilidade da sua miséria - ela estava profundamente convencida de que ela era inevitável e que só o conhecimento das leis da economia política faria com que tolerassem melhor a sua sorte - não poderiam ter encontrado um defensor mais sincero do seu credo e mais bem informado no seu todo. (Illustrations to Polítical Economy, 1831, vol III; também The Parish e The Hamlet em Poor Law and Paupers, 1834). Seu Thirty Years' Peace, 1816-1846 foi composto num ambiente refinado e revelou mais simpatia pelos cartistas do que pela memória do seu mestre. Bentham (vol, III, p. 489, e vol, IV, p. 453). Ela concluiu a sua crônica com esta significativa passagem: 'Temos agora os melhores cérebros e corações ocupados com a grave questáo dos direitos do trabalho, com alertas impressionantes que nos surgem do exterior de que eles não podem ser negligenciados sob o risco da penalidade mínima de arruinar a todos. Será possível que a solução não possa ser encontrada? Esta solução pode até ser o fato central do próximo período da história britânica e então, melhor do que agora, pode parecer que na sua preparação se firma o principal interesse da paz dos Trinta Anos precedente". Esta foi uma profecia de ação retardada. A questão do trabalho deixou de existir no período seguinte da história britânica, mas retomou na década de 1970 e, meio século mais tarde, ela significou "ruína para todos". Obviamente, era mais fácil discernir na década de 1840 do que na década de 1940 que as origens daquela questão repousavam nos princípios que governavam a Poor Law Reform Act.

Durante todo o período vitoriano, e mesmo depois, nenhum filósofo ou historiador se ocupou da insignificante economia da Speenharnland. Entre os três historiadores do bentharnismo, Sir Leslie Stephen não se preocupou em pesquisar os detalhes; Elie Halevy, o primeiro a reconhecer o papel fundamental da Poor Law na história do radicalismo filosófico, tinha apenas as noções mais nebulosas sobre o assunto. No terceiro relato, de Dicey, a omissão é ainda mais marcante. Sua incomparável análise das relações entre a lei e a opinião pública trataram o laissez-faire e o "coletivismo" como a trama e a urdidura do tecido. Ele acreditava que o próprio padrão se originava das tendências industriais e de negócios da época, isto é, das instituições que modelavam a vida econômica. Ninguém poderia ter enfatizado mais fortemente do que Dicey o

dominante papel desempenhado pelo pauperismo na opinião pública, nem a importância da Poor Law Reform no sistema total da legislação benthamita. No entanto, ele estava perplexo com a importância central atribuída à Poor Law Reform pelos benthamitas em seu esquema legislativo e acreditava, de fato, que o encargo dos impostos sobre a indústria era o ponto em questão. Historiadores do pensamento econômico, do porte de um Schumpeter ou Mitchell, analisaram os conceitos dos economistas clássicos sem fazer qualquer referência às condições da Speenhamland.

Com as conferências de A. Toynbee (1881), a Revolução Industrial se tornou um tema da história econômica; Toynbee fez o socialismo Tory responsável pela Speenhamland e seu "princípio de proteção aos pobres pelos ricos". Nessa época, William Cwmingham voltou-se para o mesmo assunto e ele reviveu como por milagre; mas foi apenas uma voz ressoando na selva. Embora Mantoux (1907) recebesse o benefício da obra-prima de Cunningham (1881), ele se referiu à Speenhamland como apenas "uma outra reforma" e, curiosamente, creditou-a com o efeito de "caçar os pobres para o mercado de trabalho" (The Industrial Revolution in the Eighteenth Century, p. 438). Beer, cuja obra foi um monumento ao primitivo socialismo inglês, quase não mencionou a Poor Law.

A Speenharnland só foi redescoberta quando os Hammonds (1911) conceberam a visão de uma nova civilização prenunciada pela Revolução Industrial. Para eles ela constituía uma parte da história social, não da econômica. Os Webbs (1927) prosseguiram esse trabalho levantando a questão das precondições política e econômica da Speenharnland, conscientes do fato de que estavam lidando com as origens dos problemas sociais da nossa própria época.

J. H. Clapham tentou construir um caso contra o que pode ser chamado de abordagem instirucionalista da história econômica, representada por Engels, Marx, T oynbee, Cunningham, Mantoux e, mais recentemente, pelos Hammonds. Ele se recusava a considerar o sistema Speenhamland como uma instituição e discutia-o simplesmente como um traço da "organização agrária" do país (vol. I, capo 4). Isto não era suficiente, já que foi precisamente o fato de ela se estender às cidades que derrubou o sistema. Ele também isolou o tema salarial dos efeitos da Speenhamland sobre os impostos e discutiu este último como "Atividades Econômicas do Estado". Isto foi artificial e omitiu a economia da Speenharnland do ponto de vista da classe dos patrões, que se beneficiou com os salários baixos tanto ou mais do que perdia com os impostos. O respeito consciencioso de Clapham pelos fatos porém compensou seu maltrato à instituição. O efeito decisivo dos "cercamentos de guerra", na área em que foi introduzido o sistema Speenharnland, assim, como o grau verdadeiro a que os salários reais foram reduzidos por esse sistema foram revelados pela primeira vez por ele.

A total incompatibilidade da Speenharnland com o sistema salarial só era relembrada permanentemente na tradição dos liberais econômicos. Só eles compreenderam que, num sentido amplo, cada forma de proteção do trabalho implicava algo do princípio de intervencionismo da Speenharnland. Spencer fez a acusação de "salários feitos" (como era chamado o sistema de abonos na sua parte do país) contra qualquer prática coletivista, termo esse que ele não encontrou dificuldade em aplicar à educação pública, à habitação, à provisão de terrenos para recreação, e assim por diante. Dicey, em 1913, resumiu a sua crítica ao Old Age Pensions Act (Lei da Aposentadoria dos Velhos) (1908) nas palavras: "Em essência, isto nada

mais é que uma nova forma de assistência externa aos pobres." Ele duvidava que os liberais econômicos jamais tivessem uma possibilidade de atingir sucesso com a sua política, "Algumas de suas propostas jamais foram levadas a efeito; a assistência externa, por exemplo, jamais foi revogada." Se esta era a opinião de Dicey, era apenas natural que Mises sustentasse "que, enquanto se pagar o benefício-desemprego, o desemprego deve existir" (Liberalisms, 1927, p. 74); e que "a assistência aos desempregados provara ser uma das armas mais efetivas de destruição" (Sociaiism, 19 ,p. 484; Nationalôkonomie, 1940, p. 720). Walter Lippmann, em seu Good Society (1937), tentou dissociar-se de Spencer, mas apenas para invocar Mises. Ele e lippmann espelhavam a reação liberal ao novo protecionismo das décadas de 1920 e 1930. É fora de dúvida que muitos aspectos da situação relembravam agora a Speenhamland. Na Áustria, o benefício-desemprego vinha sendo subsidiado por um Tesouro falido; na Grã-Bretanha, o "benefício-desemprego ampliado" não se distinguia do "donativo"; na América do Norte haviam sido lançados os WPA e PWA. Foi em vão que Sir Alfred Mond, presidente da Imperial Chemical Industries, defendeu, em 1926, a idéia de que os empregadores britânicos deviam receber subsídios do fundo de desemprego para "compor" os salários e assim ajudar o incremento do emprego. Tanto no que se refere ao tema do desemprego, quanto ao tema da moeda, o capitalismo liberal, em seus estertores mortais, enfrentava os mesmos problemas ainda não solucionados, a herança que arrastava desde os seus primórdios.

Literatura contemporânea sobre pauperismo e a Old Poor Law

Acland, Compulsory Saving Pians (1786).
Anônimo, Considerations on Several Proposals Lately Made for the Better Maintenance of the Poor. Com um apêndice (2' ed., 1752).
Anônimo, A New Plan for the Better Maintenance of the Poor of England (1784).
An Address to the Public da Philanthropic Society, instituída em 1788 para a Prevenção de Crimes e Reformas dos Criminosos Pobres (1788).
Applegarth, Rob., A Plea for the Poor (1790).
Belsham, Will, Remarks on the Bill for the Better Support and Maintenance of the Poor (1797).
Bentham,]., Pauper Management Improved (1802).
-. Observation on the Restrictive and Prohibitory Commerciai System (1821).
-. Observations on the Poor Bill, introduced by the Right Honorabie William Pitt;
escrito em fevereiro de 1797.
Burke, E., Thoughts and Detaiis on Scarcity (1795). Cowe, James, Religious and Philanthropic Trusts (1797).
Crumple, Samuel, M. D., An Essay on the Best Means of Prividing Empioyment for the People (1793).
Defoe, Daniel, Giving Aims No Charity, and Empioying the Poor a Grievance to the Nation (1704).
Dyer, George, A Dissertation on the Theory and Practice of Benevo-ience (1795). -. The Compiaints of the Poor People of England (1792).

Eden, On the Poor (1797), 3 vols.
Gilbert, Thomas, A Plan for the Better Relief and Employment of the Poor (1781). Godwin, William, Thoughts Occasioned by the Perusal of Dr. Parr's Spiritual Sermon,
Preached at Christ Church Apri115, 1800 (Londres, 1801).
Hampshire, State of the Poor (1795).
Hampshire Magistrate (E. Poulter), Comments on the Poor Bill (1797). Howlett, Rev. J., Examination of Mr. Pitt's Speech (1796).
James, Isaac, Providence Displayed (Londres, 1800) p. 20.
Jones, Edw., The Prevention of Poverty (1796).
Luson, Hewling, Inferior Politics: or Considerations on the Wretched-ness and
Profligacy of the Poor (1786).
M'Farlane, John, D. D., Enquiries Conceming the Poor (1782). Martineau, H., The Parish (1833).
-. The Hamlet (1833).
-. The History of the Thirty Years' Peace (1849),3 vols.
-.Illustrations ofPolitical Economy (1832-34),9 vols.
Massie,]., A Plan ... Penitent Prostitutes. Foundling Hospital, Poor and Poor Laws (1758).
Nasmith, James, D. D., A Charge, Isle of Ely (1799).
Owen, Robert, Report to the Comitteee of the Association for the Relief of the
Manufacturing and Labouring Poor (1818).
Paine, Th., Angrarian justice (1797). Pew, Rich., Observations (1783).
Pitt, Wm. Morton, An Address to the Landed Interest of the defic. of Habitation and Fuel for the Use of the Poor (1797).
Plan of a Public Charity, A (1790), "On Starving", um sketch.
First Report da Sociedade para a Melhoria das Condições e Aumento do Conforto dos Pobres.
Second Report da Sociedade para a Melhoria das Condições e Au-mento do Conforto
dos Pobres (1797).
Ruggles, Tho., The History of the Poor (1793), 2 vols. Sabatier, Wm., Esq., A Treatise on Poverty (1797). Saunders, Robert, Observations.
Sherer, Rev.]. G., Present State of the Poor (1796). Spitalfields Institution, Good Meat Soup (1799).
St, Giles in the Field, Vestry of the United Parishes of, Criticism of "Bill for the Better Support and Maintenance of the Poor" (1797).
Suffolk, Gentlemann, A Letter on the Poor Rates and the High Price af Provisians
(1795).
[Townsend, Wm.], Dissertation on the Poor Laws 17861:ry A Well-WisherafMankind. Vancouver, John, Causes and Production of Poverty (1796).
Wilson, Rev. Edw., Observatians on the Present State af the Poor (1795). Wood, J., Letter to Sir William Pulteney (on Pitt's Bill) (1797).
Young, Sir W., Poor Houses and Wark-hauses (1796).

Algumas obras modernas

Ashlwy, Sir W. J., An Introduction to English Economic History and Theory (1931).
Belasco, Ph. S., “John Bellrs 1654-1725”, Economics, junho, 1925.

____. "The Labour Exchange Idea in the 17th Century", Ec.J., vol. I, p. 275. Blackmore J. S. e Mellonie, F. c., Family Endowment and the Birthrate in the Early 19th Century, vol. I.
Clapham, J. H. Economic History of Modern Britain, vol. I, 1926.
Marshall, Dorothy, "The Old Poor Law, 1662-1795", The Ec. Hist. Rev., vol VIll, 1937-38, p. 38.
Palgrave' Dictionary of Political Economy, Art. "Poor Law", 1925.
Webb, S e B., English Local Government, vols. 7-9, "Poor Law History", 1927-29.
Webb, Sidney, "Social Movements", C. M. H., vol. XII, pp. 730-65.

Ao capítulo 7

9. Speenhamland e Viena

O que primeiro chamou a atenção do autor para o estudo da Speenharnland e seus efeitos sobre os economistas clássicos foi a situação social e econômica, muito sugestiva, que se desenvolveu na Áustria após a Grande Guerra.

Aqui, num ambiente puramente capitalista, uma municipalidade socialista estabelecera um regime intransigentemente atacado pelos liberais econômicos. Não há dúvida de que algumas das políticas intervencionistas postas em prática pela municipalidade eram incompatíveis com o mecanismo de uma economia de mercado. Todavia, os argumentos puramente econômicos não exauriam um tema que era primordialmente social e não econômico.

Foram os seguintes os fatos mais importantes em relação a Viena. Durante a maior parte dos quinze anos que se seguiram à Primeira Grande Mundial, 1914-1918, o seguro-desemprego na Áustria era fortemente subsidiado pelos fundos públicos, ampliando, assim, indefinidamente, a assistência externa. Os aluguéis eram fixados numa fração mínima do seu nível anterior e a municipalidade de Viena construiu grandes conjuntos habitacionais, em base não-lucrativa, levantando o capital exigido através de impostos. Embora não fossem concedidos abonos salariais, as amplas provisões de serviços sociais, apesar de modestas, poderiam fazer baixar acentuadamente os salários, não fosse o desenvolvimento de um movimento sindical que encontrou apoio, naturalmente, na ampliação do benefício-desemprego. Do ponto de vista econômico, um sistema como esse era anormal, certamente. Os aluguéis, restritos a um nível não-remunerador, eram incompatíveis com o sistema vigente de empresa privada, principalmente a construção civil. Durante os primeiros anos, ainda, a proteção social no país empobrecido interferiu com a estabilidade da moeda - as políticas inflacionária e intervencionista caminhavam lado a lado.

Como a Speenharnland, Viena eventualmente sucumbiu sob o ataque de forças políticas poderosamente sustentadas por argumentos puramente econômicos. Os levantes políticos de 1832 na Inglaterra e 1934 na Áustria se destinavam a liberar o mercado de trabalho da intervenção protecionista. Nem a aldeia do proprietário fundiário, nem a classe trabalhadora de Viena podiam se isolar indefinidamente do seu meio ambiente.

E, no entanto, havia uma grande diferença entre os dois períodos intervencionistas. A aldeia inglesa, em 1795, tinha que ser abrigada contra uma desarticulação provocada pelo progresso econômico - o tremendo avanço das manufaturas urbanas. A classe trabalhadora industrial de Viena, em 1918, tinha que ser protegida contra os efeitos do retrocesso econômico resultante da guerra, da derrota, e do caos industrial. A Speenharnland levou, eventualmente, a uma crise da organização do trabalho que abriu caminho para uma nova era de prosperidade, enquanto a vitória de Heimwehr na Áustria foi parte de uma catástrofe total do sistema nacional e social.

O que queremos enfatizar aqui é a enorme diferença no efeito cultural e moral dos dois tipos de intervenção: a tentativa da Speenharnland de impedir a chegada de uma economia de mercado, e a experiência de Viena, tentando transcender totalmente tal economia. Enquanto a SpeenhamIand causou um verdadeiro desastre ao povo comum, Viena alcançou um dos mais espetaculares triunfos culturais da história ocidental. O ano de 1795 levou a uma degradação sem precedentes das classes trabalhadoras, que foram impedidas de atingir o novo status de operários industriais. Em 1918 teve início uma ascensão moral e intelectual, igualmente sem precedentes, na situação de uma classe operária industrial altamente desenvolvida que, protegida pelo sistema de Viena, suportou os efeitos degradantes de uma grave distorção econômica e atingiu um nível jamais superado pela massa popular em qualquer sociedade industrial.

É claro que isto se deveu aos aspectos sociais do assunto, distintos do econômico. Mas será que os economistas ortodoxos apreenderam devidamente a economia do intervencionismo? Os liberais econômicos argumentavam que o regime de Viena era urna nova "má administração da Poor Law", um outro "sistema de abonos", que precisava de uma boa vassourada dos economistas clássicos. Mas será que esses mesmos pensadores não se equivocavam com as condições comparativamente duradouras criadas pela Speenhamland? Eles estavam certos, muitas vezes, em relação ao futuro que sua profunda perspicácia ajudara a moldar, mas estavam completamente errados em relação à sua própria época. A pesquisa moderna comprovou que eles não mereceram sua reputação de um sólido julgamento prático. Malthus se enganou redondamente em relação às necessidades do seu tempo; se seus alertas tendenciosos sobre superpopulação tivessem dando resultado com as noivas às quais ele se dirigia pessoalmente, isto "poderia ter abatido o progresso econômico na sua trilha" diz T. H. Marshall. Ricardo desvirtuou os fatos da controvérsia monetária, assim como o papel do Banco da Inglaterra, e deixou de apreender as verdadeiras causas da depreciação da moeda que, como sabemos hoje, consistiam basicamente em pagamentos políticos e dificuldades de transferência. Se fosse seguido o seu conselho sobre o Bullion Report, a Grã-Bretanha teria perdido a guerra napoleônica e "o Império não existiria hoje".

Assim, a experiência de Viena e suas semelhanças com a Speenham-land, que fez alguns se voltarem para os economistas clássicos, levou muitos outros a duvidar deles.

Ao capítulo 8

10. Por que não o Whitbread's Bill?

A única alternativa à política Speenharnland parece ter sido o Whitbread's Bill apresentado no inverno de 1795. Ele exigia a extensão do Statute of Artificers de 1563 de

forma a incluir a fixação de salários mínimos com avaliações anuais. Tal medida. argumentava seu autor, manteria a regra elisabetana da avaliação salarial, am liando-a dos salários máximos para os mínimos, e impedindo a fome no campo. Isto sem dúvida atenderia às necessidades de uma emergência, e vale a pena observar membro representantes de Suffolk, por exemplo, apoiaram o Whitbread's da m ma forma como seus magistrados já haviam endossado o princípio da Speenhamland numa reunião a qual o próprio Arthur Young esteve presente. Para os não parecia existir uma grande diferença entre as duas medidas, o que não é se surpreender. Cento e trinta anos mais tarde, quando o Plano Mond (1926) ropôs a utilização do fundo de desemprego para suplementar os salários na indúsrria, o público ainda achava difícil compreender a decisiva diferença econômica entre a ajuda ao desempregado e o abono salarial para o empregado.

Em 1795, porém, a escolha era entre salários mínimos e abonos salariais. A diferença entre as duas políticas pode ser mais bem aquilatada relacionando-as à abolição simultânea do Act of Settlement de 1662. A revogação desse decreto criou a possibilidade de um mercado de trabalho nacional, cujo principal propósito era permitir que os salários "encontrassem seu próprio nível". A tendência do Whitbread's Minimum Wage era contrária à abolição do Act of Settlement, enquanto a tendência da Speenharnland Law não era. Ampliando a aplicação da Poor Law de 1601, em vez de o Statute of Artificers de 1563 (conforme sugerira Whitbread), os proprietários rurais reverteram ao paternalismo basicamente apenas em relação à aldeia, e de forma tal que envolvesse um mínimo de interferência com o jogo do mercado, enquanto tornava inoperante o mecanismo de fixação salarial. Jamais se admitiu abertamente que esta assim chamada aplicação da Poor Law era, na realidade, a destruição total do princípio elisabetano do trabalho obrigatório.

Para os patrocinadores da Speenhamland Law, as considerações pragmáticas eram primordiais. O Rev. Edward Wilson, cônego de Windsor e juiz de paz por Berkshire, e que talvez tenha sido o proponente da lei, deu sua opinião num panfleto no qual se declarava categoricamente a favor do laissez-faire. "O trabalho, como qualquer coisa que se leva ao mercado, encontrou seu nível em todas as épocas sem a interferência da lei", disse ele. Teria sido mais apropriado para um magistrado inglês dizer que, ao contrário, em nenhuma época o trabalho encontrou seu nível sem a intervenção da lei. Entretanto, prosseguia o cônego Wilson, as cifras mostraram que os salários não aumentavam tão depressa quanto o preço do trigo e, portanto, ele respeitosamente submetia à consideração da magistratura "urna medida para o quantum de assistência a ser dispensado aos pobres". A assistência chegava a cinco shillings por semana para uma família de marido, mulher e filho. Um "anúncio" do seu prospecto dizia: "o conteúdo do tratado a seguir foi apresentado na reunião do condado em Newbury, em 6 de maio último". A magistratura, como sabemos, foi além do cônego: ela concedeu, unanimemente, uma tabela de cinco shillings e seis pences.

Ao capítulo 13

11. As "duas nações" de Disraeli e o problema das raças de cor

Diversos autores insistiram na semelhança entre os problemas coloniais e os do capitalismo primitivo. Entretanto, eles não acompanharam a analogia na sua outra forma,

isto é, não aclararam as condições das classes mais pobres da Inglaterra de há um século, para retratá-Ias como realmente eram - os destribalizados e degradados nativos da sua época.

O motivo por que essa semelhança óbvia passou despercebida é a nossa crença ao preconceito liberalista, que deu proeminência indevida aos aspectos econômicos daqueles processos que eram basicamente não-econômicos. De fato, nem a degradação racial em algumas áreas coloniais de hoje, nem a desumanização análoga do povo trabalhador de um século atrás eram econômicas na sua essência.

(a) O contato cultural destrutivo não é basicamente um fenômeno econômico.

A maioria das sociedades nativas sofre agora um processo de transformação rápido e forçado, só comparável às mudanças violentas de uma revolução, diz L. P. Mair. Embora as motivações dos invasores sejam definitivamente econômicas e o colapso da sociedade primitiva seja causado, certamente, pela destruição das suas instituições econômicas, o fato mais saliente é que as novas instituições econômicas deixam de ser assimiladas pela cultura nativa e esta se desintegra, conseqüentemente, e não é substituida por qualquer outro sistema de valores coerente.

A primeira entre as tendências destrutivas inerentes às instituições ocidentais é a "paz numa vasta área", que abala "a vida do clã, a autoridade patriarcal, o treinamento militar da juventude; ela é praticamente proibitiva para a migração de clãs ou tribos" (Thurnwald, Black and White in East Africa; The Fabric af a New Civilizatian, 1935, p. 394)."A guerra devia dar um entusiasmo à vida nativa do qual ela muito carece nestes tempos de paz ... " A proibição da luta diminui a população, já que a guerra fazia muito poucas baixas, e sua ausência significa a perda de costumes e cerimônias vitalizantes, com a conseqüente monotonia e apatia perniciosas à vida da aldeia (F. E. Williams, Depopulation af the Suan District, 1933, "Anthropology" Report, n" 13, p. 43). Comparemos com isto a "existência saudável, animada, excitada" do nativo em seu ambiente cultural tradicional (Goldenweiser, Loose Ends, p. 99).
Nas palavras de Goldenweiser, o perigo real está num "intermédio cultural" (Goldenweiser, Anthrapolagy, 1937, p. 429). Neste ponto existe praticamente uma unanimidade. "As antigas barreiras se desintegram e não se oferecem quaisquer outras novas linhas de direção" (Thurnwald, Black and White, p. 111). "Manter uma comunidade na qual a acumulação de bens é vista como anti-social e integrar a mesma com a cultura branca contemporânea é tentar harmonizar dois sistemas institucionais incompatíveis" (Wissel em Introdução a M. Mead, The Changing Culture of an Indian Tribe, 1932). "Os imigrantes portadores de cultura podem conseguir extinguir uma cultura aborígine, e no entanto podem falhar tanto em extinguir quanto em assimilar seus portadores" (Pitt-Rivers, "The Effect on Native Races of Contact with European Civilization", em Man, vol. XXVII, 1927). Ou, na frase pungente de Lesser sobre mais uma vítima da civilização industrial: "De uma maturidade cultural como Pawnee eles foram reduzidos à infância cultural como homens brancos" (The Paumee Ghost Dance Hand Game, p. 44).

Esta condição de morto-vivo não é devida à exploração econômica, no sentido aceito de que a exploração significa uma vantagem econômica de uma das partes à custa da outra, embora ela esteja com certeza intimamente ligada às mudanças nas condições econômicas referentes ao cultivo da terra, guerra, casamento, e assim por diante, cada uma das quais afeta um grande número de hábitos sociais, costumes e tra dições

de todos os tipos. Quando uma economia monetária é introduzi da à força em regiões esparsamente habitadas da África Ocidental, não é a insuficiência dos salários que resulta no fato de os nativos "não poderem comprar alimentos para substituir aqueles que não foram plantados, pois ninguém dispõe de um excedente de alimentos para Ihes vender" (Mair, An African People in the Twentieth Century, 1934, p. 5). Suas instituições envolvem uma escala de valores diferentes; eles são ao mesmo tempo parcimoniosos e não têm mentalidade de mercado. "Eles pedirão o mesmo preço quando o mercado está provido e quando há grande escassez e, no entanto, eles viajarão grandes distâncias, com considerável perda de tempo e energia, para economizar uma pequena soma em suas compras" (Mary H. Kingsley, West African Studies, p. 339). Uma elevação de salários leva ao absenteísmo, muitas vezes. Fala-se que os índios Zapotec, em T ehuantepec, trabalhavam praticamente a metade quando recebiam 50 centavos ou 25 centavos por dia. Este paradoxo foi bastante generalizado durante os dias iniciais da Revolução Industrial na Inglaterra.

O índice econômico das taxas populacionais não nos é de mais utilidade do que os salários. Goldenweiser confirma a famosa observação feita por Rivers, na Melanésia, de que os nativos culturalmente destituídos podem estar "morrendo de tédio". F. E. Williams, ele mesmo um missionário que trabalhava naquela região, escreve que a "influência do fator psicológico na taxa de mortalidade" é inteiramente compreensível. "Muitos observadores chamaram a atenção para a notável facilidade e presteza com que o nativo pode morrer." "A restrição aos interesses e atividades anteriores parece fatal a seu espírito. O resultado é que o poder de resistência do nativo é destruído e ele é facilmente atacado por qualquer tipo de doença" (op. cit., p. 43). Isto nada tem a ver com a pressão do desejo econômico. "Assim, uma taxa extremamente alta de crescimento natural tanto pode ser um sintoma de vitalidade cultural como de degradação cultural" (Frank Lorimer, Obseruations on the Trend of Indian Population in the United States, p. 11).

A degradação cultural só pode ser interrompida por medidas sociais desproporcionais aos padrões econômicos de vida, como a restauração da posse da terra tribal ou o isolamento da comunidade da influência dos métodos capitalistas do mercado. "Separar o índio da sua terra foi o ÚNICO golpe mortal", escreve John Collier em 1942. O General A!lotrnent Act (Lei do Loteamento Geral), de 1887, "individualizou" a terra dos índios; a desintegração da sua cultura que daí resultou representou a perda de cerca de 3/4, ou noventa milhões de acres, dessa terra. O Indian Reorganization Act (Lei de Reorganização Índia), de 1934, reintegrou as possessões tribais e salvou a comunidade índia, reoitalizando a sua cultura.

A mesma estória nos vem da África. Formas de posse da terra constituem o centro de interesse, porque é delas que depende mais diretamente a organização social. O que aparece como conflitos econômicos - impostos e aluguéis elevados, baixos salários são quase que exclusivamente formas veladas de pressão para induzir os nativos a abandonar sua cultura tradicional e compeli-los a se ajustarem aos métodos da economia de mercado, i.e., a trabalhar por salários e comprar seus bens no mercado. Foi no decorrer de um processo semelhante que algumas tribos nativas, como os cafres e aqueles que haviam migrado para a cidade, perderam suas virtudes ancestrais e tornaram-se uma turba inepta, "animais semidomesticados", entre eles vagabundos, ladrões e prostitutas - uma instituição antes desconhecida por eles - assemelhando-se à massa da população pauperizada da Inglaterra nas décadas 1795-1834.

(b) A degradação humana das classes trabalhadoras sob o capitalismo primitivo foi o resultado de uma catástrofe social não-mensurável em termos econômicos.

Já em 1816 Robert Owen observava, a respeito dos seus próprios trabalhadores, que "qualquer que fosse o salário que recebiam, como massa eles devem ser infelizes ... " (To the British Master Manufacturers, p. 146). É preciso lembrar que Adam Smith já esperava que os trabalhadores afastados da terra perdessem todo o interesse intelectual. M'Farlane também estava certo de "que o conhecimento da escrita e das contas tornar-se-á cada dia menos freqüente entre o povo comum" (Enquiries Conceming the Poor, 1782, pp. 249-50). Uma geração mais tarde, Owen atribuiu a degradação dos trabalhadores à "negligência na infância" e ao "excesso de trabalho", o que os tornava "incompetentes, por ignorância, a fazer bom uso dos salários elevados, quando conseguiam obtê-Ios". Ele próprio pagava-Ihes salários baixos mas elevava seu status criando para eles, artificialmente, um ambiente cultural inteiramente novo. Os vícios que se desenvolveram na massa do povo foram, em geral, os mesmos que caracterizaram as populações de cor rebaixadas pelo contato cultural desintegrador: dissipação, prostituição, roubo, falta de parcimônia e previdência, preguiça, baixa produtividade do trabalho, falta de auto-respeito e de perseverança. A difusão da economia de mercado destruía o tecido tradicional da sociedade rural, a comunidade aldeã, a família, as antigas formas de posse da terra, os costumes e os padrões que sustentavam a vida dentro de um arcabouço cultural. A proteção dispensada pela Speenhamland apenas piorou as coisas. Na década de 1830 a catástrofe social do povo comum era tão completa como a dos cafres hoje em dia. Único e sozinho, um eminente sociólogo negro, Charles S. Johnson, inverteu a analogia entre o rebaixamento racial e a degradação de classe, aplicando-a desta vez à última: "Na Inglaterra, onde, incidentalmente, a Revolução Industrial era mais adiantada do que no resto da Europa, o caos social, que se seguiu à drástica reorganização econômica, converteu as crianças empobrecidas naquelas 'peças' que os escravos africanos se tornaram, mais tarde ... As desculpas para o sistema de servidão infantil foram quase idênticas àquelas do comércio escravagista" ("Race Relations and Social Change", em E. Thompson, Race Relations and the Race Problem, 1939, p. 274).

Nota adicional

12. Poor Law e a organização do trabalho

Nenhuma pesquisa foi feita, ainda, em relação às implicações mais amplas do sistema Speenhamland, suas origens, seus efeitos e as razões que levaram à sua descontinuidade abrupta. Eis aqui alguns dos pontos envolvidos.

1. Em que extensão a Speenhamland foi uma medida de guerra?
Do ponto de vista estritamente econômico, a Speenhamland não pode ser considerada verdadeiramente uma medida de guerra, como se afirma muitas veze . Dificilmente os contemporâneos associavam a condição dos salários a uma emergência de guerra. Na medida em que houve um aumento notório nos salários, o movimento já começara antes da guerra. A Carta Circular de Arthur Young, de 1795, destinada

a apurar os efeitos do fracasso das colheitas nos preços do trigo, continha (ponto 1\') esta questão: "Qual foi o aumento (se é que houve) no pagamento dos trabalhadores agrícolas, em comparação com o período anterior?" Caracteristicamente, seus correspo dentes não atribuíram qualquer significado definido à frase "período anterior". referências alcançavam um período de três a cinqüenta anos. Elas incluíam os . res períodos de tempo:

3 anos	J. Boys, p. 97
3-4 anos	J. Boys, p. 90
10 anos	Relatórios de Shropshire, Middlesex, Cambridgeshire
10-15 anos	Sussex e Hampshire
10-15 anos	E. Harris.
20 anos	J. Boys, p. 86.
30-40 anos	William Pitt
50 anos	Rev. J. Howlerr

Ninguém estabeleceu o período em dois anos, duração da Guerra Francesa, que havia começado em fevereiro de 1793. Com efeito, nenhum correspondente mencionou sequer a guerra.

Incidentalmente, a forma habitual de tratar do aumento do pauperismo causado por uma colheita má e condições adversas de clima, e que resultavam em desemprego, consistia em (1) subscrições locais de donativos e distribuição gratuita ou a preços reduzidos de alimentos e combustível; (2) arranjar empregos. Os salários não eram normalmente afetados; durante uma emergência similar, em 1788-1789, conseguiu-se arranjar mais empregos locais, mas com salários mais baixos do que as taxas normais. (Cf. J. Harvey, "Worcestershire", emAnn. of Agr., vol. xn, p. 132,1789. Também E. Holrnes, "Cruckton", l.c., p.196.)

Presumiu-se, não obstante, com uma certa boa vontade, que a guerra exerceu pelo menos uma influência indireta na adoção do recurso da Speenhamland. De fato, duas fraquezas do sistema de mercado, que se difundia rapidamente, vinham sendo agravadas pela guerra e contribuíam para a situação a partir da qual surgiu a Speenhamland: (1) a tendência dos preços do trigo que flutuarem, (2) os efeitos deletérios que os tumultos acarretavam nessas flutuações. O mercado do trigo, só recentemente liberado, não podia suportar a tensão da guerra e as ameaças de bloqueio. E nem o mercado do trigo estava à prova do pânico causado pelo hábito dos tumultos que assumiam, agora, uma importância sinistra. Sob o chamado sistema regulativo, "o tumulto ordenado" era visto pelas autoridades centrais mais ou menos como um indicador de escassez local que deveria ser tratado com brandura; agora ele era denunciado como uma causa da escassez e como um perigo econômico para toda a comunidade, não apenas para os pobres. Arthur Young publicou um alerta no seu "Conse-qüências dos tumultos devidos aos altos preços dos produtos alimentícios" e Hannah More ajudou a divulgar opiniões semelhantes em um dos seus poemas didáticos, intitulado "The Riot, or, Half a loaf is better than no bread" ("O tumulto, ou metade de um pão é melhor que nenhum") (para ser cantado com a melodia de "A Cobbler there was"). Sua resposta às donas de casa apenas colocou em rima aquilo que Young expressara como diálogo fictício: "Ficaremos quietos até morrer de fome? Certamente que não - vocês devem reclamar; mas reclamar e agir de maneira

tal a não agravar o próprio mal. “ele insistia que não havia o menor perigo de inaninição “desde que fiquemos livres dos tumultos”. Havia bons motivos de preocupação, pois o abastecimento do trigo era muito sensível ao pânico. Além disso, a Revolução Francesa dava uma conotação ameaçadora até mesmo aos tumultos ordenados. Embora o receio de um aumento de salários fosse, sem dúvida, a causa econômica da Speenhamland, pode-se dizer que, no que concerne à guerra, as implicações da situação eram muito mais sociais e políticas do que econômicas.

2. Sir William Young e o relaxamento do Act of Settlement.

Duas medidas incisivas da Poor Law datam de 1795: a Speenhamland e o relaxamento da "servidão paroquial". É difícil acreditar que houve aqui uma simples coincidência. No que diz respeito à mobilidade do trabalho, o resultado dessas medidas foi contraditório, até certo ponto. Enquanto a última tornou mais atrativo para o trabalhador sair em busca de emprego, a primeira fez disso um imperativo menos premente. Nos termos convenientes de "empurrar" e "puxar", às vezes utilizados nos estudos da migração, enquanto o "puxar" do local de destino aumentava, o "empurrar" da aldeia natal diminuía. O perigo de um deslocamento da mão-de-obra rural em grande escala, como resultado da revisão da lei de 1662, foi sem dúvida mitigado pela Speenhamland. Do ângulo da administração da Poor Law, as duas medidas eram francamente complementares. O relaxamento da lei de 1662 envolvia um risco que essa lei se destinava a evitar, isto é, a inundação das paróquias "melhores" pelos pobres. Isto teria realmente acontecido se não fosse a Speenhamland. Os contemporâneos fizeram poucas referências a respeito, o que não é de surpreender quando se recorda que a própria lei de 1662 foi promulgada praticamente sem discussão pública. Todavia, a convicção devia estar presente na mente de Sir William Young quando patrocinou, por duas vezes, as duas medidas em conjunto. Em 1795, ele defendeu a emenda do Act of Settlement e foi também o impulsionador do projeto de 1796, através do qual o princípio da Speenhamland foi incorporado à lei. Numa ocasião anterior, em 1788, ele já havia pedido a decretação das duas medidas, mas sem sucesso. Ele adiara a revogação do Act of Settlement praticamente nos mesmos termos que em 1795, mas patrocinou, ao mesmo tempo, uma medida de assistência aos pobres que propunha estabelecer um salário compatível com o nível de vida: dois terços desse salário seriam custeados pelo empregador e um terço pelos impostos (Nicholson, History of the Poor Laws, vol. II). Todavia, foi preciso ocorrer mais um fracasso nas colheitas, além da Guerra Francesa, antes que esses princípios prevalecessem.

3. Efeitos dos salários urbanos elevados sobre a comunidade rural.

O "puxar" da cidade provocou uma elevação nos salários rurais e, ao mesmo tempo, tendeu a esvaziar o campo da sua reserva de mão-de-obra agrícola. Dessas duas calamidades estreitamente ligadas, a última era a mais significativa. A existência de uma reserva de mão-de-obra adequada era vital para a indústria agrícola, que precisava de mais braços na primavera e em outubro do que durante os meses fracos do inverno. Ora, numa sociedade tradicional, de estrutura orgânica, a disponibilidade dessa reserva de mão-de-obra não é simplesmente um caso de nível salarial, mas sim da estrutura institucional que determina o status da parte mais pobre da população. Em quase todas as sociedades conhecidas encontramos disposições legais ou costumeiras que mantêm os trabalhadores rurais à disposição do proprietário de terra para emprego no auge da demanda.

Eis aqui o ponto crítico da situação criada na comunidade rural pela elevação dos salários urbano quando o status cedeu lugar ao contractus. Antes da Revolução Industrial bana importantes reservas de mão-de-obra no campo: a indústria doméstica mantinha o homem ocupado no inverno e disponível para os trabalhos nos campos, de sua mulher, durante a primavera e o outono. O Act of Settle-ment praticapunha ao pobre a servidão paroquial, tornando-o dependente, portanto, dos fazeodeir os locais. Havia ainda diversas outras formas pelas quais a Poor Law transva a mão-de-obra residente em trabalhador maleável, como o imposto do trabalho recrutamento ou o sistema de rodízio. Pelos regulamentos das várias Houses of Industry, um indigente podia ser castigado não só pelo arbítrio dos dirigentes mas até em segredo. Às vezes, as pessoas que procuravam assistência podiam ser detidas e encaminhadas ao albergue se as autoridades que tinham o direito de entrar no local de recolhimento durante o dia achassem que ele "passava necessidades e devia ser assistido" (31 Geo. III, C., 78). A taxa de mortalidade desses albergues era assustadora. Acrescentemos a isto as condições do campônio da fronteira norte, que era pago em espécie, e obrigado a ajudar no campo em qualquer ocasião, assim como as múltiplas dependências implícitas na situação do agregado e as formas precárias da posse da terra por parte dos pobres, e aí então se pode avaliar em que medida um exército de reserva latente de mão-de-obra dócil estava à disposição dos empregadores rurais. Assim, à parte o tema salarial, havia o tema da manutenção de uma mão-de-obra agrícola de reserva satisfatória. A importância relativa desses dois termos pode ter variado em diferentes períodos. Enquanto a introdução da Speenhamland estava intimamente ligada ao receio dos fazendeiros em relação aos aumentos salariais, e enquanto a rápida difusão do sistema de abonos durante os anos posteriores à depressão agrícola (depois de 1815) foi determinada, provavelmente, pela mesma causa, a insistência quase unânime da comunidade agrícola, no início da década de 1930, sobre a necessidade de manter o sistema de abonos se deveu não ao medo dos aumentos salariais mas à preocupação quanto a um abastecimento satisfatório da mão-de-obra em disponibilidade. Todavia, essa última consideração não devia estar afastada da mentalidade desses fazendeiros em qualquer época, principalmente durante o longo período de prosperidade excepcional (1792-1813), quando o preço médio do trigo estava em ascensão e superava em muito o aumento do preço do trabalho. A preocupação permanente subjacente à Speenhamland não era quanto aos salários e sim quanto ao suprimento de mão-de-obra.

Pode parecer um tanto artificial tentar distinguir entre esses dois conjuntos de motivações, uma vez que um aumento nos salários deveria atrair um maior fornecimento de mão-de-obra. Em alguns casos, porém, existe prova positiva a respeito de qual das duas preocupações era mais importante para os fazendeiros.

Primeiro, existe ampla evidência de que, mesmo no caso do pobres residentes, os fazendeiros se mostravam hostis a qualquer forma de emprego extra que diminuísse a disponibilidade do trabalhador para um emprego agrícola ocasional. Uma das testemunhas do Relatório de 1834 acusava os residentes pobres de "pescarem arenques e cavalas e ganharem uma libra por semana enquanto suas famílias ficam aos cuidados da paróquia. Quando regressam, são geralmente enviados à prisão, mas eles não se importam enquanto podem sair outra vez para fazer esse trabalho bem pago ... " (p. 33). É por isto, reclama a mesma testemunha, que "os fazendeiros muitas vezes não

conseguem um número suficiente de trabalhadores para o trabalho da primavera e de outubro" (Relatório de Henry Stuart, Apêndice A, Parte I, p. 334a).

Em segundo lugar, havia a questão crucial dos loteamentos. Os fazendeiros eram unânimes em afirmar que somente um pedaço de terra próprio manteria um homem e sua farrúlia afastado dos impostos assistenciais. Entretanto, nem mesmo o encargo desses impostos induzi-Ios-ia a concordar com qualquer forma de loteamento que tornasse os pobres residentes menos dependentes do trabalho agrícola ocasional.

Este ponto merece atenção. Em 1833, a comunidade agrícola se colocou solidamente a favor da manutenção da Speenhamland. Citamos alguns trechos do relatório dos Poor Law Commissioners: O sistema de abonos significava "mão-de-obra barata, colheitas mais expeditas"(Power). "Sem o sistema de abonos os fazendeiros talvez não pudessem continuar a cultivar o solo" (Cowell). "Os fazendeiros gostam que seus homens sejam pagos através do livro de pobres" U. Mann). "Não acredito que os grandes fazendeiros em particular queiram vê-Ios (os impostos) reduzidos. Enquanto os impostos estão aí, eles podem conseguir quantos braços extras queiram e, quando começa a chover, eles os devolvem novamente à paróquia ... " (testemunho de um fazendeiro). Os membros do conselho paroquial são "avessos a qualquer medida que torne o trabalhador independente da assitência paroquial, pois esta, mantendo-se dentro dos seus limites, o tem sempre sob as suas ordens quando um trabalho urgente o exige". Eles declaram que "salários altos e trabalhadores livres iriam esmagá-I os" (Pringle). Opunham-se obstinadamente a todas as propostas de conceder loteamentos aos pobres, o que redundaria na independência deles. Estes lotes, que poderiam salvá-Ios da miséria e mantê-Ios com decência e auto-respeito, dar-Ihes-ia também a independência, retirando-os das fileiras do exército de reserva exigido pela indústria agrícola. Majendie, um defensor dos loteamentos, recomendava lotes de 1/4 de acre, pois qualquer coisa acima disso deixaria "os ocupantes da terra temerosos de tornar os trabalhadores independentes". Power, outro partidário dos loteamentos, confirma esta opinião. "De uma forma geral, os fazendeiros objetam contra a introdução dos loteamentos" disse ele. "Eles se ressentem de partilhar o que possuem; têm que ir muito mais longe para conseguir adubo e objetam contra a crescente independência dos seus trabalhadores". Okeden propôs loteamentos de 1/16 de acre pois, diz ele, "isto preencheria exatamente o tempo disponível da mesma forma que a roca e o fuso, o tear e as agulhas de tricô" usadas na atividade plena da indústria doméstica familiar!

Tudo isto deixa pouca margem de dúvida a respeito da verdadeira função do sistema de abonos, do ponto de vista da comunidade agrícola, que era assegurar uma reserva agrícola de pobres residentes, disponível em qualquer oportunidade. A propósito, foi assim que a Speenhamland criou uma aparência de população rural excedente quando, na realidade, não havia nenhuma.

4. O sistema de abonos nas cidades industriais.

A Speenharnland foi uma medida destinada basicamente a aliviar as dificuldades rurais. Isto não implicava uma restrição às aldeias, pois as cidades-mercado também pertenciam ao campo. No início da década de 1930, na área típica da Speenharnland, a maioria das cidades introduzira o sistema de abonos propriamente dito. O condado de Hereford, por exemplo, classificado como "bom" do ponto de vista de excedente populacional, revelou que seis entre oito cidades seguiam o método da Speenhamland

(quatro "definitivamente", quatro "provavelmente"), enquanto o Sussex "mau" mostrava que das doze cidades relacionadas três não seguiam o método Speenharnland e nove o seguiam no sentido estrito do termo.

A situação era muito diferente nas cidades industriais do norte e do nordeste. Até 1834 o número de pobres dependentes era consideravelmente menor nas cidades industtiais do que no campo, onde, mesmo antes de 1795, a proximidade das manufaturas tendia a aumentar muito o número de indigentes. Em 1789, o Rev. John Howien argumentava convincentemente contra o "erro popular de considerar a proporção de pobres nas cidades grandes e nas cidades manufatureiras populosas maior do que nas simples paróquias, pois o caso é exatamente o oposto" (Annals ar Agriculture, vol. XI, p. 6, 1789).

Não se conhece, infelizmente, a situação exata das novas cidades industriais. A Poor Law Commissioners parecia perturbada pelo perigo supostamente iminente da difusão dos métodos Speenharnland às cidades manufatureiras. Reconhecia-se que os "condados nortistas estão menos infectados por ele", mas afirmava-se ainda "que mesmo nas cidades ele era utilizado em grau acentuado". Os fatos não o comprovam. É verdade que em Manchester ou Oldham se concedia assistência ocasional a pessoas em boa saúde e pleno emprego. Em Preston, numa reunião de pagadores de impostos, assim escreveu Henderson, um indigente foi citado como "tendo' seu salário reduzido de uma libra para dezoito shillings semanais depois que ingressou na paróquia". Os distritos de Salford, Padiham e Ulverston também foram classificados como praticantes "regulares" do método do abono salarial. O mesmo se refere a Wigan, no que concerne aos tecelões e fiandeiros. Em Nottingham, as meias eram vendidas abaixo do preço de custo "com lucro" para o fabricante, obviamente em função dos subsídios salariais pagos pelos impostos. Henderson, reportando-se a Preston, já previa que esse sistema nefasto "se insinuaria e aliciaria os interesses privados em sua defesa". Segundo o relatório da Poor Law Commissioners, o sistema prevalecia menos nas cidades apenas "porque os capitalistas manufatureiros constituem uma pequena proporção dos pagadores de impostos e, conseqüentemente, têm menos influência nos conselhos paroquiais do que os fazendeiros no campo".

Todavia, isto parece ter ocorrido a curto prazo; a longo prazo é provável que outros motivos passaram a prevalecer contra a aceitação geral do sistema de abono por parte dos empregadores industriais.

Um deles foi a ineficiência da mão-de-obra indigente. A indústria de algodão funcionava principalmente à base do trabalho por peças ou trabalho-tarefa, como era chamado. Ora, mesmo na agricultura "os pensionistas e os ineficientes da paróquia" trabalhavam tão mal que "4 ou 5 deles correspondiam a um na tarefa-trabalho" (Select Committee on Laborers' Wages, H. of C. 4, VI, 1824, p. 4). O relatório da Poor Law Commissioners observava que o trabalho por peça podia permitir a utilização do método Speenharnland, sem destruir, necessariamente, "a eficiência do trabalhador manufatureiro"; o fabricante podia "obter mão-de-obra realmente barata". O fato, porém, é que os baixos salários do trabalhador agrícola não implicavam necessariamente em mão-de-obra barata, pois a ineficiência do trabalhador podia pesar mais para o patrão do que o baixo preço da sua mão-de-obra.

Um outro fator que fazia o entrepreneur se voltar contra o sistema Speenharnland era o perigo dos competidores, que podiam produzir a um custo-salário consideravelmente mais baixo em função do abono salarial. Esta ameaça não perturbava o fazendeiro

que vendia para um mercado irrestrito, mas podia perturbar muito o proprietário da fábrica urbana. O relatório da P. L. C. argumentava que "um fabricante Macclesfield pode se encontrar em situação de insolvência e arruinar-se em conseqüência da má administração da Poor Law em Essex". William Cunningham viu a importância do decreto de 1834, principalmente no seu efeito "nacionalizante" sobre a administração da Poor Law, removendo um sério obstáculo no caminho do desenvolvimento dos mercados nacionais.

Uma terceira objeção à Speenharnland, a que talvez tivesse maior peso nos círculos capitalistas, foi a sua tendência de afastar a "massa vasta e inerte da mão-de-obra redundante"(Redford) do mercado de trabalho urbano. No final da década de 1920, era grande a demanda de mão-de-obra por parte dos fabricantes urbanos. Os sindicatos profissionais de Doherty deram origem a uma inquietação em grande escala; este foi o início do movimento owenita que levou às maiores greves e lock-outs que a Inglaterra já havia experimentado.

Do ângulo dos empregadores, portanto, três fortes argumentos atuaram contra a Speenhamland, em última instância: seu efeito deletério sobre a produtividade do trabalho; sua tendência a criar custos diferenciais entre várias partes do país; seu estímulo dos "poços estagnados de mão-de-obra" (Webb) no campo, sustentando o monopólio da mão-de-obra dos pequenos trabalhadores urbanos. Nenhuma dessas condições importaria muito ao empregador individual, ou até mesmo a um grupo local de empregadores. Elas podiam ser superadas facilmente pelas vantagens do baixo custo da mão-de-obra, não apenas para garantir lucros como também para ajudá-Ias a competir com os fabricantes de outras cidades. Todavia, os entrepreneurs como classe teriam opinião muito diferente no decorrer do tempo, quando compreenderam que aquilo que beneficiava o empregador isolado ou grupos de empregadores constituía um perigo para eles coletivamente. De fato, foi a ampliação do sistema de abono às cidades industriais nortistas, no início da década de 1930, embora de forma atenuada, que consolidou as opiniões contra a Speenhamland e levou a uma reforma em escala nacional.

A evidência aponta para uma política urbana dirigi da, mais ou menos conscientemente, para a formação de um exército industrial de reserva nas cidades, principalmente para poder fazer face às agudas flutuações da atividade econômica. Nesse sentido, não havia muita diferença entre cidade e campo. Assim como as autoridades da aldeia preferiam os impostos altos a salários altos, as autoridades urbanas não estavam dispostas a devolver o indigente não-residente a seu local de origem. Havia uma espécie de competição entre empregadores rurais e urbanos pela partilha do exército de reserva. Foi somente durante a severa e prolongada depressão, em meados da década de 1940, que se tornou impraticável favorecer a reserva de mão-de-obra à custa dos impostos. Mesmo assim, os empregadores rurais e urbanos se comportaram de modo semelhante: a ampla remoção dos pobres das cidades industriais teve seu paralelo no "esvaziamento da aldeia" por parte dos proprietários de terra, com o objetivo, em ambos os casos, de diminuir o número de pobres residentes (cf, Redford, p. 111).

5. O primado da cidade contra o campo

De acordo com nosso pressuposto, a Speenharnland foi um movimento de proteção da comunidade rural em face da ameaça representada por um ascendente nível salarial urbano. Isto envolve o primado da cidade contra o campo, no que diz respeito

ao ciclo comercial. Este pode ter sido o caso em pelo menos um exemplo - o da depressão de 1837-1845. Uma investigação estatística cuidadosa, feita em 1847, revelou que a depressão começou nas cidades industriais do noroeste, depois se espalhou para os condados agrícolas, mas a recuperação destes só ocorreu depois das cidades industriais. As cifras revelaram que "a pressão, que caiu primeiro sobre os distritos manufatureiros, só foi retirada dos distritos agrícolas por último". Os distritos manufatureiro eram representados, na investigação, pelo Lancashire e o West Riding de Yockshire, com uma população de 201.000 (em 584 Poor Law Unions), enquanto os di rriros agrícolas eram formados por Northum-berland, Norfolk, Suffolk, Cambridgeshire, Bucks, Herts, Berks, Wilts e Devon, com uma população de 208.000 (igualmente distribuída em 584 Poor Law Unions). Nos distritos manufatureiros a reação começou em 1842, com uma diminuição no ritmo de aumento do pauperismo de 29,37% para 16,72% seguido por um decréscimo positivo, em 1843, de 29,80% em 1844 de 15,26% e em 1845 de mais 12,24%. Num contraste marcante com esta situação, a reação nos distritos agrícolas só começou em 1845, com um decréscimo de 9,080/0. Em cada um dos casos foi calculada a proporção de despesa per capita da Poor Law, e computada para cada condado e ano separadamente U.T. Danson, "Condition of the People of the LI.K; 1839-1847",]oum. of Stat. Soc., vol XI, p. 101, 1848).

6. Despovoamento e superpopulação do campo

A Inglaterra foi o único país da Europa com uma administração uniforme do trabalho na cidade e no campo. Os estatutos de 1563 ou de 1662 eram obrigatórios tanto nas paróquias rurais como urbanas, e os juízes de paz administravam a lei, da mesma forma, em todo o país. Isto se deveu tanto à industrialização prematura do campo como à subseqüente industrialização dos sítios urbanos. Em conseqüência, não houve uma ruptura administrativa entre a organização do trabalho na cidade e no campo, como ocorreu no continente. Isto explica também a peculiar facilidade com que a mão-de-obra parecia fluir da aldeia para a cidade e vice-versa. Evitaram-se assim dois dos aspectos mais calamitosos da demografia continental - isto é, o súbito despovoamento do campo pela migração da aldeia para a cidade e a irreversibilidade desse processo de migração que acarretou o desenraizamento daquelas pessoas que foram trabalhar na cidade. Landflucht foi o nome dado a esse esvaziamento cataclísmico do campo, terror da comunidade agrícola na Europa Central desde a segunda metade do século XIX. Na Inglaterra, ao contrário, encontramos algo parecido com uma oscilação da população entre o emprego urbano e rural. Era como se grande parte da população estivesse em estado de suspensão, uma circunstância que tornava muito difícil, se não impossível, o movimento de migração interna. Devemos relembrar, ainda, a configuração do país, com seus portos ubíquos, que tornava a migração a longa distância praticamente desnecessária, e então se torna perfeitamente compreensível o fácil ajustamento da Poor Law às exigências da organização do trabalho. Muitas vezes a paróquia rural pagava assistência externa a indigentes não-residentes que se empregavam numa cidade não muito distante, enviando o dinheiro da assistência a seu local de domicílio. Por outro lado, as cidades manufatureiras também pagavam com freqüência a assistência aos pobres residentes, não estabelecidos na cidade. Remoções em massa, como as efetuadas pelas autoridades urbanas em 1841-1843, foram muito excepcionais. Das 12.628 pessoas pobres removidas nessa ocasião, de 19 cidades manufatureiras do norte, somente 1 % tinha sua localização em nove distritos agrícolas,

de acordo com Redford. (Se os nove "distritos agrícolas típicos", selecionados por Danson em 1848, são substituídos pelos condados de Redford, o resultado varia só ligeiramente, i.e., de 10/0 para 1,3%). Como Redford demonstrou, ocorreu muito pouca migração a longa distância, e grande parte do exército de reserva do trabalho foi conservada à disposição dos empregadores através dos métodos assistenciais liberais na aldeia e na cidade manufatureira. ão é de admirar, que ocorresse uma "superpopulação" simultânea, tanto na cidade como no campo, enquanto houve de fato ocasiões em que os fabricantes do Lancashire, no auge da demanda, tinham que importar trabalhadores irlandeses em grande número, e os fazendeiros diziam, enfaticamente, que seriam incapazes de fazer suas colheitas em tempo se os indigentes da aldeia fossem induzidos a emigrar.

O Autor

Karl Polanyi nasceu em Viena, a 21 de outubro de 1886, de pais húngaros. Estudou nas universidades de Budapeste e Viena, formando-se em filosofia e em direito. Começou a praticar nos tribunais de Budapeste em 1912, mas, com a eclosâo da Primeira Guerra Mundial, foi servir como capitão no exército austro-húngara. Terminado o conflito, estabeleceu-se em Viena, onde logo se tornou conhecido como escritor e jornalista. De 1924 até 1933 fez parte do corpo editorial do Oesterreichische Valkswirt, o mais importante semanário financeiro de Viena, onde escrevia sobre assuntos ligados à economia e à política internacional.

Com a ascensão do fascismo, Polanyi teve de demitir-se do jornal, e, em 1933, emigrou com sua família para Londres. Tornou-se cidadão britânico e lecionou em cursos de extensão oferecidos pelas universidades de Oxford e de Londres a alunos pertencentes à classe operária. Durante esse período viajou freqüentemente para os Estados Unidos, fazendo pesquisas e dando conferências, até que foi convidado, em 1947, a ensinar História Econômica Geral na Universidade de Colúmbia. Lá permaneceu até 1953, quando se aposentou. A aposentadoria, entretanto, não o levou a abdicar das suas atividades de pesquisa, desenvolvidas com entusiasmo até quase o momento de sua morte, em 23 de abril de 1964, numa casa de campo nos arredores de Toronto, Canadá.

Entre os principais trabalhos de Karl Polanyi, incluem-se:

Trade and Market in the Early Empires: Economies in Histary and Theary, trabalho que reúne contribuições de diversos autores, organizado por Polanyi juntamente com Conrad Arensberg e Harry Pearson, Chicago, Free Press, 1957.

Dahamey and the S/ave Trade: An Analysis af an Archaic Economy, com Abraham Rotstein, Seattle, Universiry ofWashington Press, 1966.

Primitive, Archaic and Madern Economies: Essays af Kar! Palanyi organizado por G. Dalton, Nova York, Doubleday, 1968.

The Livelihaad af Man, organizado por Harry Pearson, Nova York, Academic Press, 1977.